TRANSTEJO



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS CONSOLIDADAS 2010

ÍNDICE

1 NOTA DE ABERTURA 4

2 GOVERNO DA SOCIEDADE 7

- MISSÃO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS 7
- REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA 11
- TRANSAÇÕESRELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS 15
- OUTRAS TRANSACÇÕES RELEVANTES 15
- MODELO DE GOVERNO E IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS 16
- REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS 18
- CV's DOS MEMBROS DOCONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 20
- ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE NOS DOMINIOS ECONOMICOS, SOCIAL E AMBIENTAL 25
- AVALIAÇÃO SOBRE O GRAU DE CUMPRIMENTO DOS PRINCIPIOS DE BOM GOVERNO 25
- APRESENTAÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA 26
- SISTEMA DE CONTROLO INTERNO 26
- MECANISMOS DE PREVENÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE 27
- ELEMENTOS A QUE ALUDE O ARTº 13º DO DEC-LEI 300/2007 DE 23 DE AGOSTO 27
- OBJECTIVOS E GRAUS DE CUMPRIMENTO 29

3 ACTIVIDADE 30

PROCURA 30

OFERTA 33

FROTA 34

ACTIVIDADES ACESSÓRIAS 35

OUTROS ACONTECIMENTOS RELACIONADOS COM A ACTIVIDADE 35

4 SEGURANÇA E AMBIENTE 39

SEGURANÇA E AMBIENTE 38
SINISTRALIDADE 39

5 RECURSOS HUMANOS 41

6 INVESTIMENTO 44

7 DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO 45

GESTÃO DO FINANCIAMENTO E DO RISCO FINANCEIRO 45
MODELO DE FINANCIAMENTO 47
ESTRUTURA PATRIMONIAL 49
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL 49

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 55

PERSPECTIVAS FUTURAS 54
NOTAS FINAIS 55
AGRADECIMENTOS 55

ANEXOS 57

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO 59

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 NOTA DE ABERTURA

Os indicadores de actividade do Grupo Transtejo, que integra a Transtejo – Transportes Tejo, S.A. e a Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., adiante designado por "Grupo" apontam para uma tendência de estabilidade, confirmada pelo ligeiro aumento do número de passageiros transportados, 0,7%.

Num quadro de persistente redução da actividade económica, a actividade do Grupo, predominantemente dirigida para as deslocações casa/trabalho, dificilmente deixará de, a curto prazo, ser afectada pelo elevado nível de desemprego que se regista no País e pela retracção no consumo.

Ainda assim, o Grupo envidará esforços no sentido de potenciar a utilização do transporte público através de um conjunto de medidas.

Nesse quadro de medidas, destacam-se as seguintes:

- Realização de obras de remodelação no Terminal de Cacilhas de modo a aumentar o conforto e a reforçar a sua funcionalidade, reorganizando o espaço interior e facilitando o acesso a pessoas de mobilidade reduzida;
- Aquisição de dois novos ferry-boats, com capacidade para o transporte de 360 passageiros sentados e 29 veículos, cuja entrada ao serviço ocorreu no início de 2011;
- Conclusão do estudo de definição da tipologia e caracterização dos navios que virão a substituir gradualmente a frota;
- Participação no evento "Semana da Mobilidade 2010", realizado com o objectivo de sensibilização dos efeitos negativos do transporte urbano, onde ainda se privilegia o transporte individual;
- Participação na campanha de utilização de transporte público no evento "Rock in Rio – Lisboa 2010";

- Disponibilização de "Bilhetes de Verão" – serviço de transporte barcos + autocarro, integrado na campanha "Venha à praia com a Transtejo".

No plano da organização interna, continuaram a adoptar-se medidas de optimização da estrutura organizacional, concentrando em órgãos únicos de macroestrutura as diversas áreas funcionais das duas empresas, Transtejo e Soflusa, situação que ficou concluída em 31.12.2010, com a concentração das manutenções das duas empresas na dependência de um único órgão. Ficou igualmente concluído o estudo com vista à reestruturação das actividades de manutenção do Grupo Transtejo.

Para além disso, foi criado em Janeiro de 2010 o Gabinete de Recursos Materiais, órgão cuja missão é a de assegurar a aquisição de bens e serviços para o Grupo, com base nas melhores práticas e no cumprimento das exigências decorrentes do Código dos Contratos Públicos.

Ainda neste plano, foi criada a actividade de Auditoria Interna, cujo objectivo último é o de avaliar e recomendar as melhores práticas para as áreas auditadas, contribuindo desse modo para um funcionamento mais eficiente da organização. Com esta medida, deu-se resposta às orientações da Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007 sobre os Princípios do Bom Governo.

Realizou-se, pelo segundo ano consecutivo, o Encontro Anual de Trabalhadores do Grupo Transtejo, este ano subordinado ao tema "Transtejo – Novos Desafios". Tal como em 2009, o encontro, que foi largamente participado, teve lugar no Auditório Municipal Augusto Cabrita, no Barreiro.

Em 2010, foi dada continuidade ao processo de implementação do Sistema de Gestão Ambiental, iniciado em 2009, com a publicação da Declaração da Política Ambiental do Grupo e a aprovação do Manual de Gestão Ambiental.

Pode, em suma, afirmar-se que não obstante as reconhecidas dificuldades com que, sobretudo no plano económico e financeiro o Grupo se deparou, foi possível, sem prejudicar

o esforço de optimização e de racionalização dos gastos, nem afectar a qualidade do serviço público que presta, encontrar soluções que lhe permitiram alcançar os objectivos traçados.

Assinala-se, a concluir, a melhoria registada no desempenho económico-financeiro, expresso num resultado líquido negativo de 12,5 milhões de euros, o que representa uma redução de cerca de 26,4% face a 2009.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2 GOVERNO DA SOCIEDADE

1. Missão, Objectivos e Políticas

Missão

O Grupo Transtejo tem como missão a prestação do serviço de transporte público fluvial de passageiros e veículos com padrões elevados de qualidade e segurança, segundo critérios de sustentabilidade económico-financeira, social e ambiental.

Visão

Promover a mobilidade sustentável, seguindo uma estratégia integrada de transportes para a Área Metropolitana de Lisboa e ser reconhecida pelo seu bom desempenho em termos de conforto, economia de tempo e qualidade do serviço proporcionado aos seus clientes.

Valores

Os valores de natureza ética que regem a actuação do Grupo e dos seus colaboradores são, entre outros, os seguintes:

- Respeito pelos direitos das pessoas, pelos princípios da não discriminação, da igualdade de oportunidades e do cumprimento da legislação
- Protecção do ambiente e promoção da segurança de pessoas e bens
- Integridade e ética na relação com clientes e fornecedores
- Melhoria constante do serviço
- Eficiência nos custos e investimentos para reduzir/conter o esforço financeiro do Estado

Objectivos e Políticas do Grupo

Nos termos do regime jurídico do Sector Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Conselho de Administração da Transtejo apresentou para o período do actual mandato dos órgãos sociais, as orientações estratégicas 2009-2010 para o transporte fluvial aprovadas em Assembleia Geral em 3 de Junho de 2009.

O Conselho de Administração, teve em conta, o papel de complementaridade do transporte fluvial com os restantes meios de transporte, com os quais interage, procurando que as orientações e os objectivos definidos tivessem enquadramento numa estratégica mais global e que abrangessem todo o sector dos transportes:

- Melhorar a eficiência do sector dos transportes;
- Assegurar níveis de qualidade do transporte público, particularmente quanto à comodidade e segurança;
- Melhorar a quota do transporte público;
- Aumentar a sustentabilidade do sistema dos transportes;
- Reforçar o papel social do transporte público na sociedade;
- Promover e incentivar práticas de gestão e desempenho assentes em processos e competências profissionais adequados e em princípios de racionalidade económica.

Após diagnóstico da situação do Grupo e aferição do seu enquadramento relativamente às orientações estratégicas atrás referidas, foram definidos objectivos, tendo subjacente a contenção do défice operacional, medida que, assumindo o quadro actual de redução / estagnação da procura – impeditivo de acréscimos relevantes ao nível dos rendimentos - passa sobretudo por medidas de contenção ao nível da estrutura de gastos.

Objectivos para o triénio 2008-2010:

Prosseguir o processo de reestruturação, tendo em vista a definição de um modelo empresarial para a Transtejo e Soflusa.

Para a prossecução deste objectivo, o Grupo considerou determinante a publicação de Decreto-Lei que viesse a transferir os direitos de exploração de todo o tráfego fluvial para a Transtejo.

Com efeito, em 2009 foram publicados os novos estatutos da CP, extinguindo a base legal que esteve na origem da criação da Soflusa para a exploração da ligação fluvial Lisboa-Barreiro. Em consequência disso, foi preparado um projecto de decreto-lei, estando a decorrer as diligências necessárias à sua publicação. A Lei do Orçamento do Estado para 2011 veio determinar a fusão entre a Transtejo e a Soflusa a realizar durante o primeiro semestre.

Reorganização dos processos e da estrutura organizacional

O Grupo procedeu em 2010 a diversas intervenções na estrutura organizacional, das quais se destacam:

- criação do Gabinete de Recursos Materiais
- criação da actividade de Auditoria Interna
- concentração das actividades de manutenção num único órgão da macroestrutura
- conclusão do estudo de reestruturação da actividade de manutenção, aguardando parecer do Accionista
- elaboração de estudo sobre desenvolvimento de negócios de publicidade e retalho.

Tendo em vista a racionalização e eficiência de processos, bem como melhorar a gestão dos recursos, encontra-se em desenvolvimento uma plataforma tecnológica de sistemas de informação, cuja conclusão – que se encontrava prevista para 2010 – foi prorrogada para 2011.

Reforçar o nível de qualidade e segurança do transporte

No sentido de aumentar os níveis de qualidade e segurança do transporte público estão em desenvolvimento vários projectos, com destaque para:

- A construção de dois ferry-boats, na Navalria, em Aveiro, cuja entrada ao serviço ocorreu no primeiro trimestre de 2011.

- A remodelação do sistema de vídeo vigilância nos terminais.

- A conclusão do estudo para a selecção do tipo e características dos novos navios para substituição gradual da frota de cacilheiros, trabalho que sustentará o lançamento de um concurso para a sua construção, que aguarda parecer do Accionista.

Reforçar a articulação intermodal

No sentido de reforçar a articulação intermodal:

- Reforçou-se a coordenação com os outros operadores, visando a melhoria das condições de mobilidade dos passageiros, designadamente através da integração tarifária e coordenação de horários.
- Elaborou-se um estudo para análise da viabilidade da reintrodução do serviço de transporte fluvial entre a margem Sul e o Parque das Nações.
- Concluiu-se o estudo sobre a reorganização da oferta de serviços de transporte fluvial de passageiros na Área Metropolitana de Lisboa.
- Promoveu-se o desenvolvimento de interfaces, garantindo assim maior mobilidade para os passageiros. Neste âmbito destacam-se a conclusão da obra relativa ao terminal dos ferries, no interface do Cais do Sodré, a requalificação do interface de Cacilhas em coordenação com MTS e as obras de melhoria do interface do Barreiro.

Promover a Sustentabilidade Ambiental

Como dado mais relevante do exercício no domínio ambiental, destaca-se o início da implementação do Sistema de Gestão Ambiental, segundo o referencial normativo da norma ISO 14001:2007, tendo-se igualmente estabilizado a Declaração de Política Ambiental do Grupo e aprovado o Manual de Gestão Ambiental.

Ainda neste capítulo, deu-se continuidade ao desenvolvimento do Sistema de Contabilidade Energética.

Remetemos para o Relatório de Sustentabilidade informação mais pormenorizada sobre esta matéria.

2. Regulamentos internos e externos a que a Empresa está sujeita

Regulamentação Interna

Os principais regulamentos internos que actualmente vigoram no Grupo Transtejo são constituídos pelo seguinte corpo de normas, havendo a intenção de os actualizar, tornar homogéneos e alargar o seu âmbito:

- Manual de Organização e Procedimentos, constante da OS/02/96 da Transtejo, de 2 de Janeiro de 1996.

- Acordo de Empresa celebrado entre a Transtejo e os sindicatos signatários, publicado no B.T.E., n.º 32 de 29 de Agosto de 2010.

- Acordo de Empresa celebrado entre a Soflusa e os sindicatos signatários, publicado no B.T.E., n.º 32 de 29 de Agosto de 2010.

- Código de Ética para o Grupo Transtejo, aprovado pelo Conselho de Administração em 19 de Dezembro de 2008;

- Manual de Gestão Ambiental do Grupo Transtejo, que reflecte os requisitos da Norma Portuguesa "NP EN ISSO 14001:2004", promulgado pelo Conselho de Administração em 12 de Novembro de 2009.

- Declaração de Política de Ambiente do Grupo Transtejo, constante da Ordem de Serviço n.º 01/2010, aprovada pelo Conselho de Administração em 7 de Janeiro de 2010.

- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas do Grupo Transtejo, aprovado pelo Conselho de Administração em 4 de Fevereiro de 2010.

Regulamentação Externa

Os principais regulamentos externos que actualmente vigoram nas Empresas são constituídos pelo seguinte corpo de normas:

DIPLOMAS	ASSUNTO
Decreto-Lei n.º 150/92, de 21 de Julho	**Aprova os estatutos da Transtejo**
Diário da República - III Série nº 217, de 15 de Setembro de 1993	**Estatutos da Soflusa**
Decreto-Lei n.º 265/72, de 31 de Julho, alterado pelos Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de Março; Decreto-Lei n.º 208/2000, de 2 de Setembro; Decreto-Lei n.º 287/98, de 17 de Setembro; Decreto-Lei n.º 190/98, de 10 de Julho; Decreto-Lei n.º 195/98, de 10 de Julho; Decreto-Lei n.º 26/95, de 8 de Fevereiro; Decreto-Lei n.º 237/94, de 19 de Setembro; Portaria n.º 32/90, de 16 de Janeiro; Decreto-Lei n.º 55/89, de 22 de Fevereiro; Decreto-Lei n.º 284/88, de 12 de Agosto; Decreto-Lei n.º 162/88, de 14 de Maio; Decreto-Lei n.º 278/87, de 7 de Julho; Lei n.º 35/86, de 4 de Setembro; Acórdão n.º 178/86, de 23 de Junho; Portaria n.º 886/81, de 3 de Outubro; Portaria n.º 44/73, de 23 de Janeiro; Decreto-Lei n.º 370/2007, de 6 de Novembro; Decreto-Lei n.º 23/2007, de 1 de Fevereiro; Decreto-Lei n.º 64/2005, de 15 de Março; Decreto-Lei n.º 191/98, de 10 de Julho; Decreto-Lei n.º 150/88, de 28 de Abril.	**Aprova o Regulamento Geral das Capitanias**
Decreto-Lei n.º 349/86, de 17 de Outubro	**Regula o contrato de transporte de passageiros por mar**
Decreto-Lei n.º 8/93, de 11 de Janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 268/2003, de 28 de Outubro	**Estabelece o regime dos títulos combinados de transportes**

Despacho normativo n.º 33/2008, de 17 de Julho	**Fixa a percentagem máxima de aumento médio para os transportes urbanos de Lisboa e do Porto, para os transportes colectivos rodoviários interurbanos de passageiros e para os transportes ferroviários e fluviais**
Decreto-Lei n.º 280/2001, de 23 de Outubro, alterado pelos Decreto-Lei n.º 226/2007, de 31 de Maio e Decreto-Lei n.º 206/2005, de 28 de Novembro.	**Estabelece as normas reguladoras da actividade profissional dos marítimos**
Decreto-lei n.º 21/2002, de 31 de Janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 178/2002, de 31 de Julho; alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 269/2003, de 28 de Outubro; alterado pelos Decreto-Lei n.º 289/2007, de 17 de Agosto e Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de Maio.	**Regula a Actividade Marítimo – Turística**
Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado por Declaração de Rectificação n.º 18-A/2008, de 28 de Março; Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro; Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de Setembro; Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro; Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril e Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro.	**Aprova o Código dos Contratos Públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo**
Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 300/2007, de 23 de Agosto, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro.	**Estabelece o regime jurídico do sector empresarial do Estado e das empresas públicas**
Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de Março, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro.	**Aprova o novo Estatuto do Gestor Público**
Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de Março	**Aprova os princípios do bom governo das empresas do sector empresarial do Estado**
Decreto-Lei nº 186/2008, de 19 de Setembro	**Cria o novo passe escolar designado "Passe 4_18@escola.tp"**
Portaria nº 138/2009, de 3 de Fevereiro, alterada pela Portaria n.º 982-A/2009, de 2 de Setembro.	**Define as condições de atribuição do «passe escolar 4_18@escola.tp» e os procedimentos relativos à operacionalização do sistema que lhe está associado**
Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro, alterado pela Lei n.º 16/2003, de 4 de Junho e pelos Decreto-Lei n.º 53/74, de 15 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 89/87, de 26 de Fevereiro	**Estabelece o regime jurídico dos terrenos submetidos ao domínio público hídrico**
Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, alterada pela Declaração de Rectificação n.º 11-A/2006, de 23 de Fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 245/2009, de 22 de Setembro	**Aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas**
Lei n.º 37/2007, de 14 de Agosto	**Aprova normas para a protecção dos cidadãos da exposição involuntária ao fumo do tabaco e medidas de redução da procura relacionadas com a dependência e a cessação do seu consumo**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008, de 22 de Abril	**Aprova as orientações estratégicas do Estado destinadas à globalidade do sector empresarial do Estado**
Lei n.º 28/2006, de 4 de Julho, alterada pelo Decreto-Lei n.º 14/2009, de 14 de Janeiro	**Aprova o regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de transportes colectivos de passageiros**
Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de Setembro, alterado por Declaração de 29 de Novembro de 1986 (de ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 262/86, que aprova o Código das Sociedades Comerciais); Decreto-Lei n.º 53/2011, de 13 de Abril; Decreto-Lei n.º 33/2011, de 7 de Março; Decreto-Lei n.º 49/2010, de 19 de Maio; Decreto-Lei n.º 185/2009, de 12 de Agosto; Lei n.º 19/2009, de 12 de Maio; Decreto-Lei n.º 64/2009, de 20 de Março; Decreto-Lei n.º 247-B/2008, de 30 de Dezembro; Decreto-Lei n.º 357-A/2007, de 31 de Outubro; Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de Janeiro; Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março; Decreto-Lei n.º 52/2006, de 15 de Março; Decreto-Lei n.º 111/2005, de 8 de Julho; Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro; Decreto-Lei n.º 19/2005, de 18 de Janeiro; Decreto-Lei n.º 88/2004, de 20 de Abril; Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de Novembro; Decreto-Lei n.º 107/2003, de 4 de Junho; Decreto-Lei n.º 162/2002, de 11 de Julho; Decreto-Lei n.º 237/2001, de 30 de Agosto; Decreto-Lei n.º 36/2000, de 14 de Março; Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de Novembro; Decreto-Lei n.º 343/98, de 6 de Novembro; Decreto-Lei n.º 257/96, de 31 de Dezembro; Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de Dezembro; Decreto-Lei n.º 261/95, de 3 de Outubro; Decreto-Lei n.º 225/92, de 21 de Outubro; Decreto-Lei n.º 142-A/91, de 10 de Abril; Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho; Decreto-Lei n.º 418/89, de 30 de Novembro; Decreto-Lei n.º 229-B/88, de 4 de Julho; Decreto-Lei n.º 280/87, de 8 de Julho; Decreto-Lei n.º 184/87, de 21 de Abril.	**Aprova o Código das Sociedades Comerciais**
Decreto-Lei n.º 148/2003, de 11 de Julho, alterado pelos Decreto-Lei n.º 69/2007, de 26 de Março e Decreto-Lei n.º 120/2005, de 26 de Julho	**Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/52/CE, da Comissão, de 26 de Julho, que altera a Directiva n.º 80/723/CEE, da Comissão, de 25 de Junho, relativa à transparência das relações financeiras entre as entidades públicas dos Estados membros e as empresas públicas**
Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de Agosto	**Estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição de subvenções públicas**
Regulamento (CE) n.º 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2007	**Relativo aos serviços públicos de transporte ferroviário e rodoviário de passageiros e que revoga os Regulamentos (CEE) n.º 1191/69 e (CEE) n.º 1107/70 do Conselho**
Decreto-Lei n.º 203/2009, de 31 de Agosto	**Cria o passe sub23@superior.tp, aplicável a todos os estudantes do ensino superior até aos 23 anos**
Lei n.º 1/2009, de 5 de Janeiro	**Estabelece o regime jurídico das Autoridades**

	Metropolitanas de Transportes de Lisboa e do Porto
Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro	Aprova o Orçamento de Estado para 2011

3. Transacções relevantes com entidades relacionadas

TRANSACÇÕES INTRA-GRUPO ocorridas no exercício 2010 Consideradas na Consolidação	
Afretamento de navios da Soflusa à Transtejo	985.500,00
Rendas debitadas pela Transtejo à Soflusa referentes à ocupação das Intalações Administrativas no Terminal do Cais do Sodré	272.362,32
Juros de empréstimos de financiamento debitados pela Transtejo à Soflusa	310.328,76

4. Outras transacções relevantes

OUTRAS TRANSACÇÕES RELEVANTES ocorridas no exercício 2010 Aquisição de bens e serviços representando mais de 5% dos CMVMC e FSE		
Aquisição de Combustível	**Petrogal, S.A.**	8.916.126,08 (*)
Gestão da Manutenção da Frota de Navios (Soflusa)	**SCMA, Lda.**	3.666.442,78 (*)
Serviços de Manutenção da Frota de Navios (Estaleiros)	**Cecílio & Carlos Sanfins, Lda.**	842.850,98 (*)
Prémios da Carteira de Seguros	**Império - Bonança**	1.870.477,58
Serviço de vigilância e Segurança	**Securitas, S.A.**	842.300,18 (*)

(*) Valores com IVA incluído

Procedimentos adoptados em matéria de aquisição de bens e serviços

Em matéria de aquisição de bens e serviços, aplicou-se o Código dos Contratos Públicos, Decreto-Lei nº. 18/2008, de 29 de Janeiro, que estabelece a disciplina relativa à contratação pública, não tendo ocorrido quaisquer transacções fora das condições de mercado.

O Grupo cumpre igualmente as orientações constantes no Despacho nº 438/10 – SETF de 10 de Maio, transmitida através do ofício circular nº 6132, de 6 de Agosto de 2010 da DGTF. Conforme previsto no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC), o Grupo aderiu em 2010 ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) tendo inclusivamente procedido a aquisições de bens e serviços ao abrigo dos acordos-quadro vigentes junto da Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP). Sobre as duas empresas do Grupo desenvolvem-se periodicamente

auditorias regulares nessas matérias, nomeadamente pelo IGOPTC – Inspecção-Geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

5. Modelo de Governo e Identificação dos Membros dos Órgãos Sociais

ÓRGÃOS SOCIAIS

Eleitos em Assembleia-Geral de 17/07/2008 para o mandato 2008-2010

	MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL
Presidente	Dr. António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes
Vice-Presidente	Dr. Félix Nascimento Esteves
Secretário	Dra. Tânia Rodrigues Nascimento
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Presidente	Engº MMM João António da Silva Pintassilgo
Vogal	Dra. Maria Elisa Silva Saloio (*)
Vogal	Dr. Isidro Durão Heitor
	ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO
	CONSELHO FISCAL
Presidente	Dra. Maria Teresa Figueiredo Alves Carvalho
Vogal	Dra. Alexandra Maria Brito Carvalho
Vogal	Dr. Carlos Lipari Garcia Pinto
Vogal-suplente	Dr. Carlos Alberto Dores Costa
	REVISOR OFICIAL DE CONTAS
Efectivo	Barbas, Martins, Mendonça e Associados, SROC
	Inscrição na OROC nº. 100 e registo na CMVM nº. 8968
	Representada por: Dr. Issuf Ahmad (ROC nº 779)
Suplente	Dr. José Luís Mesquita Barbas

(*) Apresentou renúncia em 01 de Fevereiro de 2011

ÁREAS DE RESPONSABILIDADE

dos membros do Conselho de Administração

Presidente	João Pintassilgo	**Comunicação, Segurança e Ambiente, Exploração, Manutenção**
Vogal	Maria Elisa Saloio	**Financeiro, Comercial, Informática**
Vogal	Isidro Durão Heitor	**Pessoal, Jurídico, Serviços Gerais**

ADMINISTRADORES

Funções exercidas noutras empresas

PRESIDENTE - João António da Silva Pintassilgo

Presidente do Conselho de Administração da Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.
Presidente da Mesa da Assembleia Geral da AATF - Associação dos Armadores do Tráfego Fluvial

VOGAL - Maria Elisa da Silva Saloio

Vogal do Conselho de Administração da Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da OTLIS, ACE

VOGAL - Isidro Durão Heitor

Vogal do Conselho de Administração da Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.
Presidente do Conselho Fiscal da AATF - Associação dos Armadores do Tráfego Fluvial

ESTRUTURA DE GESTÃO

Direcção Financeira	Dr. Pedro Rolo
Direcção de Pessoal	Dr. Raúl Matias
Direcção Comercial	Dra. Teresa Gato
Direcção de Exploração	Cmte. António Ferreira
Direcção de Segurança e Ambiente	Engº Meira da Cunha
Direcção de Manutenção da Transtejo	Engº Meira da Cunha*
Gabinete de Manutenção da Soflusa	Engº José Pedrico Pereira
Gabinete de Informática e Comunicações	Engº Américo Silva
Gabinete Jurídico e de Apoio ao CA	Dra. Tânia Nascimento
Gabinete de Recursos Materiais	Dr. Miguel Alves

* *Em acumulação temporária*

AUDITOR EXTERNO

PricewaterhouseCoopers & Associados - SROC, Lda.

Inscrição na OROC nº 183

Registo na CMVM nº 9077

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, nº 1 1050-217 Lisboa

6. Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais

Estatuto remuneratório fixado

(Comissão de Fixação de Remunerações de 15/07/2009)

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL		
Presidente	Senha de presença	557,96
Vice-Presidente	Senha de presença	340,16
Secretário	Senha de presença	279,54

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Administradores *(Executivos)*	Remuneração Fixa *(14 vezes por ano)*	Remuneração Variável *(Anual)*	Outras regalias *(Benefícios remuneratórios)*
Presidente	5.452,58 euros 14 vezes por ano	Até 35% da componente fixa, em função do cumprimento dos objectivos anuais definidos	Viatura de serviço até ao limite de 1.000 euros de renda mensal Combustível até ao limite de 30.000 km/ano Telemóvel até ao limite de 100 euros/mês
Vogais	4.689,47 euros 14 vezes por ano	Até 35% da componente fixa, em função do cumprimento dos objectivos anuais definidos	Viatura de serviço até ao limite de 900 euros de renda mensal Combustível até ao limite de 30.000 km/ano Telemóvel até ao limite de 100 euros/mês

CONSELHO FISCAL	
Presidente	20% da remuneração mensal ilíquida atribuída ao Presidente do Conselho de Administração, 14 vezes por ano
Vogais	15% da remuneração mensal ilíquida atribuída ao Presidente do Conselho de Administração, 14 vezes por ano

REVISOR OFICIAL DE CONTAS	
Honorários fixados de acordo com os critérios previstos no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas	
Valor acordado: 26.700 euros	Conforme contrato celebrado em 03.07.2009

Remunerações auferidas em 2010

No exercício de 2010, foi dado cumprimento aí previsto no artigo 12º da Lei nº 12/2010, de 30 de Junho, tendo sido reduzida a título excepcional em 5% a remuneração dos gestores públicos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	REMUNERAÇÃO FIXA	REDUÇÃO *Lei 12-A (30/06/2010)*	OUTRAS (2) REMUNERAÇÕES	TOTAL PROCESSADO	PLANOS DE PENSÕES / SAÚDE (3)
Presidente: João António da Silva Pintassilgo	(1) 81.721,64	(5.184,91)	1.875,65	78.412,38	4.931,50
Vogal: Maria Elisa Silva Saloio	65.652,58	(2.110,32)	1.883,18	65.425,44	
Vogal: Isidro Durão Heitor	65.652,58	(2.110,32)	2.202,67	65.744,93	
TOTAL	**213.026,80**	**(9.405,55)**	**5.961,50**	(4) **209.582,75**	**4.931,50**

(1) Vencimento pago directamente pela Transtejo, de acordo com o que auferia na EDP

(2) Inclui subsídios de alimentação e subsídios para estudo (dependentes)

(3) Encargo com Plano de Pensões da EDP, debitado à Transtejo por aquela empresa, no âmbito da sua relação de trabalho com o Eng João Pintassilgo

(4) A diferença de 9.368,96 € para o valor indicado na Nota 28 do ADF respeita ao ajustamento da estimativa dos encargos com férias.

Em cumprimento do Despacho de 25 de Março de 2010 do Ministro de Estado e das Finanças, comunicado através do ofício circular nº. 2590, de 26 de Março de 2010, não foram atribuídos quaisquer prémios de gestão aos membros do Conselho de Administração em 2010.

CONSELHO FISCAL	TOTAL PROCESSADO
Presidente: Maria Teresa Figueiredo Alves Carvalho	14.776,46
Vogal: Alexandra Maria Brito Carvalho	11.082,31
Vogal: Carlos Lipari Garcia Pinto	11.082,31
TOTAL	(1) **36.941,08**

(1) A diferença de 136,86 € para o valor indicado na Nota 28 do ADF respeita ao ajustamento da estimativa dos encargos com férias.

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL	SENHA PRESENÇA (Referente a 2010)	SENHA PRESENÇA (Referente a 2009)	TOTAL PROCESSADO
Presidente: António M. V. dos Santos Mendonça Mendes	-*	557,96	557,96
Vogal: Félix Nascimento Esteves	340,16	340,16	680,32
Vogal: Tânia Rodrigues Nascimento	279,54	279,54	559,08
TOTAL	**619,70**	**1.177,66**	**1.797,36**

** Prescindiu do recebimento da senha de presença*

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Barbas, Martins, Mendonça e Associados, SROC **23.200,00** *(1)*

(1) Honorários facturados e contabilizados em "Fornecimentos e serviços externos - Trabalhos Especializados"

7. CV's dos membros do Conselho de Administração

Presidente do CA
João António da Silva Pintassilgo

Nome: João António da Silva Pintassilgo

Data de nascimento: 13.06.1948

Naturalidade: Lisboa

Estado Civil: Casado

Qualificações académicas:

Engenheiro Maquinista da Marinha Mercante, diplomado pela Escola Náutica Infante Dom Henrique.

Serviço Militar:

Serviço Normal na Armada, na Escola de Fuzileiros, com Curso Formação Oficiais Reserva Marítima em 1968.

Licenciado em 1975 como Sub-Tenente da Reserva Marítima.

Actividade Profissional:

Presidente do Conselho de Administração da Transtejo e da Soflusa, desde Julho 2008.

Vogal do Conselho de Administração da Transtejo e Soflusa, de Julho 2005 a Julho 2008.

Quadro Superior da EDP desde 1975, tendo desempenhado funções Técnicas e de Gestão na Produção Térmica e de Comunicação, nomeadamente Director de Central Termoeléctrica e Responsável de Gabinete de Comunicação e Documentação.

Oficial da Marinha Mercante – Engenheiro Maquinista, de 1969 a 1975

Formação Complementar:

XIX PDE da AESE – 2000

Curso de "Teorias e Métodos de Gestão", na EDP

Curso de " Liderança e Eficácia de Trabalho em Grupo", na EDP

Curso de "Organização de Empresas", na EDP

Curso de "Segurança para Quadros no Sector Eléctrico", na EDP

Curso de "Auditorias de Qualidade", no ISQ

Frequência do Curso de Psicologia Organizacional do ISPA.

Actividades Complementares:

Deputado da Assembleia Municipal do Barreiro, desde 1998.

Deputado da Assembleia Metropolitana de Lisboa, de 2006 a 2009.

Vereador da Câmara Municipal do Barreiro, de 1989 a 1993, com o Pelouro do Ambiente e Recursos Naturais, onde foi responsável pela criação do Serviço Municipal de Protecção Civil do Barreiro, tendo dirigido em colaboração com o SNPC a elaboração do Plano Emergência Externo Complexo Industrial \Barreiro e dirige o seu Exercício-Teste "Gaivota 93".

Exerceu funções em Comissão Administrativa de Plano Formação Profissional, 1986 a 1988.

Vogal do CA
Maria Elisa Silva Saloio

Nome: Maria Elisa Silva Saloio

Data de nascimento: 20.04.1951

Estado Civil: Casada

Qualificações académicas:

Licenciatura em Finanças pelo Instituto Superior de Economia, no ano lectivo de 1975/76, com a média de 14 valores.

Actividade Profissional:

Membro do Conselho de Administração da Transtejo, S.A., desde Dezembro de 2006.

Adjunta do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, de Abril de 2005 a Dezembro de 2006, onde exerceu funções de apoio técnico e representou o Ministério das Finanças em diversos Grupos de Trabalho, nomeadamente no da revisão da Lei das Finanças das Regiões Autónomas e da elaboração do Quadro de Referência Estratégico Nacional para o período de programação 2007-2013.

De Novembro de 2003 a Abril de 2005 desempenhou funções no Departamento de Prospectiva e Planeamento, fazendo parte do *staf* do gabinete da Directora Geral, tendo colaborado, na parte relativa à área dos transportes, na elaboração de um documento estratégico para o período 2007-2015 (Visão estratégica para o QREN), coordenado pelo Dr. Félix Ribeiro.

Directora-Geral do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério do Equipamento Social/ Ministério das Obras Públicas Transportes e Habitação, de Fevereiro de 2001 a Novembro de 2003.

No âmbito destas funções foi nomeada coordenadora do Grupo de Trabalho Temático dos Transporte do QCA III.

Assessora no Gabinete do Ministro do Equipamento Social, de 1999 a 2001, para os assuntos financeiros, designadamente na área do orçamento e dos fundos comunitários, tendo colaborado, durante o ano de 2000, nas negociações com a Comissão Europeia do Programa Operacional dos Transporte no âmbito do QCA III.

Directora da Direcção de Serviços do Investimento do Sector Público Administrativo, no Departamento de Prospectiva e Planeamento, no período 1995-1999, exercendo as funções de coordenação da preparação, elaboração, gestão e acompanhamento do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC). Participação na elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social para 2000-2006 e no estudo sobre "Investimento público em Portugal" apresentado na OCDE.

Chefe de divisão da Direcção de Serviços de Investimento do Sector Público Administrativo, no Departamento Central de Planeamento, de 1991 a 1995, tendo sido responsável pela concepção de um sistema de acompanhamento de grandes projectos de investimento;

Técnica superior do Departamento de Acompanhamento e Avaliação, de 1988 a 1991, tendo exercido funções na área da monitorização e supervisão de projectos do Sector Público e participado na concepção de um sistema de indicadores para avaliação dos programas do Quadro Comunitário de Apoio;

Técnica superior do Secretariado Permanente para as Empresas Públicas, em 1985, exercendo funções no órgão de acompanhamento das empresas públicas;

Em 1984 foi destacada para o Núcleo de Apoio às Empresas Públicas, organismo técnico de staff do Secretário de Estado do Planeamento;

Em 1977 ingressou no Departamento Central de Planeamento, tendo desempenhado funções nas áreas relacionadas com a preparação e acompanhamento do Programa de Investimentos do Sector Público Administrativo e do Programa de Investimentos do Sector Empresarial do Estado, destacando-se a participação na elaboração dos programas de investimento e análise financeira e económica dos projectos de investimento; colaborou ainda na elaboração de diversos estudos, designadamente o estudo "Características das Empresas Públicas do sector dos Transportes e Comunicações" e participou na elaboração dos contratos-programa das empresas públicas de transportes;

Formação complementar:

Curso "The Management of Change" na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, em 1982;

Curso sobre "Auxílios Públicos às Empresas: Disciplina Comunitária" no INA, em Março de 1985;

Estágio na OCDE, realizado em França sobre "Metodologias de avaliação económica e de impactos de projectos de investimento público";

Seminário realizado no IAPMEI com peritos ingleses sobre "Avaliação dos sistemas de incentivos concedidos às empresas do sector da Indústria";

Curso sobre "Redes Transeuropeias", no INA, em 1994;

Curso sobre "Portugal e a União Económica e Monetária: Convergência e Moeda única" no INA em Novembro de 1997;

Acção de formação sobre Contabilidade Nacional, efectuada no Departamento de Prospectiva e Planeamento por técnicos do Instituto Nacional de Estatística.

Seminário realizado pela Comissão Europeia sobre "Avaliação de Programas"

Participou em diversos seminários, conferências nacionais e internacionais e grupos de trabalho.

Vogal do CA
Isidro Durão Heitor

Nome: Isidro Durão Heitor

Data de nascimento: 10.06.1955

Naturalidade: Ortiga – Mação

Estado Civil: Casado

Habilitações

Licenciatura em Direito (Julho/1980) – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Pós Graduação "Mudança Organizacional" – Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Economia – 2003

PT Talent Advanced – Management Development Program – Curso composto pelos módulos "Reflectir para Evoluir", "Conhecer para Comunicar", "Comunicar para Gerir" e "Projectar para o Futuro" – 2006

CAP – Certificado de Aptidão Profissional – IEFP

Serviço Militar: Estado-maior do Exército – Repartição de Pessoal (Alferes Miliciano)

Formação Profissional:

Frequência de várias dezenas de acções de formação relacionadas com Gestão Empresarial, Gestão Financeira, Gestão de Recursos Humanos, Direito do Trabalho e das Comunicações e Informática

Participante e orador em vários Encontros, Seminários e Colóquios (Nacionais e Internacionais)

Associações Profissionais:

Ordem dos Advogados – 1983 (inscrição suspensa, a pedido)

APG - Associação Portuguesa dos Gestores e Técnicos de Recursos Humanos

Actividade Profissional:

TT – Transtejo – Transportes Tejo, SA
Membro do Conselho de Administração (desde 2008)
SL– Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, SA
Membro do Conselho de Administração (desde 2008)

PT - Portugal Telecom, SA
Director do Departamento de Administração de Pessoal
Director / Coordenador do Projecto "Outplacement / Outsourcing"
Director de Recursos Humanos da Zona 2 (Sul)
Director do Departamento da Política Social
Director do Departamento dos Serviços de Transição
Manager do Centro de Desenvolvimento de Competências
Membro das seguintes Comissões/Equipas:
Responsável pelo Estudo, Concepção e Implementação da PT ACS (Associação dos Cuidados de Saúde da Portugal Telecom)
Formação Estratégica da PT Comunicações
Comissão Paritária emergente do AE PT Comunicações

TDP – Teledifusora de Portugal, SA
Director de Pessoal (1991/94)

CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EP
Chefe do Serviço de Pessoal da Região Sul (1983/86)
Director da Divisão de Estudos e Contratação Colectiva (1987)
Responsável pelos Serviços de Pessoal da Direcção de Operações Sul – 1989/91
Coordenador de Equipas de Projecto
Legal Representante da CP nos Tribunais de Trabalho

Ministério da Justiça
Representante do Ministério Público no Circulo Judicial de Tomar - 1981

Associação dos Industriais Metalúrgicos e Metalomecânicos do Sul
Consultor de Relações Laborais e de Gestão de Recursos Humanos (1982/83)

Faculdade de Direito
Monitor de Direito do Trabalho (1980/81)

Actividades extra-profissionais

Autarca (Deputado Municipal e membro de Assembleia de Freguesia)
Dirigente de Instituições de Solidariedade Social e de Associações Culturais e Desportivas

Membro da Comissão Dinamizadora e Dirigente do "Fórum Telecomunicações"
Membro do "Clube de Roma" (reflexão sobre Comunicações)
Presidente do Conselho Fiscal da Associação dos Armadores de Tráfego Local

8. Análise da Sustentabilidade nos domínios Económico, Social e Ambiental

Deu-se continuidade à estratégia de sustentabilidade definida em 2008, que visa permitir responder aos desafios colocados ao Grupo enquanto operador público do sistema de mobilidade da região de Lisboa. Essa estratégia, cuja realidade se mantém ainda, baseia-se em cinco dimensões cujo enunciado é formulado da seguinte forma:

- seguir o rumo da mobilidade sustentável;
- proteger o rio e o ambiente;
- ancorar a comunidade ribeirinha e reavivar a memória do Tejo;
- motivar e formar os colaboradores;
- criar valor para o accionista e restantes *stakeholders*.

Durante o ano 2010 desenvolveram-se um conjunto de acções cuja informação mais detalhada se encontra tratada no Relatório de Sustentabilidade.

9. Avaliação fundamentada sobre o grau de cumprimentos dos Princípios do Bom Governo (PBG's)

"Considera-se que a Transtejo – Transportes Tejo, S.A., cumpriu, no essencial, os preceitos relacionados com os Princípios do Bom Governo, as obrigações de informação decorrentes do Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado e as normas dos Estatuto do Gestor Público." (*in* Relatório do IGOPTC nº 701/10 – Auditoria Técnica – Verificação do cumprimento do quadro legal do SEE).

Para além disso, a empresa dá cumprimento aos deveres especiais de informação a que alude o Despacho nº 14277 / 2008 de 23 de Maio, reportando à DGTF e à IGF.

Na sequência da deliberação do Accionista na Assembleia-Geral de aprovação das contas de 2009, a Empresa deu continuidade aos trabalhos necessários à reformulação do teor do Protocolo – *Interface do Cais do Sodré – Terminal Fluvial*, assinado com o Metro em 01.09.2009.

No cumprimento do disposto na Lei nº 12-A/2010 de 30 de Junho, a Empresa procedeu à abertura de conta no IGCP no âmbito do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (UTE).

10. Apresentação do Código de Ética

O Código de Ética foi aprovado pelo Conselho de Administração no ano de 2008, após período de debate interno e tem por objectivos:

- Expandir e consolidar as relações de confiança do Grupo com as partes interessadas (*stakeholders*).
- Explicitar os valores com os quais nos identificamos e que permitam mais adequadamente cumprir a missão do Grupo e reforçar a sua cultura específica.
- Clarificar junto de todos os dirigentes, chefias e demais responsáveis e colaboradores as regras de conduta que os mesmos devem observar nas suas relações recíprocas e nas que, em nome do Grupo, estabelecem com as partes interessadas.

O Código de Ética encontra-se disponível para consulta nos sites da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (www.dgtf.pt) e da Transtejo (www.transtejo.pt) e é aplicável a todas as pessoas que trabalham no Grupo Transtejo e ainda àquelas que colaboram com uma e/outra das referidas sociedades, ao abrigo de contrato de prestação de serviços, de estágio ou de mandato, sendo para efeitos deste código todas designadas "colaboradores".

11. Sistema de Controlo Interno

O Conselho de Administração considera que o Grupo dispõe de um controlo apropriado à sua dimensão e complexidade, dispondo de normativos internos adequados à protecção dos seus investimentos e dos seus activos. O levantamento de todos os riscos relevantes assumidos pelo Grupo encontra-se reportado no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas aprovado em 28.01.2010, o qual será revisto durante o ano de 2011.

Com o objectivo de aprofundar o controlo das práticas internas, foi criada em 2010 a actividade de Auditoria Interna.

12. Mecanismos de prevenção de conflitos de interesse

Estão definidas internamente e mantiveram-se em prática ao longo do exercício de 2010 as seguintes medidas, com vista à prevenção de conflitos de interesse:

- A decisão de aprovação de despesas realizadas por qualquer um dos membros dos Órgãos Sociais é sempre da responsabilidade de um membro dos Órgãos Sociais distinto daquele que efectua a despesa.

- Os membros dos Órgãos Sociais cumpriram os deveres de informação a que, por lei, se encontram obrigados, tendo em vista salvaguardar a existência de conflitos de interesse. Esta divulgação é de responsabilidade dos próprios, de acordo com a legislação específica para os altos cargos públicos, tendo para o efeito sido apresentadas ao Procurador-Geral da República, por cada um dos membros do Conselho de Administração uma "Declaração de inexistência de incompatibilidades ou impedimentos".

13. Elementos a que alude o *Artº 13º-A do Dec-Lei 300/2007, de 23 de Agosto*

O cumprimento das divulgações que, de acordo com o Artigo 13º.A do Decreto-lei nº. 300/2007, devem constar nos relatórios de gestão, encontra-se relatado nos capítulos apropriados deste Relatório, com excepção da:

i) Indicação do número de reuniões do Conselho de Administração

- ✓ No exercício de 2010 realizaram-se 103 reuniões do Conselho de Administração com periodicidade semanal, sendo 53 da Transtejo e 50 da Soflusa, conforme definido nos estatutos.

- ✓ Decisões mais relevantes adoptadas pelo Conselho de Administração no exercício:

  - Na estrutura organizacional do Grupo Transtejo foi criado o Gabinete de Recursos Materiais, com o objectivo de tornar mais eficiente o sistema de aquisição de bens e serviços e garantir, com carácter duradouro e sustentável a redução de custos e a melhoria da qualidade das compras – 07/01/2010

- Cessão da Posição Contratual da Soflusa à Transtejo, no âmbito do contrato de concessão da CP, referente à utilização dos Terminais do Terreiro do Paço e Barreiro – 28/01/2010

- O Conselho de Administração aprovou a implementação do Sistema de Avaliação de Desempenho - 28/01/2010

- Foi aprovado o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas para o Grupo Transtejo - 04/02/2010

- No âmbito das medidas de implementação do Plano de Comunicação Interna, foi aprovada a criação dos seguintes Canais de Comunicação Permanente com os Trabalhadores: Caixa de Sugestões e Correio Electrónico para o Presidente do Conselho de Administração - 11/03/2010

- Na sequência do convite endereçado ao Grupo Transtejo pelo Presidente do Comité do Transporte Fluvial da UITP, a Transtejo foi a anfitriã da 30.ª Reunião do Comité do Transporte Fluvial da UITP, que teve lugar nos dias 10 a 12 de Outubro de 2010 – 22/07/2010

- O Conselho de Administração aprovou a participação da Transtejo na terceira edição do certame Portugal Tecnológico, subordinado ao tema "A tecnologia como *input* para aumento da qualidade do serviço público" – 05/08/2010

- Aposta nas energias renováveis através da aquisição e instalação de painéis solares térmicos para o edifício da Estação de Cacilhas – 24/09/2010

- Aprovação de Procedimentos para Controlo do Stock de Papel no Grupo Transtejo, com o duplo objectivo de reduzir o consumo de recursos e minimizar a produção de resíduos - 30/09/2010

- A Transtejo apoiou a realização da Cimeira da Nato que teve lugar nos dias 19 e 20 de Novembro de 2010, no Parque das Nações, em Lisboa, através da cedência de dois navios – 14/10/2010

- Integração da direcção e gestão das actividades de Manutenção da Frota da TT e SL, e consequente extinção do Gabinete de Manutenção da Soflusa – 29/10/2010

- Lançamento do Processo de Adjudicação da Prestação de Serviços de Exploração de Publicidade para o Grupo Transtejo que, pela optimização da utilização de espaços disponíveis, permite garantir uma fonte adicional de receita – 16/12/2010

- Aprovação do estudo elaborado com vista à Reestruturação da Função Manutenção da Transtejo/Soflusa – 16/12/2010

- Com vista a optimizar o Consumo do Bem Essencial Água e contribuir para a redução de custos, foi contratada a instalação de bebedouros em todos os espaços do Grupo Transtejo, promovendo o consumo da água da rede pública. Cumprem–se, assim, com este pequeno grande passo, alguns objectivos estratégicos do grupo Transtejo para 2011: - *Redução dos custos operacionais; - Consciencialização e o envolvimento de todos os colaboradores nas boas práticas ambientais do Grupo Transtejo;- Implementação de sistemas de gestão para a redução do consumo de recursos naturais e minimizar a produção de resíduos através de medidas de redução, reutilização, reciclagem e valorização* (*in* Declaração de Política de Ambiente do Grupo Transtejo) - 23/12/2010.

ii) Divulgação de informação no site da empresa e no site do SEE

(Ver quadros detalhados apresentados no Anexo I deste Relatório (Página 57)

14. Objectivos e Graus de Cumprimento

De acordo com o Contrato de Gestão, a Transtejo assumiu um conjunto de objectivos e metas, cujo grau de cumprimento se apresenta no quadro seguinte:

	INDICADOR	Peso (%)	OBJECTIVO 2010	REAL 2010	PONTUAÇÃO
1	**Consumo de combustível por LKO *(litros)***	10%	0,025 L	0,025 L	10,0%
2	**Custos de manutenção por LKO (€)**	10%	0,018 €	0,008 €	15,6%
3	**Taxa de cobertura dos Custos Operacionais**	12%	38%	53%	16,7%
4	**Custos Operacionais por Passageiro Transportado**	10%	1,50 €	1,43 €	10,5%
5	**Prazo Médio de Pagamentos a fornecedores *(dias)***	5%	45 dias	77	1,4%
6	**Emissões de CO2 por LKO *(kg)***	10%	0,067g	0,063	10,6%
7	**Margem do EBITDA**	11%	-62%	-20%	17,9%
8	**Custos Pessoal Tripulante / TOTAL Custos Pessoal**	12%	50%	47%	11,4%
9	**Grau de cumprimento do Plano de Investimentos**	5%	85%	35%	2,0%
10	**Índice de Qualidade da Oferta**	15%	100%		15,9%
	Nº Reclamações *por mil PT*	40%	0,030	0,029	41,3%
	Regularidade	40%	99,7%	99,2%	39,8%
	Nº Acidentes com passageiros *por mil PT*	20%	0,0017	0,0013	24,71%
		100%			112,0%

Assinala-se que, o grau de cumprimento global dos objectivos fixados no Contrato de Gestão superou o alcançado em 2009 em 4,3 p.p.

3 ACTIVIDADE

PROCURA

Conforme foi referido na nota introdutória e se pode constatar no quadro seguinte, o número de passageiros transportados manteve-se estável face ao ano transacto, registando uma ligeira variação positiva de 0,7%.

	LINHAS	10/09		2010		2009		2008	
		PT	PKT	PT	PKT	PT	PKT	PT	PKT
TT	Montijo - Cais do Sodré	2,2%	12,9%	1.757.022	24.246.904	1.719.010	21.470.435	1.749.749	21.854.365
TT	Seixal - Cais do Sodré	1,2%	-12,8%	1.822.598	15.856.603	1.800.303	18.183.060	1.817.587	18.357.629
SL	Barreiro - Terreiro do Paço	2,1%	2,1%	10.970.085	109.700.851	10.743.976	107.439.760	10.674.469	106.744.690
TT	Cacilhas - Cais do Sodré	-0,6%	4,6%	13.162.481	29.089.083	13.239.483	27.802.914	13.340.083	28.014.174
TT	Trafaria - P. Brandão - Belém	-1,5%	-15,5%	819.183	2.639.283	831.599	3.122.630	864.099	3.185.663
	TOTAL	0,7%	2,0%	28.531.369	181.532.724	28.334.371	178.018.799	28.445.987	178.156.521

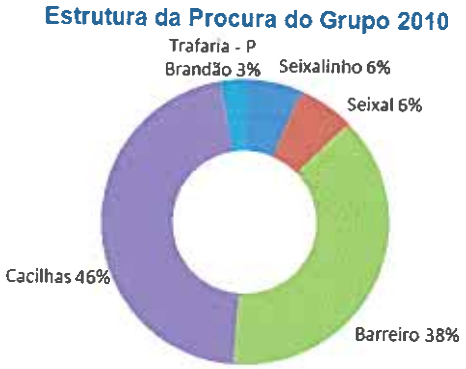
PT - passageiros transportados
PKT - passageiros quilómetro transportados

Esta evolução é, contudo, diferenciada, quando se analisa cada uma das carreiras individualmente, constatando-se que os acréscimos ocorrem nas carreiras de percursos mais longos e as diminuições nas carreiras mais curtas, facto que justifica o nível mais elevado de crescimento dos passageiro-quilómetro, 2% face a 2009.

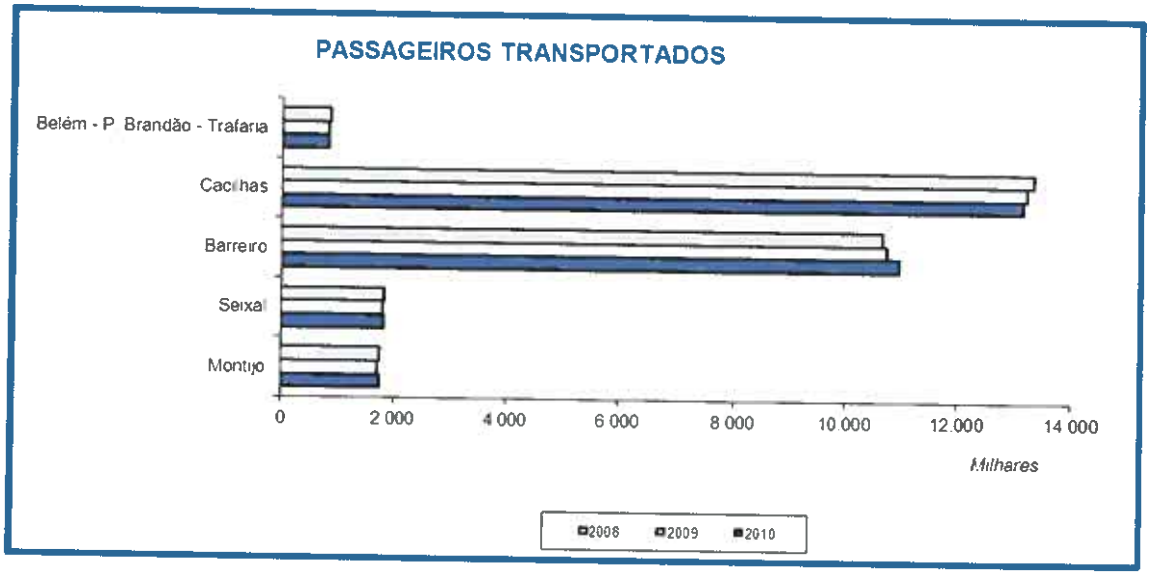
O sistema de controlo de acessos (bilhética) instalado no Grupo tem vindo progressivamente a ser aperfeiçoado, permitindo com cada vez maior fiabilidade determinar os indicadores de procura com base no número efectivo de validações. O Grupo conta poder disponibilizar essa informação, quando uma base estatística mínima de três anos dê maior sustentabilidade ao novo critério, o que se considera viável no Relatório de 2011.

Para os anos de 2009 e 2010, o Grupo procedeu a uma reapreciação da distância quilométrica entre as origens e destinos das diversas carreiras, com base nos actuais canais de navegação, tendo procedido aos adequados ajustamentos no cálculo dos PK's.

Em termos de procura, as carreiras mais relevantes do Grupo continuam a ser as de Cacilhas e Barreiro, as quais, em conjunto, representam 85% da procura.



Merece referência particular a crescente importância da carreira do Barreiro, que regista um acréscimo superior a um milhão de passageiros no período compreendido entre 2007 e 2010, facto que decorre das melhorias introduzidas ao nível da qualidade da frota e da intermodalidade com o Metro. Está ainda previsto para 2012 a conclusão das obras no Terminal do Terreiro do Paço, que terá igualmente impacto na melhoria do serviço prestado.

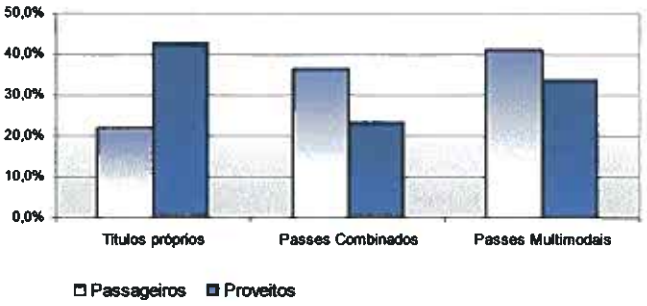


Da análise da procura por tipo de títulos de transporte, confirma-se em 2010, a boa aceitação do *Zapping* cuja implementação, associada à concessão de bónus e alargada ao Metro e à Carris, constituiu um contributo valioso para a mobilidade interna urbana, tendo ganho a preferência dos clientes.

ESTRUTURA DE TÍTULOS DE TRANSPORTE

- Por Proveitos e Passageiros -

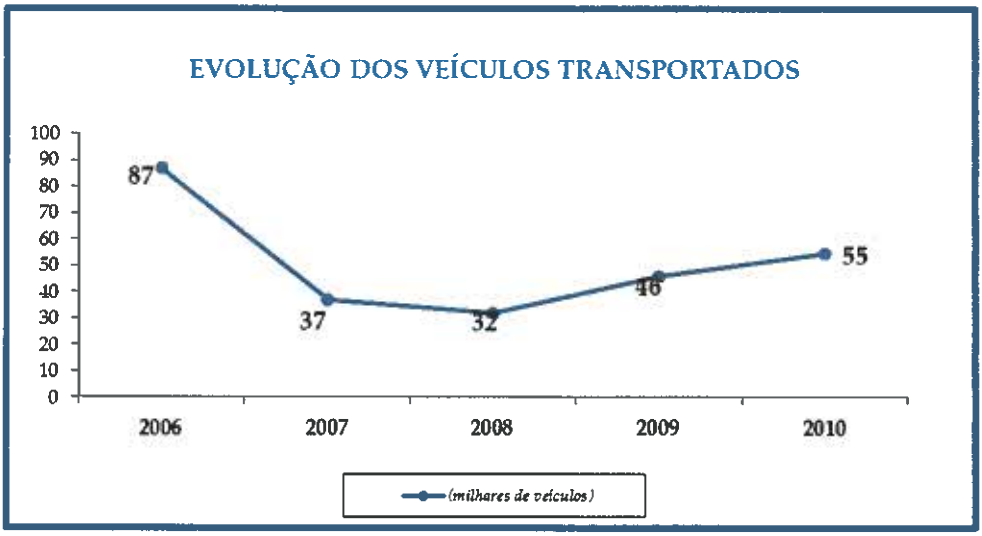
TÍTULOS	PROVEITOS		PASSAGEIROS	
	2010	2009	2010	2009
Títulos próprios	42,8%	43,0%	21,6%	22,1%
Bilhetes	37,0%	37,5%	14,8%	15,6%
Passes	5,8%	5,5%	6,8%	6,5%
Passes Combinados	24,0%	23,4%	37,2%	36,7%
Passes Multimodais	33,2%	33,6%	41,1%	41,2%



Como se pode verificar no gráfico anterior, mantém-se o desajuste estrutural entre a receita e os passageiros, por título de transporte, constatando-se que os 21,2%de passageiros com títulos próprios, são responsáveis por 42,8% da receita, enquanto os cerca de 78% que utilizam os passes, geram somente 57,2% da receita.

Por Despacho Normativo dos Ministros das Finanças e Administração Pública, da Economia, Inovação e Desenvolvimento e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, foi fixada em 1,20% a percentagem máxima de aumento médio para os transportes urbanos de Lisboa e Porto, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2010.

O transporte de veículos por ferry-boat, regista pelo segundo ano consecutivo, um acentuado crescimento (cerca de 20%) do número de veículos transportados. É expectável, por isso, que com as melhorias das infraestruturas fixas (terminais) e flutuantes (novos ferries), o crescimento seja ainda mais acentuado em 2011 e anos seguintes.



OFERTA

Ao nível da oferta, regista-se a regularidade dos indicadores (viagens, LKO e horas de serviço). A excepção a este quadro ocorre com a linha de Cacilhas, facto que se deve a ajustamentos na oferta das carreiras de passageiros, com a retirada de um navio sem reflexo na procura, após o regresso ao Cais do Sodré do serviço por ferry-boat.

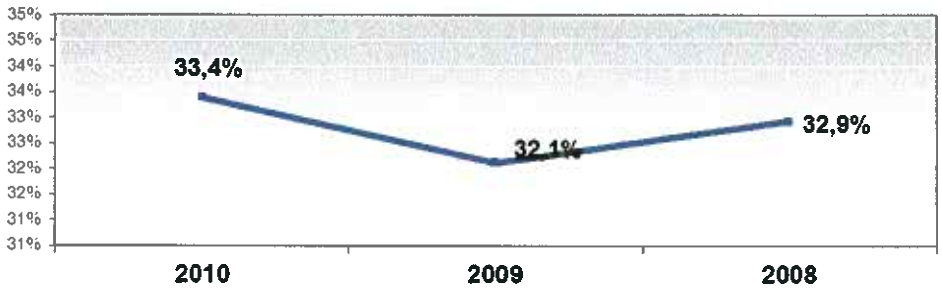
Este conjunto de indicadores encontra-se também influenciado pelo impacto da supressão de carreiras devido à Greve Geral, à Visita do Papa Bento XVI e à Cimeira da Nato.

LINHAS	2010			2009			2008		
	Viagens	Horas Serviço	LKO	Viagens	Horas Serviço	LKO	Viagens	Horas Serviço	LKO
TT Montijo - Terreiro do Paço (*)	15.816	8.799	100.952.879	15.886	8.812	94.426.910	15.829	8.815	94.704.513
TT Seixal - Terreiro do Paço (*)	20.776	9.459	69.256.202	20.836	9.437	79.806.524	20.914	9.505	81.858.268
SL Barreiro - Terreiro do Paço	47.803	15.934	286.784.010	48.060	16.020	288.341.460	47.080	15.692	282.316.720
TT Cacilhas - Cais do Sodré	57.540	20.211	59.250.995	67.393	22.366	68.014.487	70.259	23.831	58.054.418
TT Trafaria - P. Brandão - Belém	17.487	9.312	27.428.268	17.506	9.559	23.671.676	17.584	9.604	24.161.505
TOTAL	**159.422**	**63.715**	**543.672.354**	**169.681**	**66.194**	**554.261.057**	**171.666**	**67.447**	**541.095.424**

(*) Estas carreiras, por força dos trabalhos no Terreiro do Paço, têm por destino na margem Norte o Terminal do Cais do Sodré

A taxa de ocupação da frota regista um ligeiro crescimento. No entanto, dificilmente se poderá vir a verificar um aumento significativo face às características da frota e ao carácter pendular da procura.

TAXA DE OCUPAÇÃO DA FROTA



FROTA

A frota da Empresa a 31 de Dezembro de 2010, era constituída pelo seguinte conjunto de embarcações:

Tipo	Quant.	Lotação Passageiros	Lotação Viaturas	Média Idade (anos)
Catamarãs	20	500 (8) 291 (2) 600 (9) 146 (1)	- - - -	8,5
Ferries	2	380 (1) 351 (1)	10 30	55
Classe Alemã	4	280 (2) 297 (1) 279 (1)	- - -	52
Cacilheiros	7	480/cada	-	29
Convencionais	2	1000/cada	-	18

Este conjunto de navios não inclui as duas novas unidades, a primeira das quais recebida em Outubro de 2010, o ferry-boat "Lisbonense". O segundo navio "gémeo", o "Almadense", será entregue no 1º trimestre de 2011.

Estas duas embarcações, construídas em Portugal, nos estaleiros da Navalria, em Aveiro, têm capacidade para o transporte de 360 passageiros sentados e 29 veículos e entrarão em funcionamento em 2011. A sua capacidade de transporte de passageiros permitirá a sua integração no serviço proporcionado a partir de Cacilhas, libertando recursos para a previsível reabertura da ligação ao Terreiro do Paço.

Está ainda previsto para 2011 o abate operacional, com ou sem alienação, de alguns navios das diversas classes, que, por serem considerados excedentários face ao actual nível da procura e pelo custo excessivo de conservação, não justificam a sua manutenção como unidades de reserva.

O que determinará a sua alienação ou não, será a opção a ser tomada, relativamente ao projecto de renovação da frota e ao nível de oferta que vier a ser definida para o serviço público de transporte fluvial.

ACTIVIDADES ACESSÓRIAS

O conjunto de actividades comerciais desenvolvidas pelo Grupo em complementaridade com a sua actividade principal, consiste basicamente na exploração de espaços para publicidade e comércio e de estacionamento nos seus Terminais da margem Sul e no desenvolvimento da actividade de fretamento de embarcações e de turismo através da realização de "Cruzeiros no Tejo".

No seu conjunto, estas actividades – cujo detalhe se apresenta no quadro seguinte – geraram rendimentos no montante de 1.277 mil euros, valor muito semelhante ao registado em 2009.

milhares de €

ACTIVIDADES ACESSÓRIAS	10/09	2010	2009	2008
TERMINAIS				
TT Espaços Comerciais	0,3%	271	270	178
TT Publicidade	-24,7%	98	130	145
TT Parques de Estacionamento	0,9%	83	82	83
TT Outros	-7,4%	52	56	80
SL Espaços e Outros	-4,6%	238	250	262
TRÁFEGO				
TT Fretamento de Navios	-4,6%	191	200	91
TT Turismo	21,6%	344	283	294
TOTAL	**0,4%**	**1.277**	**1.272**	**1.133**

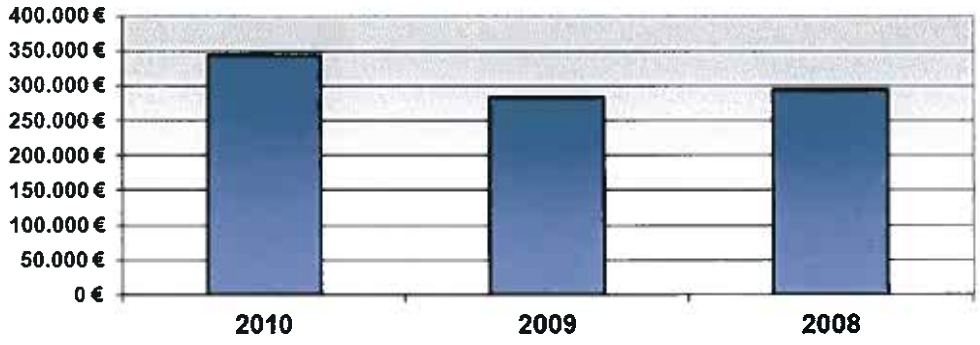
Destaca-se a actividade dos "Cruzeiros no Tejo", que registou uma notável melhoria relativamente a 2009. Com efeito, tendo efectuado o mesmo número de circuitos, quer o número de turistas, quer a receita arrecadada tiveram uma evolução positiva conforme se pode verificar no quadro seguinte. A este facto, não é alheia a diversificação da tipologia de bilhetes em função do local de embarque adoptado em 2010.

CIRCUITOS TURÍSTICOS

2010			2009			2008		
Clientes	Receita	Número Circuitos	Clientes	Receita	Número Circuitos	Clientes	Receita	Número Circuitos
24.161	344.345 €	214	19.089	283.272 €	214	24.700	294.013 €	229

Esta situação é explicada, no essencial, por acordos estabelecidos com parceiros especializados, e por uma divulgação mais apelativa e alargada do serviço, junto das instituições nacionais e internacionais do sector e ainda pela diversificação do tipo de bilhetes, ajustados a percursos com origem / destino em pontos diferentes da cidade.

RECEITA DA ACTIVIDADE *"Cruzeiros no Tejo"*



OUTROS ACONTECIMENTOS RELACIONADOS COM A ACTIVIDADE

Assinala-se ainda o envolvimento do Grupo em eventos nacionais e internacionais ligados à sua área de actividade.

Janeiro/2010 – Participação como expositor na 22ª Edição da Bolsa de Turismo de Lisboa e na FITUR – Feira Internacional de Turismo de Espanha.

Maio/2010 – Baptismo oficial dos novos ferries em Aveiro com a presença de S.Exª o Secretário de Estado dos Transportes.

Maio/2010 – Participação e apoio na organização da visita a Portugal do Papa Bento XVI.

Maio/2010 – Promoção do transporte público no âmbito do "Rock in Rio Lisboa 2010".

Junho/2010 – Participação na 29ª Reunião do Comité de Transportes Fluviais da União Internacional dos Transportes Públicos (UITP).

Agosto/2010 – Exposição de fotografia no Terminal do Cais do Sodré, subordinada ao tema do Rio sobre Praga e Lisboa

Setembro/2010 – Participação na Mostra Nacional de Tecnologia e Inovação – Portugal Tecnológico.

Setembro/2010 – Participação no evento "Mobilidade mais Inteligente – Uma vida melhor" integrado na Semana Europeia da Mobilidade 2010.

Outubro/2010 – Participação na Conferência sobre Sustentabilidade Energética Local, realizada no Barreiro.

Outubro/2010 – Organização da 30ª Reunião do Comité dos Transportes Fluviais da UITP.

4 SEGURANÇA E AMBIENTE

SEGURANÇA E AMBIENTE

As actividades de maior relevância desenvolvidas na área de Segurança e Ambiente foram:

- Participação na preparação da visita de Sua Santidade o Papa Bento XVI a Lisboa, nomeadamente, na planificação e fornecimento de apoio logístico para evacuação em caso de emergência por via fluvial;
- Participação na preparação da Cimeira da Nato, nomeadamente, na planificação e fornecimento de apoio logístico para evacuação em caso de emergência por via fluvial;
- Execução de simulacro de uma emergência grau 1 a bordo dum catamarã a meio do Tejo com o envolvimento de meios de socorro e de segurança externos;
- Elaboração do dossier técnico para aquisição de novos fardamentos e Equipamentos de Protecção Individual;
- Análise das causas e circunstâncias de todas as ocorrências registadas, nomeadamente, dos acidentes de trabalho e com passageiros e estudo e implementação de medidas para sua eliminação;
- Controlo de alcoolemia em situações de incidentes nas embarcações;
- Gestão do controlo sistemático de alcoolemia;
- Controlo e manutenção do material e equipamentos de segurança;
- Gestão do sistema de segurança activa;
- Gestão e manutenção do sistema de vídeo vigilância;
- Implementação da 2ª fase do Sistema de Contabilidade Energética das embarcações;
- Actualização do Plano de Emergência Interno para navios e terminais;
- Continuação da implementação do Sistema de Gestão Ambiental;

- Adição da componente ambiental ao Manual de Riscos da Função;
- Elaboração de Procedimentos Operacionais no âmbito do processo de implementação do SGA;
- Formação dos colaboradores nas áreas de ambiente, primeiros socorros, evacuação de emergência e combate a incêndios.

SINISTRALIDADE

O registo de ocorrências está resumido no quadro seguinte.

	10/09	2010	2009	2008
Emergência	0,0%	2	2	5
Acidentes de Trabalho	57,1%	44	28	36
Acidentes com Passageiros	-28,3%	38	53	52
Acidentes Criminais	20,7%	70	58	30
Outros	34,2%	98	73	79

Comparativamente a 2009, verificou-se um aumento das ocorrências, com excepção de acidentes com passageiros em que se verificou uma forte descida.

ACIDENTES DE TRABALHO	2010	2009	2008
Índice de Frequência *nº acidentes com baixa por 10^6 horas trabalhadas*	43	26	35
Classificação OIT	**Média**	**Bom**	**Bom**
Índice de Gravidade *nº dias perdidos por 10^3 horas trabalhadas*	1,3	0,6	0,6
Classificação OIT	**Média**	**Bom**	**Bom**

Relativamente a 2009, registou-se um aumento de 16 acidentes, maioritariamente relacionados com a movimentação de cargas.

5 RECURSOS HUMANOS

Em 2010, o efectivo médio situou-se nos 531 colaboradores o que traduz uma estabilização por comparação com o ano anterior.

TRANSTEJO				
Indicadores de RH	**10/09**	**2010**	**2009**	**2008**
Efectivo médio	0,6%	364	362	375
Horas de Formação	-21,8%	5.539	7.083	5.046

SOFLUSA				
Indicadores de RH	**10/09**	**2010**	**2009**	**2008**
Efectivo Médio	0,6%	167	166	168
Horas de Formação	-77,9%	866	3.914	1.687

GRUPO				
Indicadores de RH	**10/09**	**2010**	**2009**	**2008**
Efectivo Médio	0,6%	531	528	543
Horas de Formação	-41,8%	6.405	10.997	6.733

Foi lançado o Sistema de Avaliação do Desempenho, enquanto instrumento de desenvolvimento organizacional, tendo-se realizado acções de divulgação em que participaram colaboradores de todas as áreas do Grupo, bem como as Organizações Representativas dos Trabalhadores, tendo-se igualmente procedido à formação dos Avaliadores.

O ano de 2010 trouxe novos desafios, no que se refere ao reforço e desenvolvimento das competências técnicas e comportamentais dos colaboradores, adaptando-as cada vez mais às necessidades do mercado e às inovações tecnológicas, nomeadamente com introdução das novas embarcações adequadas ao transporte de veículos. Assim:

- realizaram-se 2.044 horas de formação, destinada a assegurar a condução / manobra destas embarcações;
- continuou a privilegiar-se a área do Atendimento ao Cliente, com a realização de 1.134 horas de formação;

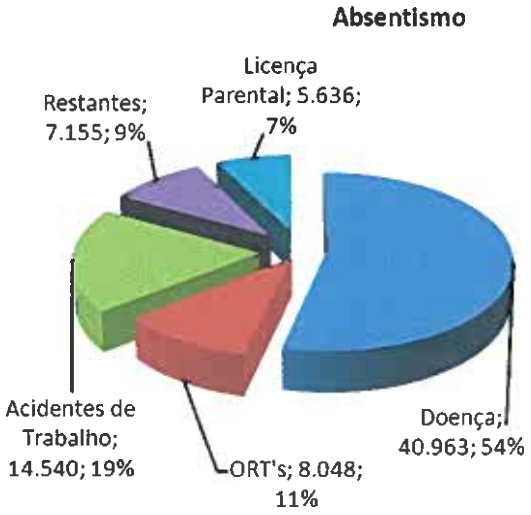
- mereceu também atenção especial o domínio da gestão ambiental com a realização de 894 horas de formação.
- Deu-se continuidade ao ciclo de formação na área do desenvolvimento de competências de trabalho em equipa, com a realização de mais uma acção de *Teambuilding*.

No total ministraram-se 6.405 horas de formação, mantendo-se, relativamente a 2009, o nível de participações em 532 formandos.

No plano social, manteve-se a prática de anos anteriores no que se refere à quadra festiva do Natal, tendo-se também realizado o Encontro Anual de Trabalhadores do Grupo. Manteve-se igualmente o apoio aos filhos dos trabalhadores em idade escolar e pré-escolar.

Assegurou-se também o desenvolvimento de programas de controlo e prevenção de toxicodependência e alcoolismo, incluindo medidas de acompanhamento, com vista ao tratamento e reinserção social e profissional dos trabalhadores.

Ao nível do Grupo, o absentismo por doença diminuiu em 2010, tendo-se verificado, porém, um crescimento significativo do absentismo relacionado com acidentes de trabalho, invertendo a tendência de redução ocorrida de 2008 para 2009.



Pelos factores acima apontados, verificou-se em 2010 uma ligeira redução do número de horas trabalhadas, na ordem dos 0,5%, face a 2009.

O quadro seguinte revela um crescimento dos Custos com o Pessoal relacionado com a dinâmica do estatuto laboral, não tendo havido, no ano em apreço, revisão das Tabelas Salariais, no cumprimento das orientações genéricas sobre negociações salariais para as empresas públicas, nos termos do ofício nº. 1730, de 25 de Fevereiro de 2010, da DGTF, que determinou a não actualização dos salários para o corrente ano.

TRANSTEJO

Indicadores de RH	10/09	2010	2009	2008
Custos com Pessoal *(milhares €)*	0,7%	9.546	9.478	9.372
Massa Salarial *(milhares €)*	1,4%	7.393	7.291	7.148
Horas Trabalhadas	-1,1%	623.648	630.885	655.070
Taxa de Absentismo	8,2%	7,77%	7,18%	6,7%

SOFLUSA

Indicadores de RH	10/09	2010	2009	2008
Custos com Pessoal *(milhares €)*	-0,4%	4.545	4.565	4.430
Massa Salarial *(milhares €)*	0,6%	3.538	3.518	3.372
Horas Trabalhadas	0,9%	294.579	291.910	307.053
Taxa de Absentismo	4,3%	8,25%	7,91%	7,07%

GRUPO

Indicadores de RH	10/09	2010	2009	2008
Custos com Pessoal (milhares €)	0,3%	14.091	14.042	13.802
Massa Salarial (milhares €)	1,1%	10.931	10.809	10.520
Horas Trabalhadas	-0,5%	918.227	922.795	962.123

6 INVESTIMENTO

A despesa de investimento realizada no exercício desenvolveu-se nos seguintes projectos:

(milhares de €)

PROJECTOS DE INVESTIMENTO / 2010	DESPESA
Aquisição de Navios *(Ferries)*	2.889
Aquisição de Navios (Cacilheiros)	7
Beneficiação de Terminais	287
Porto Brandão	151
Cacilhas	136
Investimentos Correntes	91
Informática e Sistemas de Informação	63
Equipamentos Administrativos	11
Outros Investimentos Correntes	18
TOTAL	**3.275**

Merece referência especial o investimento na aquisição de dois novos ferry-boats. Embora no contrato assinado em Novembro de 2008 com a Navalria, a entrega das embarcações estivesse prevista para 2009 e 2010, devido a atrasos na construção, só em Outubro de 2010 e Março de 2011 os navios foram recepcionados.

Na origem desta decisão de investimento, pesaram seis factores:

- a substituição das duas embarcações deste tipo, as mais antigas da frota, com mais de 50 anos de serviço cada uma delas e com elevados custos de manutenção;
- a garantia de circulação entre as duas margens do Tejo a veículos impedidos legalmente de transitar nas pontes;
- a garantia de circulação ao transporte de veículos de emergência em situações de bloqueio nas pontes;

- a possibilidade de adiar o investimento na renovação da frota de cacilheiros;
- a convicção de que, a entrada ao serviço destas embarcações suscitará um maior afluxo de veículos ao transporte fluvial, em consequência dos constantes constrangimentos na Ponte 25 de Abril;
- a possibilidade de optimizar a oferta de transporte de passageiros entre Cacilhas e o Cais do Sodré;

Este projecto, cujo valor global de investimento era aproximadamente de 14 milhões de euros, foi financiado pelo Orçamento do Estado no âmbito do PIDDAC e por endividamento, conforme o quadro seguinte:

(milhares de €)

DESPESA DE INVESTIMENTO (Projecto Ferry-boats)	TOTAL	2010	2009	2008
PIDDAC	8.315	1.100	3.978	3.238
Endividamento	3.084	1.789	273	1.022
TOTAL	**11.399**	**2.889**	**4.251**	**4.259**

Nota: Para este projecto prevê-se ainda em 2011 uma despesa de investimento no montante aproximado de 3,2€ não comparticipada pelo PIDDAC

Dos restantes investimentos concretizados no ano, destacam-se as beneficiações nos Terminais de Cacilhas e Porto Brandão, relacionados com remodelações e com a cravação de estacas de fixação dos pontões, medida que representa um reforço de segurança das condições de operação.

7 DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

GESTÃO DO FINANCIAMENTO E DO RISCO FINANCEIRO

O Grupo apresenta uma estrutura financeira desequilibrada, com capitais próprios negativos que no final de 2010 ascenderam a 109,1 milhões de euros, financiando a sua actividade corrente através de endividamento de curto prazo.

Em cumprimento do Despacho nº 101/09 – SETF, descreve-se a evolução da taxa média anual de financiamento e as medidas adoptadas no sentido de mitigar os efeitos da volatilidade dos mercados financeiros sobre a situação financeira das empresas.

Os procedimentos adoptados na Gestão do Risco financeiro, de acordo com o despacho acima referido, encontram-se apresentados no Anexo II deste Relatório (Página 58).

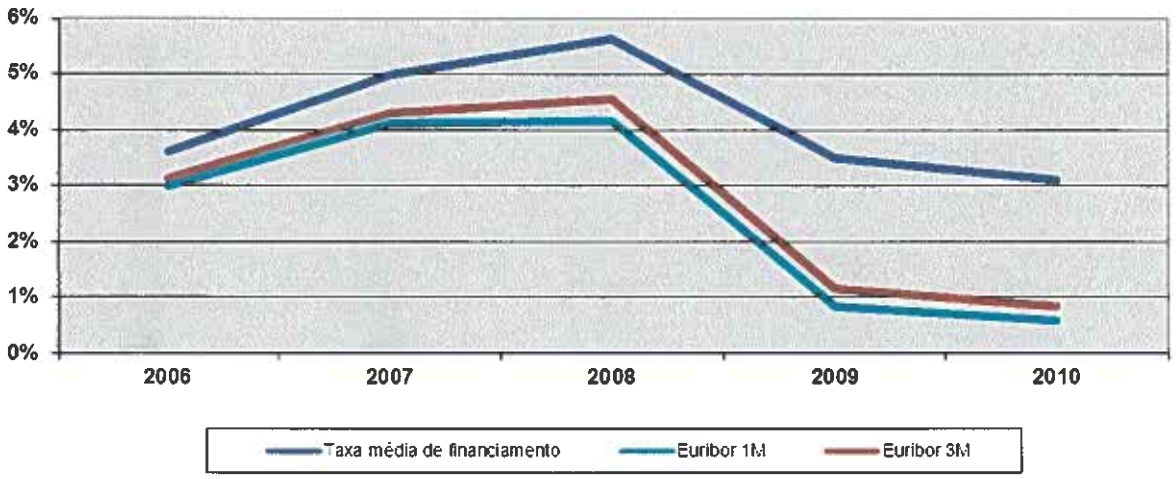
EMPRÉSTIMOS

- **Curto Prazo**

O financiamento de curto prazo do Grupo é constituído fundamentalmente por contas-correntes caucionadas (CCC) e por descobertos bancários (DB) contratados com diversas instituições financeiras nacionais. A evolução da taxa média de financiamento nos últimos cinco anos está representada no quadro e gráfico seguintes, sendo de assinalar os agravamentos registados em 2007 – particularmente pelo aumento da *Euribor* registado a partir do 2º semestre – e em 2008.

(milhares de €)

	2010	2009	2008	2007	2006
Juros TT	1.389	977	1.011	490	2.050
Juros SL	535	576	879	578	280
Avales	-	-	-	-	0
	1.924	**1.553**	**1.890**	**1.069**	**2.331**
Endividamento	**61.803**	**44.437**	**33.592**	**21.357**	**64.802**
Taxa média de financiamento	**3,11%**	**3,49%**	**5,63%**	**5,00%**	**3,60%**
Taxa média (Fins do mês/12)					
Euribor 1M	*0,57%*	*0,82%*	*4,17%*	*4,12%*	*3,00%*
Euribor 3M	*0,82%*	*1,15%*	*4,55%*	*4,31%*	*3,12%*



▪ Médio e Longo Prazo

A dívida de médio e longo prazo da Transtejo, decorre da consolidação da dívida de curto prazo e da cobertura financeira do investimento, cingindo-se a um financiamento sob a forma de empréstimo obrigacionista contratado em 2007 com o Depfa Bank Plc, no montante de 55 milhões de euros. As obrigações ao abrigo deste empréstimo foram emitidas em 1 de Fevereiro de 2007, com maturidade de 10 anos, e taxa de cupão indexada à Euribor a 6 meses acrescida de um *spread* a 2 pontos base anuais. O reembolso das obrigações será efectuado integralmente na data de vencimento, 1 de Fevereiro de 2017.

▪ Gestão de Risco Financeiro

Para cobertura do risco da taxa de juro no empréstimo de médio e longo prazo, a empresa tem contratados dois *swaps:*

Instituição Financeira	Tipo de Operação	Data de Contratação	Data de Início	Data de Vencimento	Taxa	Valor	Valor de Liquidação a 31.12.2010
BPI	(I) Swap de Taxa de Juro	19-07-2007	01-08-2007	01-02-2017	4,768%	27.500.000 €	-3.733.965 €
Barclays	(II) Interest Rate Collar	02.04.2009	06.04.2009	01-02-2013	Transtejo paga E6M com limites (2,75% ; 3,75%)	27.500.000 €	-881.582 €

Destas operações resultou:

- Na primeira semestralidade um impacto negativo nos encargos financeiros de €725.725.
- Na segunda semestralidade esse impacto negativo foi um pouco mais gravoso, €766.609.

O risco de taxa de juro deste financiamento encontra-se totalmente coberto até Fevereiro de 2013, sendo que, a partir dessa data a empresa avaliará a vantagem de contratar novo *swap* para a parte de financiamento que a partir dessa altura fica sem cobertura, 27,5 milhões de euros.

MODELO DE FINANCIAMENTO

Em 2010 continuaram a verificar-se os sinais das fragilidades da economia nacional, com a intensificação do clima de desconfiança dos mercados financeiros internacionais, com impacto nos níveis de *rating* dos Bancos nacionais e da própria República.

A falta de liquidez conduziu ao incremento das dificuldades de financiamento e das taxas de juro, prejudicando o desempenho económico-financeiro do Grupo.

Acresce que o aumento do preço do petróleo, teve impacto directo na tesouraria de exploração do Grupo, tendo o preço médio do litro de gasóleo utilizado na frota sofrido um aumento de 30,9% face a 2009.

O financiamento de médio/longo prazo, de 50M€, em condições extremamente favoráveis, que à data do encerramento das Contas do Exercício de 2009, a Transtejo havia conseguido negociar com um consórcio de bancos nacionais, acabou por não se concretizar devido à não obtenção do aval do Estado à operação.

Consequentemente, o Grupo foi forçado a recorrer a financiamentos intercalares de curto prazo, para a cobertura da parte não subsidiada do investimento e do défice estrutural de actividade, num quadro de estagnação, face a 2009, do valor das Indemnizações Compensatórias atribuídas.

(milhares de €)

ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO	2010	2009
Médio e Longo Prazo	55.000	55.000
Curto Prazo	61.798	44.437

Pelo Despacho nº 02.12/10 de 09 de Dezembro do Senhor Secretário de Estado dos Transportes, a Empresa foi excepcionada do cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento definidos para 2010 no PEC e explicitados no Despacho nº 510/10 – SETF de 01 de Junho, uma vez que em termos globais, o conjunto das empresas sob tutela do SETF não esgotam o montante permitido.

O esforço financeiro do Estado, consubstanciado em Indemnizações Compensatórias e subvenções do PIDDAC apresenta a seguinte evolução:

(Milhares de €)

ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO	2010	2009	2008
Indemnizações Compensatórias(*)	11.784	11.784	10.957
PIDDAC	1.600	5.088	4.070

(*) Valores com IVA inc.

Persistindo a necessidade de consolidar a dívida – por se encontrarem praticamente esgotados os *plafonds* das linhas de curto prazo contratadas e face à indisponibilidade dos Bancos as reforçarem – a empresa voltou a efectuar no final do ano nova consulta ao mercado para um financiamento de médio/longo prazo de 60M€, estando a única proposta obtida – em condições incomparavelmente mais penalizadoras do que a obtida em 2009 – a aguardar a concessão de aval do Estado à operação, condição indispensável à sua concretização.

ESTRUTURA PATRIMONIAL

(milhares de €)

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	2010	2009
Activo	**83.408**	**84.515**
Activo não Corrente	76.466	77.551
Activo Corrente	6.942	6.964
Capital Próprio e Passivo	**83.408**	**84.515**
Capital Proprio	-109.074	-96.142
Passivo não Corrente	116.217	121.414
Passivo Corrente	76.265	59.243

Da análise do Balanço, constata-se a inexistência de variações relevantes no Activo não Corrente, cuja componente de maior peso é constituída pela frota de navios e pontões, cujo valor contabilístico a 31.12.2010 ascende a 38,5 milhões de euros.

A variação registada no Capital Próprio decorre do impacto do resultado do período. Quanto ao Passivo Corrente, a variação registada resulta do aumento do endividamento de curto prazo.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

Assinala-se, nas três naturezas de resultados indicadas no quadro seguinte, uma significativa melhoria.

(milhares de €)

EVOLUÇÃO DE RESULTADOS	10/09	2010	2009
Resultado Operacional	-35,9%	-7.890	-12.315
Resultado Financeiro	-1,2%	-4.609	-4.665
Resultado Líquido	-26,4%	-12.509	-16.988

Neste contexto, destaca-se a redução do resultado operacional negativo registado no ano 7,890 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 35,9% relativamente a 2009.

Uma vez que o resultado financeiro não sofreu alterações significativas, o impacto desta melhoria reflectiu-se na melhoria do resultado líquido do exercício, -12,5 M€, menos 26,4% face ao ano anterior.

As Demonstrações Financeiras de 2010, encontram-se expressas em Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS), normativo que vem sendo aplicado de anos anteriores. As contas individuais das duas empresas do Grupo foram *reexpressas* no exercício de POC para IAS/IFRS por coerência com o normativo de consolidação.

Os Rendimentos do exercício tiveram um crescimento de 6,7% face ao ano anterior.

(milhares de €)

	10/09	2010	2009
RENDIMENTOS (Total)	**6,7%**	**33.087**	**31.007**
Serviços Prestados	-1,4%	13.970	14.173
Subsídios à Exploração	0,9%	11.566	11.467
Outros Rendimentos Operacionais	39,4%	7.460	5.353
Rendimentos Financeiros	576,1%	91	13

Salienta-se, porém, que a variação relevante ocorreu em Outros Rendimentos Operacionais, cujo valor superou em cerca de 2,1 M€ o de 2009. Este crescimento anómalo resultou do reconhecimento do ano de dois débitos à Navalria, no montante de 2,8M€, como consequência da aplicação de penalidades contratuais no contrato de construção de dois ferries, por incumprimento dos prazos de entrega das embarcações.

As restantes naturezas de rendimentos registaram alterações irrelevantes.

Por sua vez, em linha com o aumento de rendimentos, também os gastos verificaram uma evolução positiva, registando uma redução de 5,0% face a 2009.

(milhares de €)

	10/09	2010	2009
GASTOS (Total)	**-5,0%**	**45.596**	**47.995**
Custo das Matérias Consumidas	20,6%	8.338	6.914
Fornecimentos e Serviços Externos	-26,1%	10.758	14.562
Gastos com Pessoal	0,3%	14.091	14.042
Imparidades e Provisões	-37,0%	376	597
Outros Gastos Operacionais	1,8%	7.332	7.201
Gastos Financeiros	0,5%	4.700	4.678

Os FSE's e os Gastos com Pessoal são as naturezas de Gastos mais relevantes, representando cerca de 55% dos Gastos Totais.

De assinalar que a natureza de gastos que regista um maior aumento face a 2009, é referente a Custo das Matérias Consumidas, pelo efeito do aumento do preço médio do litro do gasóleo, que passou de 0,42€ em 2009 para 0,55€ em 2010, não obstante não se terem registado variações significativas nos consumos. Este aumento de preço corresponde a um agravamento de 1,7 milhões de euros, reflectindo-se nos CMVMC e nos FSE's, neste caso, no que respeita à frota alugada.

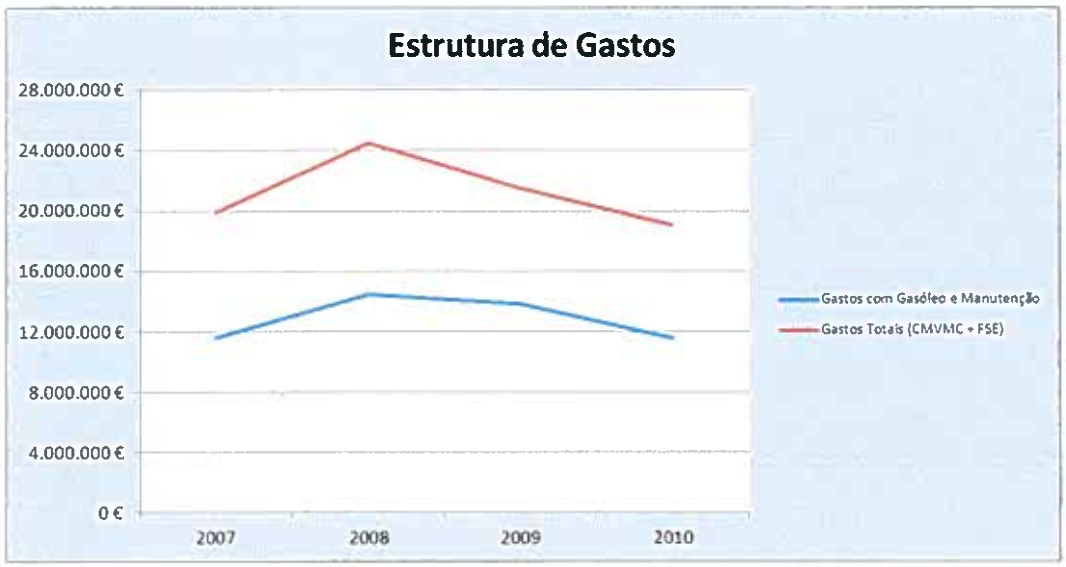
Custo do **Gasóleo** Consumido		
	2010	**2009**
	7.482.819,37 €	5.747.029,00 €
	13.718.354 L	13.600.852 L
(média)	**0,55 €\L**	**0,42 €\L**

Relativamente aos FSE's, cujo total ascendeu a 10.758 milhares de euros, salienta-se o peso das rubricas abaixo indicadas que, no seu conjunto representam cerca de 2/3 desta natureza de Gastos.

(milhares de €)

FSE	2010	2009
Conservação e Reparação *(Frota)*	4.095	8.112
Seguros	1.500	1.508
Vigilância, Segurança e Limpeza	1.442	1.429

Refira-se que a diminuição dos gastos com manutenção está relacionada com o facto de 2010 ter sido um ano com menores exigências ao nível dos ciclos de manutenção dos motores principais e com a contabilização de intervenções de recondicionamento nos motores dos catamarãs da Soflusa que, de acordo com o que determina a IAS 16 passaram a ser capitalizadas.



Como se pode verificar através do gráfico, a maior parte dos Gastos com Serviços Externos e com Matérias Consumidas, dizem respeito a manutenção e gasóleo (cerca de 65% em 2009 e 61% em 2010). Estas naturezas de gastos decorrem predominantemente da actividade de prestação do serviço público. Desta análise, retira-se a conclusão de que a adopção de medidas de contenção que impliquem reduções relevantes de gastos, não pode passar por reduções nestas duas naturezas sem afectar a regularidade e a qualidade do serviço público. Por outro lado, o impacto decorrente de eventuais diminuições noutras naturezas de gastos terá sempre carácter marginal.

O grau de cobertura dos Gastos por Rendimentos, com exclusão das IC's, regista uma considerável melhoria, resultado das circunstâncias extraordinárias atrás referidas, passando de 41,2% para 48,2%. A análise do mesmo indicador sem inclusão dos encargos financeiros, traduz uma melhoria ainda mais relevante.

(milhares de €)

GRAU DE COBERTURA	10/09	2010	2009
(Rendimentos Operacionais sem IC's / Gastos Operacionais)	8 p.p.	**53,5%**	**45,6%**
(Rendimentos Totais sem IC's / Gastos Totais)	7 p.p.	**48,2%**	**41,2%**

Uma análise da performance financeira do Grupo através do conjunto de indicadores seleccionados e constantes no quadro seguinte revela uma melhoria generalizada, sendo particularmente significativa no que diz respeito ao *Cash-Flow* e ao EBITDA. Este último indicador regista mesmo uma melhoria face ao ano anterior de 52%.

INDICADORES FINANCEIROS	2010	2009
Liquidez Geral *(Activo Corrente / Passivo Corrente)*	0,09	0,12
Autonomia Total *(Passivo Total / Activo Total)*	2,31	2,14
Cash-Flow *(milhares de €)*	-8.966	-13.712
EBITDA *(milhares de €)*	-4.347	-9.080

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

PERSPECTIVAS FUTURAS

O Conselho de Administração procurará em 2011:

- reforçar as medidas de consolidação da gestão de actividade das duas empresas do Grupo - Transtejo e Soflusa – numa única estrutura organizacional, no sentido de preparar a operação de fusão prevista na Lei do OE/2011;
- iniciar processo de reestruturação da actividade de manutenção;
- iniciar o procedimento concursal com vista ao processo de renovação da frota;
- dar cumprimento de igual modo às medidas de contenção previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento;
- avaliar, através da realização de estudos de procura, a possibilidade de introduzir na oferta alterações que induzam reduções de custos;
- manter o seu contributo na melhoria do transporte público, nomeadamente através de medidas que reforçam a articulação intermodal;
- reforçar padrões de segurança e qualidade, incentivando as boas práticas de navegação e as melhorias do atendimento ao cliente;
- apostar na formação interna e na avaliação do desempenho, como forma de aumentar a produtividade interna;
- consolidar o sistema de informação interna;
- realizar a primeira auditoria interna ao SGA e efectuar a sua revisão.

NOTAS FINAIS

Tendo em conta o facto de se encontrar perdido mais de metade do capital social e considerando o que dispõe o art. 35º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração proporá a inclusão na Ordem de Trabalhos da Assembleia-Geral de aprovação de contas, um ponto relativo a esta matéria.

AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração deseja manifestar o seu reconhecimento ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, às Autoridades Marítimas, designadamente ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos e à Capitania do Porto de Lisboa pela colaboração prestada ao Grupo no desenvolvimento da sua actividade, aos órgãos de fiscalização, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas pela disponibilidade revelada, bem como a todos os que no interior da organização se empenharam na prossecução dos objectivos alcançados.

Lisboa, 02 de Junho de 2011

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOÃO ANTÓNIO DA SILVA PINTASSILGO, **Presidente**

MARIA ELISA SILVA SALOIO, **Vogal**

ISIDRO DURÃO HEITOR, **Vogal**

Anexo I

Divulgação de informação actualizada no portal das empresas do SEE e no portal da Empresa
(Conforme previsto na RCM nº 49/2007 de 28 de Março)

Informação a constar no site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos actualizados (PDF)	x			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	x			
Ficha Síntese da empresa	x			(*)
Identificação da Empresa:				
Missão, objectivos, obrig. serv. Público e modelo de financiamento	x			
Modelo Governo / Identificação Orgãos Sociais:				
Modelo de Governo (Identificação dos Órgãos Sociais)	x			
Estatuto remuneratório fixado	x			
Remunerações auferidas e demais regalias	x			
Regulamentos e Transacções:				
Regulamentos Internos e Externos	x			
Transacções relevantes com entidades relacionadas	x			(*)
Outras transacções	x			(*)
Análise de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	x			
Avaliação do cumprimento dos PBG	x			
Código de Ética	x			
Informação Financeira histórica e actual	x			(*)
Esforço Financeiro do Estado	x			

(*) A informação divulgada corresponde às últimas contas aprovadas em Assembleia-Geral de 28.10.2010 (Contas de 2009)
Será devidamente actualizada após aprovação das contas referentes ao exercício 2010.

Informação a constar no site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	x			www.transtejo.pt
Historial, Visão, Missão e Estratégia	x			
Organigrama	x			
Orgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos Órgãos Sociais	x			*Informação constante dos Relatórios de Gestão disponíveis no site em PDF (*)*
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	x			
Identificação das comissões existentes na sociedade	x			
Identificação dos sistemas de controlo de riscos	x			
Remuneração dos Órgãos Sociais	x			
Regulamentos Internos e Externos	x			
Transacções fora das condições de mercado	x			
Transacções relevantes com entidades relacionadas	x			
Análise de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental				
Código de Ética	x			
Relatório e Contas	x			(*)
Provedor do cliente			x	

(*) A informação divulgada corresponde às últimas contas aprovadas em Assembleia-Geral de 28.10.2010 (Contas de 2009)
Será devidamente actualizada após aprovação das contas referentes ao exercício 2010.

Anexo II

Avaliação do cumprimento de procedimentos de **Gestão de Risco Financeiro**

Gestão de Risco Financeiro - Despacho nº 101/09 - SETF, de 30-01	Cumprido			Descrição
	S	N	N.A.	
Procedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento	X			
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis	X			
Diversificação das entidades credoras	X			
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado	X			
Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação de passivo remunerado: transf. passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis		X		*Operação de concessão de Aval em apreciação*
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação	X			
Minimização da prestação de garantias reais	X			
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)	X			
Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa				
Adopção de política que minimize afectação de capitais alhieos à cobertura financeira dos investimentos	X			*Recurso a PIDDAC*
Opção pelos investimentos que com comprovada rendibilidade social / empresarial beneficiam de FC e de CP			X	
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento	X			
Inclusão nos R&C				
Descrição da evolução tx média de financiamento nos últimos 5 anos				
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos				
Análise de eficência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro				
Reflexão nas DF 2010 do efeito das variações do justo valor dos contratos SWAP em carteira	X			

Legenda:

FC - Fundos Comunitários / CP - Capital Próprio / S - Sim / N - Não / N.A. - Não Aplicável

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 245º., nº. 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, cada um dos membros do Conselho de Administração da Transtejo - Transportes Tejo, SA, abaixo identificados nominalmente, subscreveu a declaração do seguinte teor:

"Declaro nos termos e para os efeitos previstos no artigo 245º., nº. 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, actuando na qualidade e no âmbito das funções que se me encontram atribuídas e com base na informação disponibilizada no seio do Conselho de Administração, as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo consolidados, da situação financeira consolidada e dos resultados consolidados do Grupo Transtejo e que o relatório consolidado de gestão relativo ao exercício social de 2010 expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos naquele período e o impacto nas respectivas demonstrações financeiras consolidadas, contendo igualmente uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta "

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOÃO ANTÓNIO DA SILVA PINTASSILGO, Presidente

MARIA ELISA SILVA SALOIO, Vogal

ISIDRO DURÃO HEITOR, Vogal

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em Euros)

Índice das demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração da posição financeira consolidada 3
Demonstração consolidada do rendimento integral 4
Demonstração consolidada de fluxos de caixa 5
Demonstração consolidada de alteração do capital próprio 6
1. NOTA INTRODUTÓRIA 7
2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS 8
3. GESTÃO DO RISCO 17
4. EMPRESAS DO GRUPO INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO 20
5. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS 20
6. ACTIVOS INTANGÍVEIS 21
7. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS 21
8. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS 22
9. INVENTÁRIOS 22
10. CATEGORIAS DA IAS 39 23
11. CLIENTES 23
12. OUTRAS CONTAS A RECEBER 24
13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO CORRENTE 24
14. OUTROS ACTIVOS CORRENTES 25
15. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS 25
16. CAPITAL 25
17. FINANCIAMENTOS OBTIDOS 26
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS 28
19. PROVISÕES 29
20. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES 30
21. FORNECEDORES 30
22. OUTRAS CONTAS A PAGAR 31
23. OUTROS PASSIVOS CORRENTES 31
24. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS 32
25. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO 32
26. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS e das MATÉRIAS CONSUMIDAS 32
27. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS 33
28. GASTOS COM PESSOAL 34
29. PERDAS POR IMPARIDADE 34
30. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS 35
31. OUTROS GASTOS E PERDAS 35
32. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS 36

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em Euros)

33. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO 36
34. GARANTIAS PRESTADAS 37
35. COMPROMISSOS FINANCEIROS E NÃO ASSUMIDOS NO BALANÇO 38
36. PARTES RELACIONADAS 38
37. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS 39
38. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 39

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em Euros)

Demonstração da posição financeira consolidada

ACTIVO	Notas	31 Dezembro 2010	31 Dezembro 2009
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Activos fixos tangíveis	5	75.954.313,11	76.706.071,66
Activos intangíveis	6	501.257,01	824.566,90
Interesses em empreendimentos conjuntos	7	9.975,96	19.951,92
Outros activos financeiros	8	531,96	531,96
Total do Activo não corrente		**76.466.078,04**	**77.551.122,44**
ACTIVOS CORRENTES:			
Inventários	9	1.157.002,20	2.226.078,31
Clientes	11	428.263,31	344.200,49
Imposto sobre o rendimento corrente	13	45.500,80	85.369,30
Outras contas a receber	12	4.184.571,69	2.977.304,77
Outros activos correntes	14	768.633,24	829.546,95
Caixa e depósitos bancários	15	358.407,26	501.170,05
Total do Activo corrente		**6.942.378,50**	**6.963.669,87**
Total do activo		**83.408.456,54**	**84.514.792,31**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	16	53.000.000,00	53.000.000,00
Reservas de cobertura	18	(4.006.521,55)	(3.456.436,35)
Resultados transitados		(145.557.935,04)	(128.697.759,17)
Resultado consolidado liquido		(12.509.259,55)	(16.988.185,67)
Total do capital próprio		**(109.073.716,14)**	**(96.142.381,19)**
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	17	55.000.000,00	55.000.000,00
Instrumentos financeiros derivados	18	4.006.521,55	3.456.436,35
Provisões	19	923.332,25	942.197,41
Outros passivos não correntes	20	56.286.863,20	62.015.126,54
Total do Passivo não corrente		**116.216.717,00**	**121.413.760,30**
PASSIVO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	17	62.356.616,50	44.437.153,49
Fornecedores	21	4.532.573,59	3.431.578,36
Imposto sobre o rendimento corrente	13	10.161,21	8.553,75
Outras contas a pagar	22	2.932.349,61	7.781.435,42
Outros passivos correntes	23	6.433.754,77	3.584.692,18
Total do passivo corrente		**76.265.455,68**	**59.243.413,20**
Total do passivo		**192.482.172,68**	**180.657.173,50**
Total do Capital Próprio e do Passivo		**83.408.456,54**	**84.514.792,31**

As notas das páginas 7 a 39 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

João António da Silva Pintassilgo
Presidente

Isidro Durão Heitor
Vogal

Maria Elisa Silva Saloio
Vogal

Pedro Costa dos Santos Rolo
Técnico Oficial de Contas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores expressos em Euros)

Demonstração consolidada do rendimento integral

	Notas	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009
Vendas e serviços prestados			
Serviços Prestados	24	13.970.014,86	14.173.341,70
Subsídios à exploração	25	11.565.581,51	11.467.232,92
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	26	(8.338.143,29)	(6.914.444,35)
Fornecimentos e serviços externos	27	(10.758.357,00)	(14.561.736,04)
Gastos com o pessoal	28	(14.090.722,79)	(14.042.468,57)
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)	29	(240.875,68)	(150.814,66)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	29	(124.926,38)	-
Provisões (aumentos / reduções)	19	(10.634,84)	(446.555,45)
Outros rendimentos e ganhos	30	4.046.282,87	1.893.910,86
Outros gastos e perdas	31	(364.960,44)	(457.418,68)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(4.346.741,18)	(9.038.952,27)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	20	(3.543.066,93)	(3.276.108,56)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(7.889.808,11)	(12.315.060,83)
Juros e gastos similares suportados	32	(4.699.889,30)	(4.677.971,04)
Juros e rendimentos similares obtidos	32	90.599,07	13.399,95
Resultado antes de impostos		(12.499.098,34)	(16.979.631,92)
Imposto sobre o rendimento do exercício	33	(10.161,21)	(8.553,75)
Resultado líquido do exercício		**(12.509.259,55)**	**(16.988.185,67)**
Outros rendimentos do exercício			
Ganhos / (Perdas) de justo valor nos Swaps de cobertura	18	(550.085,20)	(679.747,35)
Total do rendimento integral do exercício		**(13.059.344,75)**	**(17.667.933,02)**
Resultado líquido do exercício atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Total		(12.509.259,55)	(16.988.185,67)
Resultado por acção básico		(1,18)	(1,60)
Rendimento integral do exercício atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Total		(13.059.344,75)	(17.667.933,02)
Resultado por acção básico		(1,23)	(1,67)

As notas das páginas 7 a 39 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

João António da Silva Pintassilgo
Presidente

Maria Elisa Silva Saloio
Vogal

Isidro Durão Heitor
Vogal

Pedro Costa dos Santos Rolo
Técnico Oficial de Contas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em Euros)

Demonstração consolidada de fluxos de caixa

	Notas	2010	2009
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes		19.468.244,46	16.609.353,02
Pagamentos a Fornecedores		(24.269.725,90)	(22.060.347,66)
Pagamentos ao Pessoal		(9.021.462,12)	(14.068.155,71)
Fluxos gerados pelas operações		**(13.822.943,56)**	**(19.519.150,35)**
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		46.724,60	(9.528,42)
Outros Recebimentos / Pagamentos da actividade operacional		8.756.067,52	12.013.662,88
		8.802.792,12	**12.004.134,46**
Fluxos das Actividades Operacionais (1)		**(5.020.151,44)**	**(7.515.015,89)**
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos Fixos Tangíveis		(9.039.908,92)	(3.203.093,77)
Activos Intangíveis		(56.187,60)	(503.602,90)
Investimentos Financeiros		-	-
Outros Activos		-	-
		(9.096.096,52)	**(3.706.696,67)**
Recebimentos provenientes de:			
Activos Fixos Tangíveis		9.377,28	50.150,00
Activos Intangíveis		-	-
Investimentos Financeiros		-	-
Subsídios ao Investimento		1.600.000,00	5.087.500,00
Juros e rendimentos similares		-	583.169,36
		1.609.377,28	**5.720.819,36**
Fluxos das Actividades de Investimento (2)		**(7.486.719,24)**	**2.014.122,69**
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		30.974.610,31	20.023.145,86
Outras operações de financiamento		1.540.007,18	-
		32.514.617,49	**20.023.145,86**
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		(14.113.700,00)	(9.178.480,01)
Juros e gastos Similares		(4.493.128,28)	(5.220.914,17)
Outras operações de financiamento		(1.543.681,31)	(18.128,54)
		(20.150.509,59)	**(14.417.522,72)**
Fluxos das Actividades de Financiamento (3)		**12.364.107,90**	**5.605.623,14**
Variação de Caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		**(142.762,78)**	**104.729,94**
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	15	501.170,05	396.440,11
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15	358.407,25	501.170,05

As notas das páginas 7 a 39 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

João António da Silva Pintassilgo
Presidente

Maria Elisa Silva Saloio
Vogal

Isidro Durão Heitor
Vogal

Pedro Costa dos Santos Rolo
Técnico Oficial de Contas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em Euros)

Demonstração consolidada de alteração do capital próprio

	Notas	Capital Social	Reserva de cobertura	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Rendimento integral do exercício
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (IFRS)	16	**53.000.000,00**	**(2.776.689,00)**	**(109.316.248,38)**	**(19.381.510,79)**	**(78.474.448,17)**
Aplicação do resultado consolidado de 2008:						
Transferência para resultados transitados		-	-	(19.381.510,79)	19.381.510,79	-
Total do rendimento integral do exercício		-	(679.747,35)		(16.988.185,67)	(17.667.933,02)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009 (IFRS)		**53.000.000,00**	**(3.456.436,35)**	**(128.697.759,17)**	**(16.988.185,67)**	**(96.142.381,19)**
Saldo em 1 de Janeiro de 2010 (IFRS)	16	**53.000.000,00**	**(3.456.436,35)**	**(128.697.759,17)**	**(16.988.185,67)**	**(96.142.381,19)**
Aplicação do resultado consolidado de 2009:						
Transferência para resultados transitados	16	-	-	(16.988.185,67)	16.988.185,67	-
Outras variações				128.009,80		128.009,80
Total do rendimento integral do exercício		-	(550.085,20)	-	(12.509.259,55)	(13.059.344,75)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010 (IFRS)		**53.000.000,00**	**(4.006.521,55)**	**(145.557.935,04)**	**(12.509.259,55)**	**(109.073.716,14)**

As notas das páginas 7 a 39 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

João António da Silva Pintassilgo
Presidente

Isidro Durão Heitor
Vogal

Maria Elisa Silva Saloio
Vogal

Pedro Costa dos Santos Rolo
Técnico Oficial de Contas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Grupo Transtejo ("Grupo") é constituído pela Transtejo – Transportes Tejo, S.A. ("Transtejo" ou "Empresa") e Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. (Ver Notas 2 e 3).

A Transtejo é uma sociedade de capitais públicos, com sede em Lisboa, criada em 17 de Dezembro de 1975 como empresa pública e transformada em sociedade anónima em 21 de Julho de 1992. A Empresa tem como actividade principal a exploração de transportes fluviais de passageiros, podendo, acessoriamente, explorar os serviços e efectuar as operações civis e comerciais, industriais e financeiras relacionadas, directa ou indirectamente, no todo ou em parte, com aquele objecto ou que sejam susceptíveis de facilitar ou favorecer a sua realização. Na prossecução deste objectivo, o Grupo, embora não dispondo de concessão oficialmente atribuída, explora as seis carreiras fluviais existentes entre as margens do rio Tejo.

1.1. Participação financeira da Transtejo na Soflusa

A constituição do Grupo ocorreu em Dezembro de 2001, com a aquisição pela Transtejo da totalidade do capital da Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. constituída por escritura pública de 11 de Novembro de 1992, com o objecto social de exploração de transportes fluviais e bem assim o exercício de quaisquer outras actividades comerciais ou industriais, conexas ou complementares, designadamente actividades marítimo - turísticas, tendo iniciado a actividade em Junho de 1993.

A Soflusa foi constituída pela CP – Caminhos-de-ferro Portugueses, E.P., ao abrigo das disposições dos seus Estatutos – que incluíam a concessão da ligação Lisboa-Barreiro para articulação da rede ferroviária a Norte e a Sul do Tejo – com o objectivo de explorar aquela ligação.

Em Dezembro de 2009, com a publicação dos novos estatutos da CP- Comboios de Portugal, EPE foi extinta a base legal na qual lhe era concedida a concessão da exploração da ligação Lisboa/Barreiro, não tendo até ao momento sido, a mesma, formalmente atribuída à Transtejo.

1.2. Contrato de Serviço Público

Apesar da relevância social que os serviços de transporte público prestados pelo Grupo revestem, os mesmos não se encontram contratualizados.

O contrato de serviço público deve englobar, designadamente, os seguintes pontos:

i) As características dos serviços oferecidos, nomeadamente, as normas de continuidade, regularidade, capacidade e qualidade,
ii) Serviços de transporte a preços e condições determinados, nomeadamente, para determinadas categorias de passageiros e/ou itinerários;
iii) Duração do contrato;
iv) Os activos implicados no fornecimento de serviços de transporte;
v) Sanções previstas em caso de incumprimento.

As empresas do Grupo recebem indemnizações compensatórias por parte do Estado, não se encontrando definidas ou contratualizadas as regras de determinação do montante de indemnizações compensatórias a receber.

O Decreto-Lei nº 167/2008 de 26 de Agosto fixou os critérios gerais destinados a assegurar a conformidade da atribuição de indemnizações compensatórias com a prestação de serviços de interesse geral destinados à satisfação das necessidades fundamentais dos cidadãos.

As empresas do Grupo asseguram a prestação desses serviços, transportando passageiros por via fluvial no estuário do Tejo, cumprindo requisitos de continuidade, de sustentabilidade, de boa qualidade e eficácia, garantindo, em termos de preços, a acessibilidade aos serviços à generalidade dos cidadãos que deles necessitam, tal como se encontra expresso no referido diploma.

Deste modo, e não obstante a inexistência de contrato celebrado para a prestação desse serviço, o Grupo considera que cumpre ou está em condições de cumprir as obrigações decorrentes da legislação referida e que, por essa razão são justificadas as indemnizações compensatórias que anualmente são atribuídas à Transtejo e à Soflusa, as quais constituem uma compensação indispensável à minimização do desequilíbrio financeiro estrutural decorrente da prestação do serviço.

A cobertura financeira da aquisição do activo tangível é, de um modo geral, assegurada por apoios financeiros do Estado, através de subsídios ao investimento com origem em fundos comunitários ou do PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central. A parte remanescente é assegurada pelo Grupo através de recurso a endividamento bancário. Para as operações de consolidação desse endividamento é solicitado o aval do Estado.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras consolidadas anexas são apresentadas em Euros (moeda funcional) dado que esta é a moeda em que o Grupo Transtejo realiza a maior parte das suas transacções, sendo também a moeda do ambiente económico em que opera.

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados e são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), tal como adoptadas na União Europeia, emitidas e em vigor à data de 31 de Dezembro de 2010. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC") ou pelo anterior Standing Interpretations Committee ("SIC"), que tenham sido adoptadas na União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas são designadas por IFRS.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico excepto para os instrumentos financeiros que se encontram registados pelo justo valor.

Normas e interpretações cuja adopção se tornou efectiva para os exercícios com início em 1 de Janeiro de 2010:

Com impactos nas demonstrações financeiras do Grupo:

- **IAS 27** (revisão), 'Demonstrações financeiras separadas e consolidadas';
- **IAS 39** (alteração), 'Instrumentos financeiros – Itens elegíveis para cobertura';

Sem impacto nas demonstrações financeiras do Grupo:

- **IFRS 1** (revisão e alteração), 'Adopção pela primeira vez das IFRS';
- **IFRS 2** (alteração), 'Pagamentos baseados em acções';
- **IFRS 3** (revisão), 'Concentrações de actividades';
- **IFRS 5** (melhoria de 2008), 'Activos não correntes detidos para venda e unidades descontinuadas';
- **IFRIC 12**, 'Acordos de concessão de serviços'

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em Euros)

- **IFRIC 15**, 'Contratos para a construção de imóveis'
- **IFRIC 16**, 'Cobertura de investimentos em operações estrangeiras'
- **IFRIC 17**, 'Distribuições em espécie aos accionistas'
- **IFRIC 18**, 'Transferência de activos pelos clientes'

Novas normas, alterações e interpretações efectuadas a normas existentes que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de Fevereiro de 2010 ou em data posterior.

- **IAS 12** (alteração) - Imposto sobre o rendimento (aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia.
- **IAS 24** (revisão) - Partes relacionadas (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011);
- **IAS 32** (alteração) - Instrumentos financeiros: Apresentação – classificação de direitos emitidos (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Fevereiro de 2010);
- **IFRS 1** (alteração) - Adopção pela primeira vez das IFRS (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2010, na União Europeia);
- **IFRS 1** (alteração) - Adopção pela primeira vez das IFRS (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011);
- **IFRS 7** (alteração) - Instrumentos financeiros: Divulgação - Transferência de activos financeiros (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- **IFRS 9** - Instrumentos financeiros – classificação e mensuração (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia;
- **IFRIC 14** (Alteração) - IAS 19 - Limitação aos activos decorrentes de planos de benefícios definidos e a sua interacção com requisitos de contribuições mínimas (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011);
- **IFRIC 19** - Regularização de passivos financeiros com instrumentos de capital (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2010);
- **Melhoria anual das normas de 2010** - a aplicar maioritariamente para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011. Estas melhorias a diversas normas ainda não se encontram adoptadas pela União Europeia. O processo anual de melhoria é uma forma de fazer alterações não urgentes mas necessárias às IFRS e afecta as normas: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 1, IAS 27, IAS 34 e IFRIC 13.

O Grupo adoptará as alterações às normas e interpretações nos exercícios em que se tornem efectivas. A esta data estima-se que apenas a alteração à IAS 24 - 'Partes relacionadas' terá impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram utilizadas estimativas que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de reporte. Todas as estimativas e assunções efectuadas pelo Conselho de Administração basearam-se, contudo, no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso. Em 2010 a estimativa mais relevante refere-se a provisões, tal como apresentado na Nota 19.

2.2 Princípios de consolidação

São os seguintes os princípios de consolidação adoptados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas subsidiárias

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas e detenha o poder de controlar as

suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas dos resultados desde a data da sua aquisição e até à data da sua alienação.

As transacções e os saldos entre as empresas consolidadas são eliminados no processo de consolidação, bem como os dividendos distribuídos.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias, tendo em vista a uniformização das respectivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na Nota 4.

b) Investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos

Os interesses do Grupo em entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. A quota-parte do Grupo nos ganhos ou perdas do empreendimento conjunto é reconhecida na demonstração do rendimento integral consolidado e a quota-parte nos movimentos de reservas do empreendimento conjunto é reconhecida em reservas. Transacções e ganhos ainda não realizados entre o Grupo e os empreendimentos conjuntos são eliminados tendo em conta o interesse do Grupo.

As políticas contabilísticas das entidades em empreendimento conjunto são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Quando os interesses em empreendimentos conjuntos são imateriais, o Grupo Transtejo regista-os ao custo de aquisição, tendo em conta qualquer potencial de imparidade.

2.3. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2006 (data de transição para as IFRS), encontram-se mensurados ao abrigo da opção prevista no parágrafo 17 da IFRS1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, ou seja, pelo seu valor considerado ("deemed cost"), o qual corresponde ao custo de aquisição ou custo de aquisição reavaliado ao abrigo de diplomas legais.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

As depreciações são registadas a partir da data em que os bens se encontrarem disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, o que se discrimina como segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	3 – 50
Equipamento básico	3 – 22
Embarcações	16 - 22
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4 – 8
Equipamento administrativo	3 – 12
Outras imobilizações corpóreas	3 – 12

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como activo nos casos em que comprovadamente aumentem a sua vida útil ou aumentem a sua eficiência normal, traduzindo-se num acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzidos de eventuais perdas por imparidade. Estes activos são depreciados a partir do momento em que estejam concluídos ou disponíveis para uso.

Aos activos fixos tangíveis que demorem mais do que 12 meses a ficarem na sua condição de uso, são adicionados durante o período de construção, os custos de financiamento específico ou geral incorrido na quota-parte do investimento em activos que não tenha sido subsidiada.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração consolidada do rendimento integral como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

O Grupo desagregou no período de 2010 o valor do activo correspondente às embarcações, separando do custo de aquisição da embarcação, o montante correspondente ao recondicionamento dos motores principais o qual passou a ser amortizado entre cinco e sete anos, período estimado da sua vida útil.

2.4. Activos intangíveis

Os activos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que das mesmas advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo, identificáveis e o respectivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os activos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como gasto quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase de pesquisa da fase de desenvolvimento num projecto interno.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração do rendimento integral quando incorridos.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado.

2.5. Imparidades de activos não correntes, excluindo *goodwill*

É efectuada uma avaliação para determinação de imparidades sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a determinar a eventual extensão da perda por imparidade.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, que é registada na demonstração consolidada do rendimento integral na rubrica de "Perdas por imparidade".

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos de venda) e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração consolidada do rendimento integral como dedução à rubrica de "Perdas por imparidade". Contudo, a reversão da perda é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda referida não se tivesse registado em períodos anteriores.

2.6. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é efectuada em função da substância e não da forma do contrato.

Locações em que o Grupo é locatário

Os activos não correntes adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo-se na demonstração da posição financeira o activo adquirido e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo tangível são reconhecidos na demonstração consolidada do rendimento integral a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais (principalmente viaturas), as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração consolidada do rendimento integral numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.7. Activos e passivos financeiros

Os activos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se torna parte na respectiva relação contratual. O Grupo Transtejo classifica os seus investimentos, na data da sua negociação, de acordo com o objectivo da sua aquisição, nas seguintes categorias: activos financeiros ao justo valor através de resultados (detidos para negociação e opção justo valor); empréstimos e contas a receber; activos detidos até à maturidade; e activos financeiros disponíveis para venda, em conformidade com o preconizado pela IAS 39 – Instrumentos financeiros.

Para os períodos apresentados, a natureza de activos e passivos financeiros incluídos nas demonstrações financeiras e a respectiva política contabilística são como segue:

a) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, com vencimento a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis, com insignificante risco de alteração de valor.

b) Contas a receber

As contas a receber são classificadas na Demonstração da posição financeira como "Clientes", "Outras contas a receber" e "Outros activos correntes" (Notas 11, 12 e 14), e são reconhecidas ao custo amortizado usando a taxa de juro efectiva, deduzidos de qualquer perda de imparidade.

O ajustamento por perda de imparidade das contas a receber é efectuado quando existe evidência objectiva de que o Grupo não terá a capacidade de receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transacções que lhe deram origem. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: i) análise de incumprimento; ii) dificuldades financeiras do devedor; e iii) probabilidade de falência do devedor.

No caso do Grupo Transtejo, as contas a receber constituem saldos correntes que não têm implícito juro e são apresentadas pelo respectivo valor nominal, deduzidas de perdas por imparidade estimadas, correspondendo o valor líquido das contas a receber, aproximadamente, ao seu justo valor.

c) Outros activos financeiros

Na rubrica de "Outros activos financeiros" encontram-se registados investimentos efectuados pelo Grupo, que há luz da IAS 39 – Instrumentos financeiros qualificam como activos financeiros disponíveis para venda. Uma vez que não têm cotação de mercado nem ocorreram transacções recentes, estes activos encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade.

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de despesas com a emissão desses empréstimos.

Os encargos financeiros com juros bancários e despesas similares (nomeadamente Imposto do Selo), são registados na demonstração consolidada do rendimento integral de acordo com o regime do acréscimo (princípio da especialização dos exercícios), encontrando-se os montantes vencidos e não pagos à data do balanço, classificados na rubrica de "Outros passivos correntes".

e) Contas a pagar

As contas a pagar são classificadas na Demonstração da posição financeira como "Fornecedores", "Outras contas a pagar" e "Outros passivos correntes" (notas 21, 22 e 23) e são reconhecidas ao custo amortizado usando a taxa de juro efectiva. As contas a pagar referem-se a saldos correntes que não vencem juros e são registadas pelo seu valor nominal, que corresponde, aproximadamente, ao seu justo valor.

f) Instrumentos derivados

Contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados para cobertura de riscos financeiros com o objectivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de financiamentos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja muito eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;

- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura; e
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, sendo subsequentemente, reavaliados ao seu justo valor, calculado por entidades externas e independentes através de métodos de avaliações tendo por base métodos geralmente aceites. As alterações de justo valor destes instrumentos e são reconhecidas em capitais próprios na rubrica "Reservas de cobertura", sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de qualificar como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica reservas de cobertura são transferidas para resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração consolidada do rendimento integral.

g) Justo valor de activos e passivos financeiros

Na determinação do justo valor de um activo ou passivo financeiro, se existir um mercado activo, o preço de mercado é aplicado. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7, e utilizado pelo Grupo Transtejo.

No caso de não existir um mercado activo, o que é o caso de alguns activos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7, e utilizado pelo Grupo Transtejo.

Exemplo desta aplicação é a valorização para instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados, instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados e para activos disponíveis para venda. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são directamente observáveis em mercado, sendo utilizadas estimativas e pressupostos internos. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7, e não é utilizado pelo Grupo Transtejo.

2.8. Inventários

Os materiais de consumo encontram-se valorizados ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

Sempre que o seu valor realizável líquido (preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização) é inferior ao custo de aquisição, procede-se ao registo de perdas por imparidade nas existências, o qual é reposto quando deixam de existir os motivos que a originaram.

2.9. Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas a cada data de relato financeiro e são ajustadas de modo a reflectir a melhor

estimativa a essa data. Fundamentam-se, no caso dos processos judiciais em curso, numa base prudencial determinada pelo valor da acção interposta.

2.10. Subsídios

Os subsídios estatais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua atribuição.

Os subsídios à exploração, nomeadamente os valores das indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado Português como contrapartida das obrigações assumidas em termos de exploração, de transportes e de tarifas, são reconhecidos na demonstração consolidada do rendimento integral de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de activos não correntes (activos fixos tangíveis ou activos intangíveis), são incluídos nas rubricas de "outros passivos não correntes" (Nota 20) e são creditados na demonstração consolidada do rendimento integral em quotas constantes, de forma consistente e proporcional às depreciações/ amortizações dos bens subsidiados.

2.11. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formal ou substancialmente emitidas à data do balanço.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos activos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de itens registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

O Grupo não reconhece impostos diferidos devido à incerteza quanto à sua efectiva tributação ou dedução futura, dado o volume de prejuízos fiscais gerados historicamente em cada exercício.

2.12. Rédito

O rédito da Transtejo refere-se essencialmente à prestação de serviços de transporte fluvial a passageiros e viaturas. A contraprestação recebida pela prestação destes serviços resulta das seguintes transacções:

i) Pela venda de bilhetes nas estações; e
iii) Pela venda de passes Transtejo ou combinados com outros operadores de transportes (ex: CP e Metro);

Relativamente ao reconhecimento do rédito, os bilhetes vendidos nas estações são reconhecidos como rédito quando emitidos. O rédito associado à venda de passes é reconhecido após a repartição da receita, efectuada pelo IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, de acordo com as quotas fixadas para os diversos operadores. O IMTT é o regulador do sector dos transportes sendo responsável pela definição das tarifas, ou seja, os preços dos serviços de transporte praticados pelo Grupo.

Os rendimentos decorrentes de vendas de bens são reconhecidos na demonstração consolidada do rendimento integral quando estão satisfeitas todas as seguintes condições: i) o Grupo tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos activos; ii) o Grupo não retenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse nem o controlo efectivo dos bens vendidos; iii) a quantia do rédito possa ser mensurada com fiabilidade; iv) seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para o Grupo; e v) os gastos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

2.13. Especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração consolidada do rendimento integral em que são prestados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os juros e rendimentos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que respeitam, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio da especialização de exercícios. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e os rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de "outros activos correntes" e "outros passivos correntes".

2.14. Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As transacções em outras divisas que não o Euro (moeda funcional do Grupo) são registadas às taxas em vigor na data da transacção. Em cada data de relato financeiro, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração dos rendimento integral do exercício.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em Euros)

2.15. Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço, são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

2.16. Activos e passivos contingentes

Um activo contingente é um possível activo, que surja de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Um passivo contingente surge quando existe:

- uma possível obrigação, proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo; ou
- uma obrigação presente que surja de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
- não é provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação; ou
- a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a menos que a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios económicos seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

2.17. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materialmente relevantes.

2.18. Segmentos operacionais

A Transtejo identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais, o Conselho de Administração, ou seja o órgão que revê a informação interna preparada de forma a avaliar a performance das actividades da empresa e a afectação de recursos. A determinação dos segmentos operacionais foi efectuada com base na informação que é analisada pelo Conselho de Administração, da qual resulta a identificação de um único segmento operacional, o transporte fluvial de passageiros.

3. GESTÃO DO RISCO

No desenvolvimento da sua actividade o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores expressos em Euros)

a) Risco de taxa de câmbio

A actividade operacional é desenvolvida em Portugal e a grande maioria das suas transacções são mantidas em Euros. A política de cobertura deste risco específico passa por limitar, na medida do possível, as transacções expressas em moeda estrangeira.

b) Risco de crédito

O risco de crédito dos clientes do Grupo é gerido mediante uma adequada avaliação de risco efectuada antes da aceitação do cliente e pelo adequado acompanhamento dos limites de crédito atribuídos a cada um deles.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua actividade operacional. Os montantes apresentados na Demonstração da posição financeira consolidada encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor. O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra diluído por um conjunto de clientes e outros devedores.

c) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável e a previsão atempada das necessidades de tesouraria em conjunto com uma adequada gestão das cobranças, processo que o Grupo utiliza na sua gestão de tesouraria. As necessidades pontuais de tesouraria são cobertas pelo controlo das contas a receber e pela manutenção de adequados limites de crédito acordados pelo Grupo com entidades bancárias.

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros do Grupo Transtejo e os derivados financeiros pelo líquido, por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela correspondem a *cash-flows* contratuais não descontados:

31 de Dezembro de 2010	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos obtidos não correntes			
Empréstimo Obrigacionista	695.375,69	2.783.407,92	56.047.826,39
Derivados de Cobertura Passivos	1.397.142,89	3.036.021,63	428.534,78
Outros passivos não correntes	-	12.502.601,63	-
Financiamentos obtidos correntes			
Descobertos Bancários	29.506.669,80	-	-
Contas Correntes Caucionadas	36.951.047,46	-	-
Outros	50.094,55	-	-
Fornecedores	4.532.573,59	-	-
Outras contas a pagar	2.543.190,60	-	-
Outros passivos correntes	1.594.812,47	-	-

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores expressos em Euros)

31 de Dezembro de 2009	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos obtidos não correntes			
Empréstimo Obrigacionista	1.129.776,39	2.825.988,61	55.899.178,19
Derivados de Cobertura Passivos	2.083.326,95	2.695.157,52	239.152,32
Outros passivos não correntes	-	13.002.601,63	-
Financiamentos obtidos correntes			
Descobertos Bancários	23.683.953,49	-	-
Contas Correntes Caucionadas	20.753.200,00	-	-
Fornecedores	3.431.578,36	-	-
Outras contas a pagar	7.423.097,35	-	-
Outros passivos correntes	1.415.964,06	-	-

d) Risco de taxa de juro

As receitas e os custos operacionais do Grupo e os correspondentes fluxos de caixa não são influenciados de forma significativa pelas flutuações da taxa de juro. O principal risco de flutuação da taxa de juro a que o Grupo se encontra exposto advém dos empréstimos contraídos em Euros junto de instituições financeiras, que vencem juros a taxas variáveis indexadas à Euribor. Atendendo a que a Euribor tem vindo a apresentar historicamente volatilidade baixa, entende-se que este risco se encontra diluído.

No decorrer do exercício de 2007, o Grupo contratou duas operações de cobertura de risco de taxas de juro (Nota 18), o que lhe permite estar menos sensível a eventuais oscilações das taxas de juro.

A análise de sensibilidade abaixo, foi preparada de acordo com a exposição do Grupo às taxas de juros dos empréstimos obtidos em 31 de Dezembro de 2010. Se a variabilidade da taxa de juro aplicável àqueles empréstimos, tivesse sido 1% acima/abaixo daquela que incidiu sobre os mesmos, o impacto no resultado líquido consolidado do Grupo em 31 de Dezembro de 2010 seria como segue:

	2010		2009	
	+Δ1%	-Δ1%	+Δ1%	-Δ1%
Resultado consolidado líquido	617.980,64	(617.980,64)	444.371,53	(444.371,53)

e) Gestão do risco de capital

O objectivo do Grupo Transtejo em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face balanço é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de factores como: i) as necessidades de investimento em activos fixos tangíveis (CAPEX); ii) as necessidades financeiras relativas à actividade operacional; e iii) as comparticipações do Estado e subsídios comunitários.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores expressos em Euros)

4. EMPRESAS DO GRUPO INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais e proporção de capital detido em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem efectiva do capital	
		2010	2009
Transtejo - Transportes Tejo, S.A	Lisboa	Empresa-mãe	
Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A	Lisboa	100,00	100,00

5. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, é como segue:

2010	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
ACTIVO BRUTO									
Saldo inicial	44.996,79	27.191.898,80	116.614.562,49	470.388,81	206.979,69	1.307.399,94	1.266.140,86	8.509.206,82	155.611.574,20
Adições	-	-	1.574.454,84	15.944,88	2.067,22	25.295,69	-	3.183.316,50	4.801.079,13
Alienações e abates	-	-	-	(154.578,37)	-	-	-	-	(154.578,37)
Transferências	-	286.554,36	986.012,00	-	-	-	-	(286.554,36)	986.012,00
Reclassificações			458.560,90			(183.734,80)		45.450,00	320.276,10
Saldo final	44.996,79	27.478.453,16	119.633.590,23	331.755,32	209.046,91	1.148.960,83	1.266.140,86	11.451.418,96	161.564.363,06
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS									
Saldo inicial	-	5.038.159,57	71.057.797,53	449.871,13	187.508,88	1.154.905,49	1.017.259,94	-	78.905.502,54
Depreciação do exercício	-	674.174,91	6.075.688,14	14.245,07	8.721,39	36.124,18	63.747,43	-	6.872.701,12
Alienações e abates	-	-	-	(154.578,37)	-	-	-	-	(154.578,37)
Reclassificações			100.056,37			(113.631,71)			(13.575,34)
Saldo final	-	5.712.334,48	77.233.542,04	309.537,83	196.230,27	1.077.397,96	1.081.007,37	-	85.610.049,95
	44.996,79	21.766.118,68	42.400.048,19	22.217,49	12.816,64	71.562,87	185.133,49	11.451.418,96	75.954.313,11

2009	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
ACTIVO BRUTO									
Saldo inicial	44.996,79	16.031.489,15	114.751.925,65	470.388,81	200.081,45	1.206.809,61	1.065.319,00	4.578.007,24	138.349.017,70
Adições	-	10.910.306	2.813.088,90	-	7.221,35	103.480,84	18.845,34	5.303.349,86	19.156.292,06
Alienações e abates	-	-	(1.931.022,91)	-	(323,11)	(2.890,51)	(1.468,07)	(151.800,95)	(2.087.305,56)
Transferências	-	250.103,88	980.570,85	-	-	-	183.444,59	(1.220.549,32)	193.570,00
Saldo final	44.996,79	27.191.898,80	116.614.562,49	470.388,81	206.979,69	1.307.399,94	1.266.140,86	8.509.206,82	155.611.574,20
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS									
Saldo inicial	-	4.551.840,91	67.120.238,85	417.632,21	177.372,63	1.112.769,92	953.384,37	-	74.333.238,89
Depreciação do exercício	-	486.318,66	5.881.266,11	32.238,92	10.459,36	45.026,08	65.343,64	-	6.520.652,77
Alienações e abates	-	-	(1.943.707,43)	-	(323,11)	(2.890,51)	(1.468,07)	-	(1.948.389,12)
Saldo final	-	5.038.159,57	71.057.797,53	449.871,13	187.508,88	1.154.905,49	1.017.259,94	-	78.905.502,54
	44.996,79	22.153.739,23	45.556.764,96	20.517,68	19.470,81	152.494,45	248.880,92	8.509.206,82	76.706.071,66

A rubrica de equipamento básico em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 compreende, essencialmente, embarcações de transporte de passageiros nos montantes líquidos de 38.513.895,79 Euros e 41.731.408,93 Euros, respectivamente,

O aumento da rubrica "activos fixos tangíveis em curso" verificado no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, respeita essencialmente a:

- Continuação da construção de dois novos ferryboats, em Aveiro, na Navalria – Docas, Construções e Reparações Navais, S.A. conforme contrato assinado em 25 de Novembro de 2008. A despesa realizada neste projecto, cuja conclusão se prevê para o exercício de 2010, ascendeu a 2.896.732 euros no exercício de 2010.
- Desta rubrica foi ainda transferido para "Activos Fixos Tangíveis" o montante de 286.554,36 euros referentes à beneficiação do terminal de Cacilhas I e da estação do Porto de Brandão.

O aumento em 2009 registado em Activos fixos tangíveis – Edifícios e Outras Construções e Equipamento Básico, decorre do Protocolo celebrado em 01 de Setembro de 2009, entre a Empresa e o Metropolitano de Lisboa, EPE (Metro), através do qual foram transferidas para a Empresa as responsabilidades técnicas e financeiras decorrentes da execução do Terminal Fluvial do Cais do Sodré pelo Metro, ao abrigo do Despacho nº 75-XII/92 do Senhor Secretário de Estado dos Transportes, que incumbiu esta empresa de proceder ao estudo, concepção e construção do interface do Cais do Sodré.

De acordo com a informação disponibilizada pelo Metro, a despesa de investimento relacionada com o Terminal foi de 10.867.342,92 euros e a da obra marítima (pontões) foi de 3.322.191,80 euros.

Em anos anteriores a subsidiária Soflusa assumiu o compromisso de adquirir nove catamarãs ao fornecedor Damen Shipyards, cujo investimento total foi superior a 49 milhões de euros. Os nove catamarãs contratados foram recebidos durante os exercícios de 2003 e 2004. Este investimento foi parcialmente subsidiado pelo FEDER e pelo PIDDAC, por um subsídio a fundo perdido de 50% e 32%, respectivamente, do montante considerado elegível.

Os aumentos registados de Activos fixos tangíveis durante o período de 2010 no montante de 1.780.905€ dizem respeito à imobilização dos recondicionamentos efectuados nas embarcações conforme referido na Nota 4.2.

As transferências reconhecidas nos Activos fixos tangíveis durante o período de 2010, englobam 986.012€, respeitantes à imobilização dos motores e caixas redutoras que se encontravam na conta de inventários.

6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o movimento ocorrido no valor dos activos intangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, é como segue:

	2010			2009		
	Softw are	Activos intangíveis em curso	Total	Softw are	Activos intangíveis em curso	Total
ACTIVO BRUTO						
Saldo inicial	697.172,90	359.741,00	1.056.913,90	-	553.311,00	553.311,00
Adições		48.070,00	48.070,00			
Reclassificações	(273.307,10)		(273.307,10)	697.172,90	(193.570,00)	503.602,90
Saldo final	423.865,80	407.811,00	831.676,80	697.172,90	359.741,00	1.056.913,90
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS						
Saldo inicial	232.347,00	-	232.347,00	-	-	-
Depreciações	84.497,45		84.497,45			
Reclassificações	13.575,34		13.575,34	232.347,00	-	232.347,00
Saldo final	330.419,79	-	330.419,79	232.347,00	-	232.347,00
	93.446,01	407.811,00	501.257,01	464.825,90	359.741,00	824.566,90

O valor dos activos intangíveis em curso, 407.811,00 euros, corresponde a trabalhos em curso referentes ao software da nova Plataforma Tecnológica de Sistemas de Informação.

7. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

As participações financeiras em empreendimentos conjuntos, as suas respectivas sedes sociais, a proporção do capital detido e o valor de balanço em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são os seguintes:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores expressos em Euros)

Denominação social	Sede	Percentagem efectiva de capital 2010	Percentagem efectiva de capital 2009	Valor de balanço 31.12.2010	Valor de balanço 31.12.2009
Interesses em empreendimentos conjuntos					
Ambelis, S.A.	Lisboa	4,99%	4,99%		9.975,96
Otlis, ACE.	Lisboa	14,29%	14,29%	9.975,96	9.975,96
				9.975,96	19.951,92

A Ambelis, S.A. é a uma agência Municipal ligada à autarquia de Lisboa, sem fins lucrativos que visa o desenvolvimento de projectos estratégicos para a modernização da cidade de Lisboa. Em 2010 a empresa foi declarada insolvente, tendo sido constituída a perda por imparidade deste investimento.

A Otlis é o ACE responsável pela coordenação do projecto de bilhética sem-contacto dos operadores de transportes da Área Metropolitana de Lisboa.

8. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

Denominação social	Sede	Percentagem efectiva de capital 2010	Percentagem efectiva de capital 2009	Valor de balanço 31.12.2010	Valor de balanço 31.12.2009
Outros activos financeiros					
Comundo - Consórcio Mundial de Exportação e Importação, S.A.	Lisboa	0,00%	0,00%	35,91	35,91
Obrigações do Tesouro	-	-	-	496,05	496,05
				531,96	531,96

A participação na Comundo e as Obrigações do Tesouro são activos financeiros sem relevância, herdados em 1975 das empresas cuja nacionalização esteve na origem da constituição da Transtejo.

9. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os inventários detalham-se como segue:

	31.12.2010			31.12.2009		
	Valor Bruto	Perdas por imparidade (Nota 29)	Líquido	Valor Bruto	Perdas por imparidade (Nota 29)	Líquido
Materiais de consumo	1.622.058,36	(465.056,16)	1.157.002,20	2.450.258,79	(224.180,48)	2.226.078,31
	1.622.058,36	(465.056,16)	1.157.002,20	2.450.258,79	(224.180,48)	2.226.078,31

Os montantes registados como inventários referem-se maioritariamente a materiais a incorporar nas operações de manutenção e conservação do equipamento básico.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores expressos em Euros)

10. CATEGORIAS DA IAS 39

As políticas contabilísticas para instrumentos financeiros de acordo com a IAS 39 foram aplicadas aos seguintes activos e passivos financeiros:

2010	Créditos e valores a receber	Activos disponíveis para venda	Passivos ao justo valor de cobertura	Outros passivos financeiros	Activos/ passivos não financeiros	Total
Activos						
Caixa e equivalentes de caixa	358.407,26	-	-	-	-	358.407,26
Outros activos financeiros	-	531,96	-	-	-	531,96
Clientes	428.263,31	-	-	-	-	428.263,31
Outras contas a receber	3.596.935,96	-	-	-	587.635,73	4.184.571,69
Outros activos correntes	669.890,93	-	-	-	98.742,31	768.633,24
Total activos financeiros	5.053.497,46	531,96	-	-	686.378,04	5.740.407,46
Passivos						
Financiamentos obtidos	-	-	-	116.798.063,80	-	116.798.063,80
Instrumentos financeiros derivados	-	-	(4.006.521,55)	-	-	(4.006.521,55)
Fornecedores	-	-		(4.532.573,59)	-	(4.532.573,59)
Outras contas a pagar	-	-		(2.580.638,94)	(351.710,67)	(2.932.349,61)
Outros passivos correntes	-	-	-	(128.035,33)	(3.498.440,95)	(3.626.476,28)
Total passivos financeiros	-	-	(4.006.521,55)	109.556.815,94	(3.850.151,62)	101.700.142,77

2009	Créditos e valores a receber	Activos disponíveis para venda	Passivos ao justo valor de cobertura	Outros passivos financeiros	Activos/ passivos não financeiros	Total
Activos						
Caixa e equivalentes de caixa	501.170,05	-	-	-	-	501.170,05
Outros activos financeiros	-	531,96	-	-	-	531,96
Clientes	344.200,49	-	-	-	-	344.200,49
Outras contas a receber	1.242.883,63	-	-	-	1.734.421,14	2.977.304,77
Outros activos correntes	735.550,86	-	-	-	93.996,09	829.546,95
Total activos financeiros	2.823.805,03	531,96	-	-	1.828.417,23	4.652.754,22
Passivos						
Financiamentos obtidos	-	-	-	(99.437.153,49)	-	(99.437.153,49)
Instrumentos financeiros derivados	-	-	(3.456.436,35)	-	-	(3.456.436,35)
Fornecedores	-	-		(3.431.578,36)	-	(3.431.578,36)
Outras contas a pagar	-	-		(7.423.097,35)	(358.338,07)	(7.781.435,42)
Outros passivos correntes	-	-	-	(1.860.101,35)	(1.724.590,83)	(3.584.692,18)
Total passivos financeiros	-	-	(3.456.436,35)	(112.151.930,55)	(2.082.928,90)	(117.691.295,80)

11. CLIENTES

	31.12.2010	31.12.2009
Clientes, conta corrente	428.263,31	344.200,49
Clientes de cobrança duvidosa	183.082,09	183.082,09
	611.345,40	527.282,58
Perdas por imparidade (Nota 29)	(183.082,09)	(183.082,09)
	428.263,31	344.200,49

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a antiguidade das contas a receber de clientes sem imparidade detalham-se como segue:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em Euros)

Clientes, conta corrente	31.12.2010	31.12.2009
0 a 180 dias	285.766,17	289.676,72
+180 dias	142.497,14	54.523,77
	428.263,31	344.200,49

Os saldos vencidos de clientes e em imparidade no montante de 183.082,09 euros correspondem a dívidas cuja antiguidade é superior a 24 meses.

12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	31.12.2010	31.12.2009
Outras contas a receber		
Do Estado e outros entes públicos	587.635,73	1.534.820,18
	587.635,73	1.534.820,18
De outros devedores	4.721.277,30	2.441.899,53
Perdas por imparidade (Nota 29)	(1.124.341,34)	(999.414,96)
	3.596.935,96	1.442.484,57
	4.184.571,69	2.977.304,75

Em 31 de Dezembro de 2010, o saldo a receber do Estado e outros entes públicos é, essencialmente, relativo a Imposto sobre o Valor Acrescentado e inclui o montante de 472.055,61 Euros referente a reembolsos pedidos em 2010.

Em 31 de Dezembro de 2009, saldo a receber do Estado e outros entes públicos é relativo a Imposto sobre o Valor Acrescentado e inclui o montante de 1.448.276,43 Euros referente a reembolsos pedidos em 2009 e recebidos no decorrer do exercício de 2010.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a antiguidade da totalidade dos saldos a receber de outros devedores detalham-se como segue:

Outros devedores	31.12.2010	31.12.2009
0 a 180 dias	3.224.382,50	1.196.560,99
+180 dias	1.496.894,80	1.245.338,56
	4.721.277,30	2.441.899,55

A imparidade de contas a receber de outros devedores, no montante de 1.124.341,34 euros, corresponde a dívidas cuja antiguidade é superior a 24 meses.

13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO CORRENTE

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais das empresas do Grupo referentes aos anos de 2007 a 2010 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração do Grupo entende que as eventuais correcções resultantes de revisões e/ou inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2010.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe dos saldos de Imposto sobre o Rendimento Corrente é como segue:

Imposto sobre o Rendimento Corrente	31.12.2010	31.12.2009
Saldos devedores:		
Imposto sobre o Rendimento Corrente	45.500,80	85.369,30
	45.500,80	85.369,30
Saldos credores:		
Imposto sobre o Rendimento Corrente	10.161,21	8.553,75
	10.161,21	8.553,75

14. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os outros activos correntes detalhavam-se como segue:

	31.12.2010	31.12.2009
Indemnizações a receber de seguradoras	231.767,23	458.711,84
Juros a receber	-	173.784,75
Direcção-Geral do Tesouro	227.222,75	64.418,77
Outros activos correntes	309.643,26	132.631,59
	768.633,24	829.546,95

O montante de 231.767,23 Euros registado na rubrica de "Indemnizações a receber de seguradoras" corresponde ao valor estimado recuperável de participações de sinistros à companhia de seguros.

15. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe de caixa e depósitos bancários era o seguinte:

	31.12.2010	31.12.2009
Numerário	258.647,71	147.399,87
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	99.759,55	353.770,18
Total de disponibilidades	358.407,26	501.170,05

16. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2010 o capital do Grupo, totalmente subscrito e realizado, era composto por 10.600.000 acções com o valor nominal de 5 Euros cada.

As seguintes pessoas colectivas detém mais de 20% do capital subscrito e realizado em 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

Nome	%	Montante
Estado Português - Direcção Geral do Tesouro	100,00%	53.000.000,00
		53.000.000,00

Por deliberação da Assembleia-Geral realizada em 28 de Outubro de 2010 foi decidida a transferência do resultado líquido negativo referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 para a rubrica de "resultados transitados".

17. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os passivos financeiros apresentavam a seguinte decomposição:

	2010		2009	
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Descobertos bancários	29.506.669,80		23.683.953,49	
Contas caucionadas	32.291.394,00		20.753.200,00	
Empréstimos obrigacionistas		55.000.000,00		55.000.000,00
	61.798.063,80	55.000.000,00	44.437.153,49	55.000.000,00
Juros a pagar	553.688,61	-	-	-
Locações financeiras	4.864,09	-	-	-
	558.552,70	-	-	-
	62.356.616,50	55.000.000,00	44.437.153,49	55.000.000,00

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 estes financiamentos detalhavam-se como segue:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores expressos em Euros)

	Entidade financiadora	Taxa de juro	Spread	31.12.2010 Limite	31.12.2010 Montante utilizado	Vencimento	31.12.2009 Limite	31.12.2009 Montante utilizado	Vencimento
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS DE LONGO PRAZO									
Empréstimos bancários:									
Empréstimo obrigacionista	DEPFA	Euribor a 6 Meses	0,02%	55.000.000,00	55.000.000,00	01.02.2017	55.000.000,00	55.000.000,00	01.02.2017
					55.000.000,00			55.000.000,00	
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS DE CURTO PRAZO E OUTROS EMPRÉSTIMOS									
Descobertos bancários:									
	BPI	Euribor a 1 Mês	3,00%	7.000.000,00	1.247.382,64	6 meses renovável	7.000.000,00	1.704.920,69	6 meses renovável
	BCP	Euribor a 3 Meses	1,90%	11.000.000,00	10.967.466,00	3 meses renovável	9.000.000,00	6.228.020,15	3 meses renovável
	BCP	Euribor a 3 Meses	3,00%	2.000.000,00	1.002.181,29	3 meses renovável	2.000.000,00	471.401,24	3 meses renovável
	BARCLAYS	Euribor a 3 Meses	2,20%	6.000.000,00	5.997.793,18	Prazo indeterminável	3.000.000,00	5.260.219,77	Prazo indeterminável
	BES	Euribor a 3 Meses	3,00%	2.250.000,00	1.884.374,52	3 meses renovável	2.500.000,00	-	3 meses renovável
	SANTANDER	Euribor a 3 Meses	2,00%	1.250.000,00	-	6 meses renovável	1.250.000,00	-	6 meses renovável
	BPI	Euribor a 1 Mês	3,00%	3.000.000,00	925.677,09	6 meses renovável	3.000.000,00	2.585.834,32	6 meses renovável
	BARCLAYS	Euribor a 3 Meses	2,20%	2.500.000,00	2.489.208,42	Prazo indeterminável	2.500.000,00	2.451.590,03	Prazo indeterminável
	PARIBAS	Euribor a 1 Mês	1,00%	5.000.000,00	4.992.586,66	1 ano renovável	5.000.000,00	4.981.967,29	1 ano renovável
				40.000.000,00	29.506.669,80		35.250.000,00	23.683.953,49	
Contas caucionadas:									
	BCP	Euribor a 3 Meses	-	-	-	-	-	-	-
	SANTANDER	Euribor a 3 Meses	3,00%	1.496.394,00	1.496.394,00	6 meses renovável	1.496.394,00		6 meses renovável
	BES	Euribor a 3 Meses	3,00%	5.000.000,00	5.000.000,00	3 meses renovável	5.000.000,00	1.100.000,00	3 meses renovável
	BES	Euribor a 3 Meses	4,25%	5.000.000,00	1.300.000,00	3 meses renovável			
	CGD	Euribor a 3 Meses	2,00%	3.500.000,00	3.500.000,00	6 meses renovável	3.500.000,00	3.500.000,00	6 meses renovável
	CGD	Euribor a 3 Meses	2,00%	2.000.000,00	2.000.000,00	6 meses renovável	2.000.000,00	2.000.000,00	6 meses renovável
	BPI	Euribor a 3 Meses	2,00%	5.000.000,00	5.000.000,00	6 meses renovável	5.000.000,00	3.343.200,00	6 meses renovável
	BPI	Euribor a 3 Meses	3,00%	10.000.000,00	10.000.000,00	12 meses	10.000.000,00	10.000.000,00	12 meses
	Finibanco	Euribor a 3 Meses	3,25%	1.300.000,00	1.245.000,00	6 meses renovável			
	SANTANDER	Euribor a 3 Meses	3,00%	1.250.000,00	1.245.000,00	3 meses renovável	1.250.000,00	250.000,00	3 meses renovável
	BES	Euribor a 3 Meses	4,00%	1.500.000,00	1.500.000,00	3 meses renovável	1.500.000,00	560.000,00	3 meses renovável
	Finibanco	Euribor a 3 Meses	3,25%	1.700.000,00	5.000,00	6 meses renovável			
	BPN	Euribor a 3 Meses	-	-	-	-	-	-	-
				37.746.394,00	32.291.394,00		29.746.394,00	20.753.200,00	
				77.746.394,00	61.798.063,80		64.996.394,00	44.437.153,49	

Os financiamentos contratados pelo Grupo Transtejo são todos denominados em euros e vencem juros a taxas de mercado pelo que se aproximam do seu justo valor.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores expressos em Euros)

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os instrumentos financeiros derivados apresentavam a seguinte decomposição:

	2010		2009	
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Justo valor dos swaps	-	4.006.521,55	-	3.456.436,35
	-	4.006.521,55	-	3.456.436,35

Em 26 de Janeiro de 2007 o Grupo celebrou um contrato com o DEPFA BANK, Plc para um empréstimo obrigacionista no montante global de 55.000.000,00 euros com vencimento em 2017, tendo as obrigações sido emitidas em 01 de Fevereiro de 2007.

Através do despacho nº 1478 / 2007 de 29 de Dezembro de 2006 publicado no Diário da República – 2ª Série – Nº 22 de 31 de Janeiro de 2007, foi concedida a garantia do Estado Português. As condições do empréstimo constam da ficha técnica anexa ao referido Despacho.

Relativamente a este empréstimo obrigacionista o Grupo contratou ainda duas operações de cobertura de risco de taxa de juro:

31 de Dezembro de 2010

Instituição Financeira	Tipo de Operação	Data de Contratação	Data de Início	Data de Vencimento	Taxa a receber	Valor	Valor de Liquidação a 31.12.2010	Juros corridos em Res. Periodo	Justo Valor
BPI	IRS - Swap Taxa Juro	19.07.2007	01.08.2007	01.02.2017	Eur 6M	27.500.000,00	(3.733.965,25)	422.054,35	(3.311 910,90)
Barclays	Collar de Taxa de Juro	02.04.2009	02.04.2009	01.02.2013	Eur 6M	27.500.000,00	(881.582,00)	186.971,35	(694.610,65)
							(4.615.547,25)	609.025,70	(4.006.521,55)

31 de Dezembro de 2009

Instituição Financeira	Tipo de Operação	Data de contratação	Data de Início	Data de Vencimento	Taxa Fixa	Valor	Valor de Liquidação a 31.12.2008
BPI	IRS - Swap Taxa Juro	19.07.2007	01.08.2007	01.02.2017	Eur 6M	27.500.000,00	(2.430.985,00)
BPI	IRS - Swap Taxa Juro	14.11.2007	01.02.2008	01.02.2010	Eur 6M	27.500.000,00	(345.704,00)
							(2.776.689,00)

Instituição Financeira	Tipo de Operação	Data de Contratação	Data de Início	Data de Vencimento	Taxa a receber	Valor	Valor de Liquidação a 31.12.2009	Juros corridos em Res. Periodo	Justo Valor
BPI	IRS - Swap Taxa Juro	19.07.2007	01.08.2007	01.02.2017	Eur 6M	27.500.000,00	(3.292.295,00)	414.667,00	(2.877.628,00)
BPI	IRS - Swap Taxa Juro	14.11.2007	01.02.2008	01.02.2010	Eur 6M	27.500.000,00	(430.962,00)	363.888,40	(67.073,60)
Barclays	Collar de Taxa de Juro	06.04.2009	06.04.2009	01.02.2010	Eur 6M	27.500.000,00	(337.950,00)	(173.784,75)	(511.734,75)
							(4.061.207,00)	604.770,65	(3.456.436,35)

O justo valor destes derivados financeiros de taxa de juro de cobertura de fluxos de caixa, 4.006.521,55 euros foi registado em Capital Próprio, na rubrica "reservas de cobertura", por contrapartida do passivo com o empréstimo obrigacionista de longo prazo.

Este justo valor foi determinado por entidades bancárias suportando-se em pressupostos de acordo com as características dos instrumentos financeiros contratados e com base na curva do mercado monetário (Euribor) até 1 ano, exclusive, e a curva dos swaps de taxa de juro, a partir de 1 ano, inclusive, do dia 31 de Dezembro de 2010.

No que se refere à classificação dos derivados negociados como cobertura a Transtejo efectuou os testes de eficácia (prospectivos e retrospectivos) para os swaps de taxa de juro e para o collar de taxa de juro, não tendo sido apurada qualquer ineficácia. Relativamente aos testes retrospectivos efectuados

com referência a 01 de Janeiro de 2010 e 31 de Dezembro de 2010, com base no *Dollar Offset Method*, foi observada uma eficácia de 100% em ambas as datas.

19. PROVISÕES

O movimento ocorrido das provisões durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, foi o seguinte:

	2010	2009
Saldo inicial	942.197,41	5.181.445,40
Aumentos	298.901,20	553.867,44
Utilização	(29.500,00)	(18.000,00)
Transferências	-	(4.667.803,44)
Reduções	(288.266,36)	(107.311,99)
Saldo final	923.332,25	942.197,41

Em 31 de Dezembro de 2010 os **aumentos** verificados na rubrica "Provisões" correspondem a:

Provisões para processos judiciais em curso

- 298.901,20 euros relativos a acções interpostas contra as Empresas do Grupo e a sua Seguradora por trabalhadores e ex-trabalhadores.

Em 31 de Dezembro de 2010 as **reduções** verificadas na rubrica "Provisões" correspondem a:

Reversões de provisões, no montante de 288.266,36 euros, referentes a processos judiciais cujas decisões em tribunal foram favoráveis à Transtejo.

Em consequência dos aumentos e das reduções referidas, o valor de 10.634,84 euros encontra-se reflectido na Demonstração consolidada do rendimento integral.

Em 31 de Dezembro de 2010 a **utilização** verificada na rubrica "Provisões" corresponde a:

Provisões para processos judiciais em curso

Indemnização, no montante de 29.500,00 euros paga a "Vitor, Rosa & Filha".

Em consequência destes movimentos, a rubrica "Provisões" apresenta, em 31 de Dezembro de 2010, (i) 772.766,52 euros referente a processos judiciais em curso e (ii) 150.565,73 euros referentes a outras provisões.

Em 31 de Dezembro de 2009 as **transferências** verificadas na rubrica "Provisões" correspondem a:

Outras Provisões

Na sequência da celebração do protocolo com o Metropolitano e da transferência da responsabilidade pelo Terminal do Cais do Sodré para a Transtejo, eliminou-se o risco da eventual necessidade de pagar uma renda pela utilização do referido terminal, pelo que se procedeu à anulação da totalidade da provisão, que vinha sendo reforçada desde 2004. O montante acumulado até Agosto de 2009 ascendia a 4.667.803,44 euros, tendo sido reclassificados para contas de passivo não corrente "outros passivos não correntes".

Em 31 de Dezembro de 2009 o saldo da rubrica "Provisões" inclui (i) 791.631,68 Euros relativos a provisões para processos judiciais em curso; e (ii) 150.565,73 Euros referentes a outras provisões.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em Euros)

20. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os outros passivos não correntes apresentavam o seguinte detalhe:

	31.12.2010	31.12.2009
Subsídios ao investimento	43.784.261,57	49.012.524,91
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	12.502.601,63	13.002.601,63
	56.286.863,20	62.015.126,54

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, na rubrica "subsídios ao investimento" estão registados as comparticipações recebidas a fundo perdido para financiamento de imobilizações corpóreas, a reconhecer proporcionalmente às depreciações dos bens subsidiados. Nos exercícios de 2010 e 2009 o Grupo reconheceu os montantes de 3.414.131,64 euros e 3.459.156,80 euros respectivamente, relacionados com estes subsídios, a deduzir à rubrica de "Gastos de depreciação e de amortização", como abaixo se apresenta:

	31.12.2010	31.12.2009
Amortizações e depreciações do exercício	(6.957.198,57)	(6.735.265,36)
Subsídios ao investimento (reconhecimento no exercício)	3.414.131,64	3.459.156,80
	(3.543.066,93)	(3.276.108,56)

No decorrer do exercício de 2010, a rubrica "subsídios ao investimento" teve um reforço correspondente a subsídios recebidos de acordo com a seguinte decomposição:

(1) PIDDAC / Projecto "Novos Ferries"	1.100.000,00
(1) PIDDAC / Novo Terminal Cais do Sodré	500.000,00
	1.600.000,00

(1) O montante de 1.600.000,00 euros refere-se a subsídios ao investimento recebidos do PIDDAC (Programa de Investimento e Desenvolvimento da Administração Central), destinados à cobertura financeira parcial dos projectos de investimento referidos.

21. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as dívidas a pagar a fornecedores detalhavam-se como segue:

	31.12.2010	31.12.2009
Fornecedores, conta corrente	4.532.573,59	3.431.578,36

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica respeita a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das actividades do Grupo. Em 31 de Dezembro de 2010, o Conselho de Administração entende que o valor contabilístico destas dívidas corresponde, aproximadamente, ao seu justo valor.

De acordo com a informação constante na Demonstração da posição financeira consolidada, as dívidas a pagar a fornecedores apresentam os seguintes prazos de vencimento:

Fornecedores, conta corrente	31.12.2010	31.12.2009
0 a 180 dias	4.453.284,16	3.013.273,80
+180 dias	79.289,43	418.304,56
	4.532.573,59	3.431.578,36

22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica Outras contas a pagar apresentava o seguinte detalhe:

	31.12.2010	31.12.2009
Outras contas a pagar:		
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	534.574,91	6.842.771,70
Estado e outros entes públicos	351.710,67	358.338,07
Outros credores	2.046.064,03	580.325,65
	2.932.349,61	7.781.435,42

As dívidas ao Estado e outros entes públicos referem-se a contribuições para a Segurança Social e retenções na fonte de IRS a entregar no mês de Janeiro.

De acordo com a informação constante na Demonstração da posição financeira consolidada, a rubrica Outras contas a pagar apresenta os seguintes prazos de vencimento:

Fornecedores de imobilizado, conta corrente	31.12.2010	31.12.2009
0 a 180 dias	316.511,46	6.624.708,25
+180 dias	218.063,45	218.063,45
	534.574,91	6.842.771,70

Outros credores	31.12.2010	31.12.2009
0 a 180 dias	1.596.410,52	573.203,05
+180 dias	449.653,51	7.122,60
	2.046.064,03	580.325,65

23. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

A rubrica "Outros passivos correntes" em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 detalha-se como segue:

	31.12.2010	31.12.2009
Subsídios ao investimento	3.414.131,67	-
Remunerações a liquidar	1.321.187,11	1.420.918,38
Juros a pagar	1.086.354,31	1.415.964,06
Antecipação de receita	187.155,27	161.493,97
Outros	424.926,41	586.315,77
	6.433.754,77	3.584.692,18

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica "Juros a pagar" inclui o montante de 609.364,46 euros correspondente aos encargos financeiros devidos pelos contratos de *swap* e *collar* referentes ao

período de Agosto a Dezembro de 2010, cujo pagamento ocorrerá em 1 de Fevereiro de 2011. Inclui ainda o montante de 476.989,85 euros a pagar ao Metro, correspondentes aos encargos financeiros decorrentes da utilização do Terminal do Cais do Sodré no período compreendido entre 01 de Março de 2010 e 31 de Dezembro de 2010.

No presente exercício o Grupo reclassificou para Outros passivos correntes o montante do subsídio que estima a reconhecer em resultados durante o período de 2011. O valor de 2009 corresponde ao valor da Nota 20.

Na rubrica "Antecipação de receita" está registada a receita de passes intermodais a repartir pelos operadores, relativa a vendas efectuadas em Dezembro de 2010, de passes válidos para o mês de Janeiro de 2011.

24. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Os serviços prestados resultam da actividade principal do Grupo, ocorreram no mercado interno e correspondem à venda das diversas modalidades de títulos de transporte válidas no Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 detalham-se como segue:

	2010	2009
Serviços prestados	13.970.014,86	14.173.341,70

25. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os subsídios à exploração em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 detalham-se como segue:

	2010	2009
Indemnizações compensatórias:		
- Obrigações de exploração de transporte e de tarifas	11.116.835,85	11.222.710,47
Outras Indemnizações compensatórias:		
- Passes 4_18@escola.tp, Passes Sub23@superior.tp	448.745,66	165.639,36
Outros subsídios:		
- PAII	-	78.883,09
	11.565.581,51	11.467.232,92

Nesta rubrica são registados os montantes das indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado nos termos das RCM nº 96/2010 de 14 de Dezembro e RCM nº 114/2009 de 3 de Dezembro. A estes valores acresce IVA à taxa de 6% em 2010 e 5% em 2009.

26. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS e das MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das matérias consumidas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, detalha-se como segue:

	2010	2009
Custo das matérias consumidas	(8.338.143,29)	(6.914.444,35)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em Euros)

O custo das matérias consumidas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi determinado como segue:

		2010	2009
		Materiais de consumo	Materiais de consumo
Existências iniciais (Nota 9)	+	2.450.258,79	2.383.938,64
Compras	+	7.518.833,33	6.973.236,37
Regularização de existências	-	8.890,47	(7.528,13)
Existências finais (Nota 9)	-	1.622.058,36	2.450.258,79
		8.338.143,29	6.914.444,35

27. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 apresenta a seguinte composição:

	2010	2009
Conservação e reparação	(4.271.201,34)	(8.112.457,86)
Seguros	(1.499.990,93)	(1.508.057,88)
Trabalhos Especializados	(1.446.881,23)	(896.301,01)
Vigilância e Segurança	(899.637,64)	(1.517.119,71)
Combustíveis	(765.168,19)	(532.376,96)
Limpeza, higiene e conforto	(542.020,45)	(533.134,64)
Rendas e alugueres	(423.055,44)	(394.461,99)
Electricidade	(178.599,10)	(32.503,68)
Comunicação	(131.232,88)	(198.298,87)
Bilhetes e outros impressos	(110.926,06)	(149.462,75)
Subcontratos	(96.775,09)	(136.439,75)
Honorários	(86.897,60)	(92.034,37)
Publicidade e propaganda	(55.010,41)	(59.421,26)
Afretamento de Navios	-	(149.833,70)
Outros	(250.960,64)	(249.831,61)
	(10.758.357,00)	(14.561.736,04)

A rubrica de maior relevância é a de conservação e reparação da frota, cuja evolução anual está relacionada com os ciclos de manutenção programada da frota.

No exercício de 2010 ocorreram intervenções (i) nos catamarãs da Soflusa: Gil Vicente, Damião de Goes, Cesário Verde e Fernando Namora e (ii) nos navios da Transtejo: Dafundo, Madragoa, Mouraria, Castelo, Carnide, Algés, Aroeira, Sé e S. Julião.

O decréscimo verificado na Conservação e reparação vem em consequência dos ciclos de revisão e de capitalização dos recondicionamentos dos motores dos navios, de acordo com a IAS16.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em Euros)

28. GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, detalham-se como segue:

	2010	2009
Remunerações ao pessoal	(9.880.558,28)	(9.819.141,17)
Encargos sociais	(2.338.205,13)	(3.113.334,69)
Outros	(1.871.959,38)	(1.109.992,71)
	(14.090.722,79)	(14.042.468,57)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica "remunerações ao pessoal" inclui os montantes de 242.223,23 euros e 258.761,29 euros de remunerações atribuídas aos órgãos sociais, respectivamente.

O montante de 242.223,23 euros inclui 205.145,29 euros (nota 36) atribuídos ao Conselho de Administração e 37.077,94 euros referente à remuneração do Conselho Fiscal pelo exercício das suas funções.

Durante os exercícios de 2010 e 2009, o número médio de pessoal ao serviço das empresas incluídas na consolidação foi de 531 e 528, respectivamente.

29. PERDAS POR IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas perdas de imparidade durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, foi o seguinte:

	31.12.2010			
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade:				
Ajustamentos de Inventários (Nota 9)	224.180,48	242.291,61	(1.415,93)	465.056,16
Imparidade de dívidas a receber:				
Clientes de cobrança duvidosa	183.082,09	-	-	183.082,09
Outras contas a receber	999.414,96	211.503,78	(86.577,40)	1.124.341,34
	1.182.497,05	211.503,78	(86.577,40)	1.307.423,43
	1.406.677,53	453.795,39	(87.993,33)	1.772.479,59

	31.12.2009			
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade:				
Ajustamentos de Inventários (Nota 9)	73.365,82	150.814,66		224.180,48
Imparidade de dívidas a receber:				
Clientes de cobrança duvidosa	183.082,09	-	-	183.082,09
Outras contas a receber	999.414,96	-	-	999.414,96
	1.182.497,05	-	-	1.182.497,05
	1.255.862,87	150.814,66	-	1.406.677,53

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em Euros)

O reforço do ajustamento de inventários ocorrido no exercício de 2010, resulta do apuramento efectuado no final do exercício ao valor das existências sem movimentos desde 2004 e cujo valor global ascende a 453.795,39 euros.

30. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica "outros rendimentos e ganhos" em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 detalha-se como segue:

	2010	2009
Penalidades Contratuais	2.786.000,00	-
Rendas e alugueres	707.668,89	705.867,16
Cedência de materiais	-	515.492,89
Cartões para passes e outros	320.717,90	410.057,20
Cedência de energia e água	42.246,32	39.234,45
Outros	189.649,76	223.259,16
	4.046.282,87	1.893.910,86

As "penalidades contratuais" referem-se a atrasos verificados na entrega das duas novas embarcações adquiridas pelo Grupo.

Em "rendas e alugueres" estão considerados essencialmente os proveitos com aluguer de espaços publicitários, licenças de ocupação e parques de estacionamento.

Em "vendas de cartões para passes e outros" estão registadas as receitas de cartões "Lisboa Viva" e "7 colinas".

31. OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica "outros gastos e perdas" em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, detalha-se como segue:

	2010	2009
Impostos	(35.911,88)	(74.973,46)
Perdas de imobilizado/Inventários	(36.839,08)	(77.401,37)
Quotizações	(43.515,21)	(26.807,92)
Outros custos operacionais	(248.694,27)	(278.235,93)
	(364.960,44)	(457.418,68)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em Euros)

32. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS

Os gastos e os rendimentos financeiros em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, detalham-se como segue:

	2010	2009
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	(4.277.539,46)	(4.345.294,08)
Outros gastos e perdas financeiras	(422.349,84)	(332.676,96)
	(4.699.889,30)	(4.677.971,04)
Resultados financeiros	4.790.488,37	4.691.370,99
	90.599,07	13.399,95
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	34.764,10	7,18
Outros proveitos e ganhos financeiros	55.834,97	13.392,77
	90.599,07	13.399,95

A rubrica de juros suportados refere-se aos juros dos empréstimos bancários (Nota 17). Os juros líquidos totais associados à operação de swap no exercício de 2010, ascenderam a 1.504.020,86 euros (1.538.777,78 euros de juros devedores e 34.756,92 euros de juros credores). Relativamente a 2009, os juros líquidos associados ascenderam a 1.081.542,34 euros (1.422.255,00 euros de juros devedores e 370.771,00 de juros credores).

33. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A composição do imposto sobre o rendimento nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é como segue:

	2010	2009
Imposto corrente incluindo tributações autónomas	10.161,21	8.553,75

As empresas do Grupo são tributadas em sede de Imposto Sobre o Rendimento nas suas esferas individuais.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Em 31 de Dezembro de 2010, os prejuízos fiscais reportáveis das empresas do Grupo têm os seguintes anos limite de utilização:

	Prejuízo fiscal total
Gerados no exercício de 2005	15.534.907,45
Gerados no exercício de 2006	17.284.277,18
Gerados no exercício de 2007	12.305.376,79
Gerados no exercício de 2008	15.796.940,38
Gerados no exercício de 2009	16.238.904,75
Estimados para o exercício de 2010	12.825.035,28
	89.985.441,83

Foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer correspondentes aos prejuízos fiscais reportáveis, às provisões, outros activos reconhecidos não aceites como fiscalmente dedutíveis e aos ajustamentos de conversão para IFRS. Contudo, o Grupo considera pouco provável que ocorram lucros tributáveis no

futuro, suficientes para permitir a reversão das referidas diferenças temporárias dedutíveis e utilizar as perdas fiscais, pelo que não foram reconhecidos activos por impostos diferidos.

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas as empresas do Grupo encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Decorrente da promulgação da nova lei das finanças locais, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2007, a derrama passou a ser calculada, a partir dessa data, com base em 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

A reconciliação entre o resultado contabilístico e o resultado tributável e entre o imposto corrente e o imposto do exercício sobre o rendimento nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

		2010	2009
Resultado antes de impostos		(12.499.098,34)	(15.934.951,92)
Diferenças permanentes		(325.936,94)	(303.952,83)
Diferenças temporárias		-	-
Resultado tributável / (Prejuízo fiscal)		(12.825.035,28)	(16.238.904,75)
Prejuízos fiscais recuperáveis		(12.825.035,28)	(16.238.904,75)
Taxa de imposto		26,5%	26,5%
Colecta	(I)	-	-
Imposto diferido sobre o lucro/(prejuízo) fiscal		-	-
Imposto diferido sobre diferenças temporárias		-	-
Imposto diferido	(II)	-	-
Imposto corrente:			
Tributações autónomas		10.161,21	8.553,75
Excesso/(insuficiência) na estimativa do exercício anterior		-	-
	(III)	10.161,21	8.553,75
Imposto sobre o rendimento do exercício	(I+II+III)	10.161,21	8.553,75

34. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 existiam as seguintes garantias bancárias prestadas a favor de terceiros:

Beneficiário	Validade	Banco	31.12.2010	31.12.2009
APL-ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA	ILIMITADA	BPI	688,34	688,34
PETRÓLEOS DE PORTUGAL - PETROGAL,S.A.	ILIMITADA	BPI	2.493,99	2.493,99
EDP-ENERGIAS DE PORTUGAL,S.A.	ILIMITADA	BPI	7.639,56	7.639,56
EDP-ENERGIAS DE PORTUGAL,S.A.	ILIMITADA	BPI	4.643,00	-
EDP-ENERGIAS DE PORTUGAL,S.A.	ILIMITADA	BPI	2.173,00	-
SLE-ELECTRICIDADE DO SUL,S.A.	ILIMITADA	BPI	5.450,86	5.450,86
LTE-ELECTRICIDADE DE LISBOA E VALE DO TEJO,S.A.	ILIMITADA	BPI	2.694,01	2.694,01
PETRÓLEOS DE PORTUGAL-PORTUGAL,S.A.	ILIMITADA	BPI	3.500,00	3.500,00
			29.282,76	22.466,76

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em Euros)

35. COMPROMISSOS FINANCEIROS E NÃO ASSUMIDOS NO BALANÇO

Os compromissos financeiros assumidos pelo Grupo e não incluídos no balanço em 31 de Dezembro de 2010 referem-se a um contrato celebrado em 25.11.2008 com a Navalria – Docas, Construções e Reparações Navais, S.A. para a construção de dois ferryboats, pelo valor de 13.930.000,00 euros (acrescido de IVA à taxa de 20%). À data já foram realizados trabalhos no montante de 11.451.418,96 euros.

36. PARTES RELACIONADAS

O Grupo tem como partes relacionadas:

Os membros do seu Conselho de Administração, cujas transacções com a Transtejo nos exercícios de 2010 e 2009 foram como se segue:

	2010			
	Remuneração	Outras Remunerações (2)	Planos de pensões / saúde	
Engº João António da Silva Pintassilgo	76.536,73 (1)	1.875,65	4.931,50	(3)
Dra. Maria Elisa Silva Saloio	63.542,26	1.883,18	-	
Dr. Isidro Durão Heitor	63.542,26	2.202,67	-	
	203.621,25	5.961,50	4.931,50	
			214.514,25	(4)

(1) Vencimento pago directamente pela Transtejo, de acordo com o que auferia na EDP
(2) Inclui subsídios de alimentação e ajudas de custo
(3) Auferidos ao abrigo da sua relação de trabalho com a EDP, debitados posteriormente à Transtejo, que não dispõe de Plano de pensões interno.
(4) A diferença de 9.368,96 euros para o valor indicado na Nota 28 do presente anexo respeita ao ajustamento da estimativa dos encargos com férias.

	2009			
	Remuneração	Outras Remunerações (2)	Planos de pensões / saúde	
Engº João António da Silva Pintassilgo	80.514,00 (1)	2.433,14	4.302,00	(3)
Dra. Maria Elisa Silva Saloio	65.652,58	1.784,82	-	
Dr. Isidro Durão Heitor	65.652,58	2.636,68	-	
	211.819,16	6.854,64	4.302,00	
			222.975,80	(4)

(1) Vencimento pago directamente pela Transtejo, de acordo com o que auferia na EDP
(2) Inclui subsídios de alimentação e ajudas de custo
(3) Auferidos ao abrigo da sua relação de trabalho com a EDP, debitados posteriormente à Transtejo, que não dispõe de Plano de pensões interno.
(4) A diferença de 410,85 euros para o valor indicado na Nota 28 do presente anexo respeita ao ajustamento da estimativa dos encargos com férias.

Entidades relacionadas por via do Accionista (Empresas do SEE):

	2010				2009			
	Transacções		Saldo		Transacções		Saldo	
	Débito	Crédito	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A.	-	121.156,59	-	41.345,89	-	270.454,96	-	189.147,21
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	193.918,54	1.621.347,40	189.238,44	1.335.697,10	235.701,34	1.633.931,83	49.107,39	915.796,84
CP - Comboios de Portugal, EPE	432.999,80	687.016,40	126.887,22	51.093,86	548.777,52	461.685,94	121.129,13	17.668,92
Metropolitano de Lisboa, EPE	76.754,61	372.666,81	1.034.706,16	14.143.532,15	13.635,26	14.990.614,50		14.151.107,18
	703.672,95	2.802.187,20	1.350.831,82	15.571.669,00	798.114,12	17.356.687,23	170.236,52	15.273.720,15

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em Euros)

Entidades relacionadas por via de Empreendimentos conjuntos:

	2010				2009			
	Transacções		Saldo		Transacções		Saldo	
	Débito	Crédito	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
OTLIS, ACE	244.398,73	259.284,75	23.900,51	(14.886,02)	187.321,78	262.133,64	3.298,71	62.271,69
	244.398,73	259.284,75	23.900,51	(14.886,02)	187.321,78	262.133,64	3.298,71	62.271,69

37. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

O Grupo detém apenas um segmento operacional que consiste na exploração de transportes fluviais de passageiros entre as margens do rio Tejo em Lisboa. Em consequência deste facto o Grupo não preparou informação específica para reporte.

38. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 02 de Junho de 2011.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOÃO ANTÓNIO DA SILVA PINTASSILGO, **Presidente**

MARIA ELISA SILVA SALOIO, **Vogal**

ISIDRO DURÃO HEITOR, **Vogal**

PEDRO COSTA DOS SANTOS ROLO
TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

» INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Grupo Transtejo – Transportes Tejo, S.A.** (Empresa-mãe Transtejo e sua Subsidiária Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira consolidada em 31 de Dezembro de 2010, que evidencia um total de 83.408.457 euros e capital próprio negativo de 109.073.716 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 12.509.260 euros), as Demonstrações consolidadas do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

» RESPONSABILIDADES

1. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa a preparação do Relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados, que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

2. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

» ÂMBITO

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a verificação das operações de consolidação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

4. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

» OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Grupo Transtejo – Transportes Tejo, S.A**, em 31 de Dezembro de 2010, o resultado consolidado das suas operações, os fluxos consolidados de caixa, as alterações no capital próprio consolidado e as notas anexas consolidadas, no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

» RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

7. É também nossa opinião que a informação constante do relatório consolidado de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

» ÊNFASES

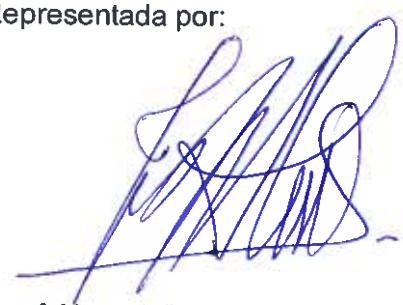
8. Sem afectar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, chamamos a atenção para os factos seguintes:

   a) As sociedades integrantes no perímetro da consolidação (Transtejo – Transportes Tejo, SA e Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, SA) se encontram, em 31/12/2010, na situação prevista no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, com capitais próprios negativos, cuja continuidade, neste contexto, depende de futuros subsídios e dos apoios do accionista único da Transtejo – Transportes Tejo, SA;
   b) No âmbito das medidas de consolidação e controlo orçamental, que integram a estratégia de correcção estrutural do défice e da dívida pública, estão previstos no quadro anexo à Resolução do Conselho de Ministros nº. 101-A/2010, de 27/12, a fusão por acto legislativo (decreto-lei), durante o primeiro semestre de 2011, entre as sociedades referidas na alínea anterior.

.

Lisboa, 06 de Junho de 2011

Barbas, Martins, Mendonça & Associados, S.R.O.C., Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº 100
(Inscrição C.M.V.M. nº 8968)
Representada por:



Issuf Ahmad, ROC nº 779

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Contas Separadas e Consolidadas da sociedade Transtejo – Transportes Tejo, SA (Exercício de 2010)

1. Introdução

De acordo com as disposições legais e estatutárias estabelecidas respectivamente nos artigos 420º e 452º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e no artigo 16º dos Estatutos da sociedade, o Conselho Fiscal (CF) apresenta o relatório anual da sua acção geral de fiscalização, o parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas separadas e consolidadas da Transtejo – Transportes Tejo, SA (Transtejo) elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), adoptadas pela União Europeia e sobre a proposta de aplicação de resultados, apresentados pelo Conselho de Administração (CA) da Transtejo, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Na sequência das alterações estatutárias, aprovadas em Assembleia Geral, de 17.07.2008, a Transtejo adoptou um modelo de governo pelo qual a fiscalização ficou cometida a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas (ROC) ou a uma sociedade de revisores oficiais de contas que não seja membro daquele órgão, conforme previsto na alínea b) do nº1, do artigo 413º do CSC.

Do presente documento consta igualmente a avaliação do desempenho dos membros do Conselho de Administração e a apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor, considerando o disposto no ponto 17 dos Princípios de Bom Governo (PBG) das Empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE), aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº49/2007, de 28 de Março.

2. Síntese da Actividade Desenvolvida pelo Conselho Fiscal (CF)

No âmbito das competências atribuídas ao CF, nomeadamente nos termos estabelecidos no artigo 420º do CSC, aquele órgão desenvolveu a sua actividade através da verificação da observância da lei e dos estatutos da Sociedade, tendo acompanhado a gestão da empresa mediante a análise das actas das reuniões do CA, da informação financeira, dos esclarecimentos prestados pelo CA e Serviços da Transtejo e, ainda, das reuniões regulares com o ROC. O CF participou, igualmente, nas reuniões do CA, de 13.05.2011 e de 02.06.2011, no âmbito das quais se apreciaram, respectivamente, as contas separadas e consolidadas do exercício de 2010.

O trabalho desenvolvido no último ano encontra-se descrito pormenorizadamente nas actas do CF, tendo sido focada especial atenção ao cumprimento de obrigações decorrentes do quadro legal aplicável às empresas do SEE, designadamente das que decorrem do esforço de consolidação das finanças públicas, ao regime aplicado à realização de despesas públicas com a aquisição de bens e serviços regulado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Público e às recomendações do Estado, na qualidade de accionista único, transmitidas em Assembleia Geral de 28.10.2010.

No âmbito das suas atribuições o CF emitiu parecer sobre:

a) Relatório trimestral de execução orçamental reportado a 30.09.2010;
b) Plano de Actividades e Orçamento e Plano de Investimentos da Transtejo, SA para 2011.

Conselho Fiscal
Terminal Fluvial do Cais do Sodré
1249-249 Lisboa – NIPC 500 723 770
Reg. Nº 4371 – Conservatória do Registo Comercial de Lisboa
Capital Social: € 53.000.000

Telef: (+351) 210 422 421
Fax: (+351) 210 422 420
www.transtejo.pt

No âmbito das suas atribuições o CF com vista à emissão do presente parecer analisou ainda:

a) Relatório de gestão e contas de 2010, emitido pelo CA, constituído por relatórios e pelas Demonstrações financeiras separadas e consolidadas e respectivos anexos;
b) Proposta de aplicação de resultados do exercício findo em 31.12.2010, apresentada pelo Conselho de Administração;
c) Certificações legais das contas separadas e consolidadas apresentadas pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) relativas ao exercício de 2010, com as quais expressa o seu acordo;
d) Relatórios dos auditores externos, relativos às contas do exercício de 2010.

3. Apreciação do Relatório de Gestão e Contas Separadas e Consolidadas

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) previstas no Regulamento (CE) nº1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho emitidas e em vigor à data de 31.12.2010, nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 4º do Decreto-Lei nº158/2009, de 13 de Julho.

As contas separadas relativas ao exercício de 2009, foram reexpressas em IFRS, para efeitos de comparabilidade com o exercício de 2010.

Do Relatório de Gestão e Contas da Transtejo – Transportes Tejo, SA, parece-nos de salientar o seguinte:

3.1 Contas Separadas (Transtejo – Transportes Tejo, SA)

Do ponto de vista económico:

- Os Resultados operacionais apesar de continuarem negativos registam um desagravamento na ordem dos 33%, passando de -13 Milhões de euros (M€) em 2009 para -8,7 M€ em 2010, devido essencialmente à reclassificação de provisões constituídas para assunção de responsabilidades passadas, no valor de 3,6 M€[1], pela utilização do Terminal do Cais do Sodré, e a penalidades contratuais no valor de 2,78 M€, aplicadas à Navalria - Docas, Construções e Reparações Navais, SA (Navalria), por atrasos verificados na entrega de duas embarcações (vide ponto 4);
  As restantes rubricas que compõem os resultados operacionais não apresentam alterações significativas, à excepção dos Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas, por efeito do aumento do preço dos combustíveis (gasóleo), na ordem dos 29%, face ao ano de 2009;
- O Resultado líquido do exercício ascendeu a -12,509 M€, registando-se uma melhoria de 4,512 M€ face ao exercício de 2009, ou seja, menos 26,5 % de prejuízo.

- do ponto de vista financeiro:

- O Total do Activo em 31/12/2010 sofreu um acréscimo de cerca de 2,7%, face ao ano anterior, essencialmente devido ao débito por aplicação de penalidade contratual à Navalria e ao aumento de empréstimos à Soflusa;
- O Capital Próprio, no final de 2010, ascendeu a cerca de -109 M€, representando uma evolução desfavorável, na ordem dos 13,6%, face a 2009, devido, em grande parte, à acumulação de prejuízos de anos anteriores, o que implica, ao abrigo do artigo nº 35º do CSC, a informação da situação ao accionista único, para que este tome as medidas julgadas convenientes;

[1] No âmbito do Protocolo celebrado em Setembro de 2009, com o Metropolitano de Lisboa, não resulta expressamente a obrigação de pagar as rendas passadas, constituindo o valor provisionado uma subsidiação dos activos fixos tangíveis, reconhecido em resultados, em função da vida útil estimada para o referido Terminal e obra marítima adjacente.

- O Passivo não Corrente ascendeu em 31/12/2010, a cerca de 110,6 M€, representando um acréscimo de 2,5% face ao ano transacto, evolução explicada pelo reforço de provisão, na ordem dos 2,3 M€, associada à responsabilidade assumida por conta do investimento financeiro na Soflusa e pela reclassificação da provisão constituída, por conta do valor estimado a pagar, por encargos passados, relativos a rendas devidas ao Metropolitano de Lisboa, pela utilização do Terminal do Cais do Sodré;
- O Passivo corrente registou um aumento de cerca de 11 M€ face ao ano anterior, devido ao aumento dos níveis de endividamento.

A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo CA, no sentido de aplicação integral dos Resultados Líquidos do exercício negativos, no valor de 12.509.259,55 euros, na conta de Resultados Transitados merece a concordância do CF, uma vez que se encontra de acordo com as disposições legais.

3.2 Contas Consolidadas (Transtejo e Soflusa)

- do ponto de vista económico:

- Os Resultados operacionais em 2010 ascenderam a cerca de -7,89 M€, representando uma evolução favorável face ao exercício de 2009, na ordem dos 36%, em resultado da aplicação das penalidades contratuais ao estaleiro Navalria, mantendo-se a restante estrutura de custos sem variações significativas, à excepção do Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, que regista um agravamento de cerca de 1,4 M€, devido ao aumento do preço do combustível, e no sentido inverso, verifica-se uma redução na rubrica Fornecimentos e serviços externos na ordem dos 3,8 M€, devido ao decréscimo verificado na Conservação e reparação da frota, em consequência dos ciclos de revisão programada;
- O Resultado líquido do exercício ascendeu a cerca de -12,5 M€, registando-se uma melhoria de quase 4,5 M€ face ao ano transacto, ou seja, uma redução, no exercício de 2010, de cerca de 26,3 % de prejuízos.

- do ponto de vista financeiro :

- O total do Activo no final de 2010 manteve-se praticamente inalterado, face ao ano anterior, sofrendo uma redução de apenas 1%, enquanto o Passivo total cresceu cerca de 6,5%, o que equivale a cerca de 12M€;
- O Capital próprio do exercício de 31/12/2010 correspondeu a -109,073 M€, por conta de prejuízos acumulados, os quais ascendem neste ano a 145 M€, colocando o Grupo na situação prevista no artigo 35º do CSC, por estar perdido mais de metade do capital social, devendo informar da situação ao accionista único para que este tome as medidas julgadas convenientes, de forma a sanear o referido desequilíbrio, garantir liquidez e viabilização económico-financeira;
- O Passivo não corrente, de cerca de 116,2 M€, registou uma redução, face a 2009, em termos relativos na ordem dos 4,3% e em termos absolutos de cerca de 5,2 M€, devido à redução em igual valor de subsídios ao investimento;
- O Passivo corrente registou um agravamento na ordem dos 17 M€, na sequência de um maior recurso a financiamento bancário para suportar défices contínuos de tesouraria.

O Grupo evidencia um acentuado desequilíbrio estrutural caracterizado por uma situação contínua de excessiva dependência financeira, verificando-se que a evolução favorável, em 2010, da situação económica e financeira se deve a factores alheios à própria actividade do Grupo, relacionados com a reclassificação de provisões e aplicação de penalidades ao estaleiro Navalria[2], e ainda inerentes à própria actividade decorrentes da redução dos gastos de exploração, por via dos ciclos de manutenção.

[2] Situação provisória dependente de decisão do Tribunal Arbitral.

4. Investimentos

No ano de 2010, por opção de adiamento da renovação da frota de cacilheiros, face ao elevado endividamento do Grupo e não concretização com o aval do Estado de um novo empréstimo obrigacionista (de 50M€), as despesas de investimento concentraram-se na concretização de compromissos assumidos com a aquisição dos dois novos ferries que representaram cerca de 90% (2,9 M€) do total de investimento (3,2 M€).

Este investimento, no valor global de 14 M€, foi financiado, até ao final de 2010, em 8,3M€ por recurso a apoios financeiros do Estado, através de subsídios ao investimento atribuídos no âmbito do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) e por 3M€ através de endividamento, prevendo-se em 2011, uma despesa de aproximadamente 3,2M€, não comparticipada pelo PIDDAC.

Por motivo de atraso imputável ao estaleiro na construção das embarcações, o primeiro navio foi recepcionado em Outubro de 2010 e o segundo em Março de 2011, ao invés de Novembro de 2009 e Fevereiro de 2010, respectivamente, conforme previsto contratualmente com a Navalria.

Face aos atrasos verificados na entrega dos ferries, o CA da Transtejo deliberou diferir a cobrança de notas de débito pelo valor global de 2,786 M€, por encontro de contas com facturas futuras. Uma vez que o estaleiro discordou deste procedimento, recorreu ao Tribunal Arbitral, onde corre processo no sentido de condenar a Transtejo à regularização das facturas naquele montante.

O CF entende que a decisão de diferir as notas de débito em vez de aplicar as multas no prazo contratualmente previsto não beneficiou a Transtejo.

Durante o exercício de 2010, foram ainda beneficiados os Terminais de Cacilhas e Porto Brandão, através da remodelação e cravação de estacas de fixação de pontões, no valor global de 287 m€.

5. Cumprimento das recomendações apresentadas pelo accionista na Assembleia Geral realizada em 28.10.2010

5.1 *"Reformulação do teor do Protocolo celebrado entre a Metropolitano de Lisboa (ML) e a Transtejo (TT) em Setembro de 2009, devendo ser posteriormente submetido à consideração do accionista Estado um novo projecto do mesmo".*

De acordo com informação prestada na reunião com o CA em 13.05.2011 já se encontra em estudo a reformulação do Protocolo.

5.2 *"Reestruturação da estrutura de custos, adoptando medidas de contenção dos mesmos".*

Considerando a data da recomendação apresentada pelo accionista não é possível aferir em 31.12.2010 se houve ou não lugar a uma reestruturação de custos. No entanto, verificamos que no âmbito do Plano de Actividades e Orçamento e Plano de Investimentos para 2011 apresentado pelo CA em 22.02.2011 encontram-se previstas as seguintes medidas de contenção de custos:

a) A nível da política salarial - Aplicação da norma de redução remuneratória prevista no artigo 19º, da Lei OE 2011 e Revisão e redução da atribuição de IHT aos colaboradores;
b) A nível da gestão/reorganização empresarial - Redução do número de chefias e estruturas de direcção e ajustamentos do número de efectivos, decorrente da reorganização da

estrutura interna, da implementação de medidas de racionalização da oferta, da reorganização dos serviços administrativos através da consolidação de uma nova de Plataforma Tecnológica de Sistemas de Informação;

c) A nível de outros custos operacionais - Redução de Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos relacionados com a conservação e manutenção da frota e prestação de serviços especializados.

5.3 *"Promoção do equilíbrio entre as maturidades dos empréstimos obtidos e das responsabilidades por eles cobertas"*

A reestruturação da dívida de curto prazo, de forma a promover o equilíbrio entre as maturidades dos empréstimos obtidos e as responsabilidades por eles cobertas, só será possível se for obtido o empréstimo obrigacionista com o aval do Estado, atendendo à elevada dependência financeira do Grupo.

5.4 "Cumprimento integral das obrigações constantes da RCM n.º 49/2007, de 28 de Março"

Assunto evidenciado no ponto 6.2, do presente Documento.

5.5 *"Cumprimento do objectivo estabelecido na RCM n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, no que respeita ao Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores"*

Assunto evidenciado no ponto 6.4, do presente Documento.

6. Cumprimento de obrigações legais

No quadro seguinte evidenciam-se as disposições legais a que a empresa deve obedecer, bem como a avaliação do cumprimento das mesmas.

Disposições legais/Despachos/Instruções		Assunto	Cumprimento	Observações
6.1	Artigo 13.º, 13.º- A e 13.º- B do Decreto-Lei n.º 558/99 de 17 de Dezembro - Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado. Despacho do Ministro de Estado e das Finanças nº14227/2008, de 14 de Maio.	Deveres especias de informação (DIE) e controlo	N	Não foi publicado aviso na 2.ª série do Diário da República. Não foram apresentados Relatórios trimestrais de execução orçamental do 1º, 2º e 4º trimestres de 2010 No Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF) a empresa não carregou: a) Os documentos em PDF (Relatórios de Gestão e Contas, Planos de Actividades e Orçamentos, Planos de Investimento, as actas da Assembleia Geral); b) as remunerações auferidas pelos órgãos sociais da Transtejo.
	Artigo 245.º-A do Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de Novembro - Código dos Valores Mobiliários	Informação anual sobre o governo das sociedades	N	No relatório e contas não consta informação detalhada sobre a estrutura de capital e os sistemas de controlo interno e de risco de gestão implementados na sociedade
6.2	Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março	Princípios de Bom Governo:		
		A - Missão, objectivos e princípios gerais de actuação	S	
		B - Estruturas de administração e fiscalização	S	Ver ponto 8.
		C - Remunerações e outros direitos	S	
		D - Prevenção de conflitos de interesses	S	
		E - Divulgação de informação relevante no SITE da Empresa, no SITE do SEE, no Relatório e	S	Ver anexo
		F - Ajustamento à dimensão e à especificidade de cada empresa	NA	
6.3	Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.	Código dos Contratos Públicos (CCP)	S	
	Despacho nº 438/10-SETF, de 10 de Maio	Normas de contratação pública	N	No relatório e contas não consta o modo como foram aplicadas as normas de contratação publica.
6.4	Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 14 de Fevereiro	Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores (PMP)	N	Aumentou de 47 dias em 31.12.2009 para 77 dias em 31.12.2010
6.5	Despacho n.º 101/2009-SETF, de 30 de Janeiro	Gestão do risco financeiro	S	
6.6	Artº 396º e Artº 418-A, do CSC. Despacho n.º 960/09-SETF, de 24 de Setembro	Caução/Seguro Responsabilidade Civil - CA e CF.	S	
6.7	Ofício n.º 1730, de 25 de Fevereiro de 2010	Política salarial orientações genéricas sobre negociações salariais para as empresas públicas (EP)	N	A massa salarial do Grupo cresceu 122 milhares de euros (1,1%) que, de acordo com o CA, se deve à dinâmica do estatuto laboral não tendo havido contudo revisão das tabelas salariais.
6.8	Artigo 29.º da Lei n.º 55-A/2008, de 31 de Dezembro (OE 2011). Despacho do Ministro de Estado e das Finanças de 25.03.2010.	Atribuição de prémios de gestão	S	
6.9	Resolução da Assembleia da República n.º 29/2010, de 12 de Abril.	Medidas do Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC):		
		A - Racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços	N	No relatório e contas não consta o modo como foram implementadas as referidas medidas.
		B - Adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)	S	
	Despacho nº 510/10-SETF, de 1 de Junho Despacho 02.12/10 SET, de 9 de Dezembro.	C- Limites de endividamento	N	Passivo remunerado do Grupo cresceu 17,4%. Aguarda-se autorização do SETF relativamente ao Despacho do SET de concordância com o nível de endividamento.
6.10	Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho	Medidas adicionais de consolidação orçamental:		
		A - Redução a título excepcional em 5% da remuneração fixa mensal ilíquida dos gestores públicos	S	
		B- Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	S	

7. Avaliação do Desempenho Individual

Nos termos do nº17 da RCM nº 49/2007, de 28 de Março, que aprovou os Princípios do Bom Governo (PGB), para as empresas pertencentes ao SEE, o CF deve emitir anualmente um Relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, bem como apreciar a aplicação dos PBG.

De acordo com o artigo 18º do Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de Março, a avaliação do desempenho individual dos gestores executivos deve ser determinada em função do cumprimento dos objectivos e das metas quantificáveis, estabelecidos por um contrato de gestão, para cada um dos membros do CA.

Nos contratos de gestão celebrados em 02.06.2009 entre o Estado e cada um dos membros do CA foram fixadas orientações estratégicas, consubstanciadas na missão da Transtejo e na política geral de transportes do Estado, bem como o dever de adopção dos PBG previstos na RCM n.º 49/2007, de 28 de Março, enunciados no ponto 6.2, do presente Documento e estabelecidos indicadores e metas quantificadas para 2010 que de seguida se analisam.

No caso em apreço, a avaliação do desempenho apenas poderá ser elaborada em termos globais, através da actividade exercida e vertida no Relatório de Gestão e Contas de 2010, uma vez que as deliberações do CA são tomadas em conjunto e que nos contratos de gestão os indicadores e as metas quantificadas para 2010 não foram determinados de forma distinta para cada um dos membros do CA.

Face aos objectivos fixados, os membros do CA procuraram cumprir as metas fixadas para 2010. No quadro seguinte apresenta-se o grau de cumprimento de cada um dos objectivos, bem como o grau global de cumprimento ponderado:

Indicadores	2010		Grau de cumprimento	Peso %	Grau de cumprimento ponderado
	Objectivo	Executado			
Consumo de combustível por LKO (litros)	0,025	0,0252	99,07%	10%	9,91%
Custos de Manutenção por LKO (€)	0,018 €	0,008 €	158,15%	10%	15,82%
Taxa de cobertura dos custos operacionais	38%	53%	128,97%	12%	15,48%
Custos operacionais por passageiro transportado	1,50 €	1,433 €	104,44%	10%	10,44%
Prazo Médio de Pagamentos a fornecedores	45	77	28,89%	5%	1,44%
Emissões de CO2 por LKO	0,067	0,063	105,85%	10%	10,58%
Margem do EBITDA	-62%	-20,28%	167,29%	11%	18,40%
Custos Pessoal Tripulante/Total custos pessoal	50%	47,40%	94,52%	12%	11,34%
Grau de cumprimento do Plano de Investimentos	85%	34,65%	40,77%	5%	2,04%
Índice de qualidade da oferta:	100%			15%	15,85%
N.º Reclamações por mil PT	3,00%	2,89%	103,73%	40%	41,49%
Regularidade	99,70%	99,23%	99,53%	40%	39,81%
N.º Acidentes com passageiros por mil PT	0,0017	0,0013	121,65%	20%	24,33%
				100%	111,30%

No relatório de gestão e contas consolidadas apresentado pelo CA, consta a informação necessária à elaboração dos indicadores acima calculados, à excepção dos saldos médios de pagamentos, emissões de CO2, Custos com pessoal tripulante, Despesas de investimento planeadas e número de viagens planeadas, tendo sido obtida a respectiva informação junto da empresa.

À excepção das metas de redução do prazo médio de pagamento a fornecedores, relação custos com pessoal tripulante face ao total de custos com pessoal e grau de cumprimento do Plano de Investimentos, os restantes objectivos fixados para 2010 foram cumpridos, aproximando-se os indicadores do consumo de combustível e da regularidade de oferta dos objectivos definidos. Assim, regista-se um grau global de cumprimento dos objectivos, na ordem dos 111,30%, superior ao registado no ano anterior, 107,70%, conforme se pode observar no quadro acima, demonstrativo do grau de execução de cada objectivo.

A meta de redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores ficou muito aquém da estabelecida, em cerca 29%. Segundo explicação da empresa, o desvio em relação ao planeado deve-se a alterações dos procedimentos contabilísticos relacionados com débitos cruzados com o ML decorrente de obras no Terreiro do Paço[3] e consequente encerramento do Terminal principal da Transtejo e das ligações Cacilhas/Terreiro do Paço.

A relação dos custos com o pessoal tripulante com o total dos custos com o pessoal também se revelou insatisfatória, registando-se uma taxa de cumprimento de cerca de 94,52%.

O grau de cumprimento do Plano de investimentos foi igualmente muito reduzido, face à opção pelo adiamento na renovação de cacilheiros, justificada pela dificuldade na obtenção de financiamento bancário e pelos limites de endividamento impostos pelo seu accionista.

As taxas mais elevadas de grau de cumprimento decorrem fundamentalmente da melhoria da eficiência e da rendibilidade, por efeito da sobredita redução de custos operacionais (vidé ponto 3).

Sublinhamos a preocupação do CA pela segurança e ambiente, no âmbito da qual foi dada continuidade ao processo de implementação do Sistema de Gestão Ambiental, iniciado em 2009, com a publicação da Declaração da Política Ambiental do Grupo e a aprovação do Manual de Gestão Ambiental, bem como a adopção de procedimentos para registo e avaliação de acidentes.

No plano de organização interna encetaram-se medidas de optimização da estrutura organizacional, através da concentração das áreas de manutenção das duas empresas, criados, o Gabinete de Recursos Materiais para assegurar a aquisição de bens e serviços para o Grupo e, a actividade de Auditoria Interna.

8. Estruturas de administração e fiscalização

As estruturas de administração e fiscalização encontram-se definidas nos Estatutos da Transtejo e abrangem o CA, o CF e um ROC. Os primeiros são compostos por três membros, competindo ao CA as funções executivas e ao CF e ROC as funções de fiscalização, verificando-se, assim, a segregação de funções.

O CA e o CF foram eleitos em Assembleia Geral realizada em 17.07.2008 para o mandato 2008-2010 e o ROC foi nomeado por Deliberação Social Unânime por Escrito de 29.08.2008 para o mesmo mandato. A rotação e limitação de mandatos dos membros do conselho de fiscalização, prevista no ponto n.º 20 da RCM n.º 49/2007, de 28.03, ainda não são aplicáveis, considerando que é o primeiro mandato do Conselho Fiscal e do ROC.

[3] As obras que a Transtejo se refere decorreram de rotura de água durante a construção pelo ML do túnel de prolongamento da linha azul (ligação da Baixa-Chiado a Santa Apolónia), cujo inicio se reportou a Dezembro de 2001.

9. Declaração

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 420º, do CSC, na redacção dada pelo Decreto-Lei nº 185/2009, de 12 de Agosto, cada um dos membros do Conselho Fiscal da Transtejo - Transportes Tejo, SA, abaixo identificados nominalmente, declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, actuando na qualidade e no âmbito das funções que lhe estão atribuídas e com base na informação que lhe foi disponibilizada, a informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245.º, do Código dos Valores Mobiliários foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Transtejo – Transportes Tejo, SA e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e que o relatório de gestão relativo ao exercício de 2010 expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Transtejo e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo igualmente uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

10. Conclusão

Face ao exposto, e considerando os elementos disponibilizados e o teor das Certificações Legais das Contas separadas e consolidadas, o Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências, é de parecer que:

- sejam aprovados os relatórios de gestão e contas separadas e consolidadas do exercício de 2010, os quais integram as respectivas Demonstrações reportadas ao exercício de 2010 e respectivos anexos;
- sejam reiteradas as ênfases assinaladas nas Certificações Legais das Contas separadas e consolidadas emitidas pelo ROC, relativamente ao facto da Transtejo e da Soflusa se encontrarem na situação prevista no artigo 35º do CSC, com perda total dos seus capitais próprios e da não concretização, até à data, da fusão entre as duas empresas, a ocorrer no primeiro semestre de 2011, conforme previsto no quadro anexo à Resolução do Conselho de ministros nº101-A/2010, de 27 de Fevereiro;
- seja aprovada a proposta de aplicação integral dos Resultados Líquidos do exercício negativos, no valor de 12.509.259,55 euros, na conta de Resultados Transitados.

Por último o Conselho Fiscal manifesta apreço pela colaboração que lhe foi dispensada pelo Conselho de Administração, Serviços da Transtejo e Revisor Oficial de Contas.

Lisboa, em 06 de Junho de 2011.

O Conselho Fiscal

Maria Teresa Figueiredo Ferreira Alves Carvalho

(Maria Teresa de Figueiredo Ferreira Alves Carvalho, Presidente)

Alexandra Maria Brito Carvalho

(Alexandra Maria Brito Carvalho, Vogal)

Carlos Lipari Garcia Pinto

(Carlos Lipari Garcia Pinto, Vogal)

Anexo

6.2 alínea E

PBG	SITE da Empresa	SITE do SEE	R&C
Missão	S	S	S
Objectivos	S (1)	S	S
Políticas	S (1)	S	S
Regulamentos internos e externos	S (1)	S	S
Informação sobre transacções relevantes	S (1)	S	S
Outras transacções	S (1)	S	S
Identificação dos Órgãos Sociais	S	S	S
Estatuto remuneratório fixado	S (1)	S	S
Remuneração dos Órgãos Sociais	S (1)	S	S
Identificação áreas de responsabilidade CA	S (1)	S	S
Competências da Assembleia Geral	S (1)	S	S
Análise da sustentabilidade:			
- domínio económico	S (1)	S	S (2)
- domínio social	S (1)	S	S (2)
- domínio ambiental	S (1)	S	S (2)
Avaliação cumprimento dos PBG	S (1)	S	S
Código de Ética	S	S	S
Sistema de controlo interno	-	-	S (3)
Prevenção de conflitos de interesse	-	-	S
Gestão do risco financeiro	-	-	S
Informação financeira	S	S	-
Apoios financeiros concedidos pelo Estado	S (1)	S	-
Estatutos	S (1)	S	-
História	S	-	-
Organigrama	S	-	-
Notícias	S	-	-
Estrutura accionista	S (1)	S	-
Estrutura jurídica	S	-	-
Provedor de cliente	-	-	-
Obrigações de serviço público	S (1)	S	-
Termos contratuais da prestação de serviço	S (1)	S	-
Modelo de financiamento	S (1)	S	-

Observações

(1) - Informação disponibilizada através de link para SITE do SEE

(2) - Informação muito sucinta

(3) - Não indica os sistemas existentes